

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO OBJETO:
UMA ANÁLISE CASUAL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Letras (área de concentração: Linguística Teórica) pela aluna

BERNADETE ZUCCO

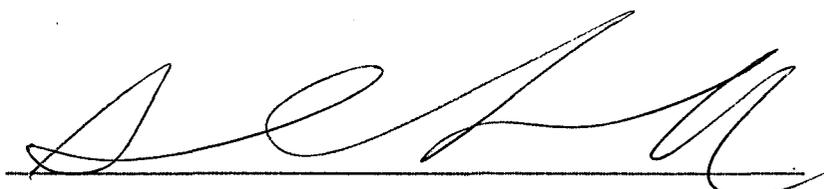
FLORIANÓPOLIS

1992

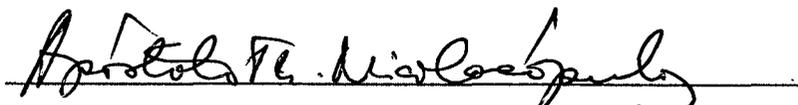
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de

MESTRE EM LETRAS

Área de Concentração: Linguística Teórica.

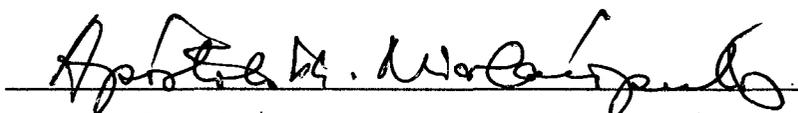


Prof.ª Dr.ª Alexandra Y. Aikhenwald
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Linguística

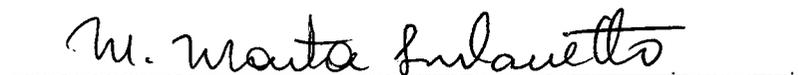


Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Orientador

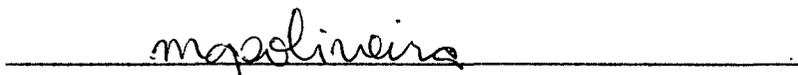
Apresentada à Banca Examinadora:



Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Presidente



Prof.ª Dr.ª Maria Marta Furlanetto



Prof.ª Maria da Graça Albino de Oliveira
(Mestre)

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Apóstolo, amigo e orientador.

Aqueles que acreditaram na concretização desta dissertação.

Ao CNPq, pelo auxílio financeiro.

RESUMO

Este trabalho objetiva propor um tratamento semântico do Objeto, do ponto de vista da Gramática de Casos, sem questionar a importância de um tratamento sintático.

Desta forma, pretende (1) identificar e definir o Objeto semântico, (2) detectar como este Objeto pode aparecer na estrutura sintática e (3) estabelecer um contraste entre o objeto sintático e o Objeto semântico, concluindo que não existe uma relação linear entre os dois.

ABSTRACT

This paper intends to propose a semantic treatment of the Object, in accordance with case grammar theory, without questioning the importance of a syntactic treatment.

Thus, this paper intends to (1) identify and define the semantic Object, (2) detect how this Object may appear in the syntactic structure and (3) establish a contrast between the syntactic object and the semantic Object, concluding that there is no one-to-one relationship between these two.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O SUJEITO E O OBJETO	3
1.1 - Introdução	3
1.2 - O sujeito: uma introdução	4
1.3 - Do sujeito ao objeto	6
1.3.1 - A gramática tradicional	7
1.3.2 - A gramática estrutural	23
1.3.3 - A gramática transformacional	30
CAPÍTULO II - A GRAMÁTICA DE CASOS	37
2.1 - Introdução	37
2.2 - Introdução à Gramática de Casos	38
2.3 - O modelo matricial de Cook	51
CAPÍTULO III - O OBJETO	69
3.1 - Introdução	69
3.2 - Relações semânticas	70
3.2.1 - A teoria da correferencialidade	107
3.2.2 - A teoria da lexicalização	117
CONCLUSÃO	134
ANEXO	144
BIBLIOGRAFIA	146

tendo em vista que optamos por um tratamento semântico do Objeto.

O terceiro capítulo concentrar-se-á no estudo do Objeto, com especial atenção ao tratamento semântico (casual).

O corpus, que examinaremos, foi coletado no discurso jornalístico, entre agosto de 1991 e julho de 1992, da Folha de São Paulo, relativo a textos atuais e de interesse geral.

Trataremos, neste capítulo, das relações semânticas (Agente, Experienciador, Beneficiário, Objeto, Locativo e Tempo) constantes do modelo matricial.

Levando em conta a definição do caso Objeto, segundo Fillmore (1968), procederemos a uma análise das: (a) predicções básicas de estado, processo e ação, (b) predicções experimentativas de estado, processo e ação, (c) predicções benefactivas de estado, processo e ação, (d) predicções locativas de estado, processo e ação e (e) predicções temporais de estado, processo e ação, objetivando, desta maneira, (1) identificar e definir o Objeto semântico, (2) detectar como este Objeto pode aparecer na estrutura sintática e (3) estabelecer um contraste entre o objeto sintático e o Objeto semântico.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tentaremos propor um tratamento semântico do Objeto, do ponto de vista da Gramática de Casos sem, no entanto, questionar a importância de um tratamento sintático.

No primeiro capítulo, remontaremos a Gramática Tradicional à Grécia do século V a.C., buscando as definições de sujeito e predicado em Platão e Aristóteles. Em seguida, faremos um levantamento das definições de sujeito e complementos verbais (objeto direto e objeto indireto) na gramática tradicional, no estruturalismo e na gramática transformacional, visando mostrar que estas não são suficientemente adequadas para tratar de problemas semânticos, uma vez que são abordagens predominantemente sintáticas.

No segundo capítulo, abordaremos a Gramática de Casos, teoria que servirá de fundamentação teórica para a abordagem semântica do Objeto. Optamos por trabalhar com a teoria dos casos, proposta por Fillmore (1966, 1968) e, adotamos o modelo matricial de Cook (1970-1978, revisado/1989), que engloba elementos das teorias de Fillmore, Chafe (1970) e Anderson (1971). Esta escolha justificase por ser o modelo escolhido um modelo semântico-oracional,

CAPÍTULO I

O SUJEITO E O OBJETO

1.1 - Introdução

Este capítulo tenta estabelecer uma ponte entre o sujeito da Filosofia Clássica e o sujeito da Gramática Tradicional, objetivando estabelecer o tipo de relação existente entre eles. A seguir, procede a um levantamento das noções de sujeito e complementos verbais (objeto direto e objeto indireto), em português, para ilustrar a relação acima.

Primeiramente, em (1.2), remontaremos a Gramática Tradicional à Grécia do século V a.C., buscando as definições de sujeito e predicado em Platão e Aristóteles, para em seguida, em (1.3), estabelecer a relação sujeito-objeto, visto que nosso trabalho concentrar-se-á no estudo do Objeto.

Em (1.3.1), faremos um levantamento das definições de sujeito e complementos verbais (objeto direto e objeto indireto) em gramáticas tradicionais da língua portuguesa de Napoleão Mendes de

Almeida (1985), Domingos Paschoal Cegalla (1977), Celso Cunha (1980, 1985), Rocha Lima (1972), Adriano da Gama Kury (1986), Celso Pedro Luft (1985) e Evanildo Bechara (1972, 1978).

As definições de sujeito e objeto na gramática estrutural serão examinadas em (1.3.2), através dos autores Joaquim Mattoso Camara Júnior e José Rebouças Macambira.

Finalmente, em (1.3.3), examinaremos a relação sujeito-objeto sob o enfoque transformacional, com especial atenção às regras de subcategorização estrita e restrição seletional de Chomsky (1965).

1.2 - O Sujeito: uma introdução

"A gramática tradicional foi desde o início uma parte da filosofia, isto é, era uma parte de sua investigação geral sobre a natureza do mundo e das instituições sociais" (Lyons, 1979:4).

A gramática tradicional remonta à Grécia do século V a.C. Nessa época, as relações Gramática e Filosofia estavam intimamente entrelaçadas, o que se torna muito difícil dissociá-las. A precisão gramatical mesclou-se à especulação filosófica e ao estabelecimento das relações lógicas. Estes campos de investigação desenvolvem-se paralelamente, porém comandados pela intuição filosófica da civilização grega.

Situando-nos, historicamente, encontramos em Platão (século IV a.C.) referências de estudos sobre a natureza da linguagem, mesmo antes de a gramática grega ter sido sistematizada¹.

¹Neves (1987), ao tratar da emergência dos estudos gramaticais entre os gregos, analisa detalhadamente o período filosófico anterior à sistematização.

No *Crátilo*, Platão estabelece, pela primeira vez, a oposição *ónoma* (nome)/*rhema* (verbo). Os *onómata* (nomes) e os *rhemata* (verbos) formam o *lógos*².

E, no *Sofista*, define *ónoma* como nome do ator, aquele que pratica a ação e *rhema* como aquilo que designa a ação.

Aristóteles, no final do século IV a.C., retoma as partes do *lógos* (*ónoma/rhema*), já mencionadas por Platão, e acrescenta as conjunções (*sýndesmoi*) e o artigo (*árthron*), isto é, as unidades gramaticais.

Para ele, o mundo é povoado por pessoas e seres (*substâncias*) que possuem certas propriedades (*acidentes/acidentais*).

A oposição *substância/acidentes* é de fundamental importância para entendermos o mundo.

"*Substância* é o que é, o que não é predicado a nenhum sujeito" (*Categorias*, 1985:48-52), enquanto o *acidente* é o que se predica de um sujeito. Desta forma, o nome (ou substantivo, em português) denota pessoas, animais e coisas, e o verbo faz predicação, ou seja, atribui propriedades às coisas.

Sendo, para Aristóteles, a *substância* aquilo que dá sustentação à predicação e considerando a sua posição de precedência, seria natural associar, em línguas como o grego, nome a sujeito e verbo a predicado.

Assim sendo, encontramos implícito nas categorias aristotélicas de *substância/acidentes*, bem como na dicotomia platônica

²*Lógos* tem muitos significados, entre os quais "natureza", "plano", "argumento", "proposição", "súplica", etc. No entanto, é frequentemente traduzido como *oração* ou *frase* (Dinneen, 1967:78).

A nosso ver, *lógos* expressa, em grego; um todo composto de partes articuladas, que pode ser entendido como *enunciado*, *proposição*, *oração* (frase) ou *discurso* (oral/escrito).

ónoma/rhema, a duplicidade dos conceitos tradicionais de sujeito e predicado.

Por um lado, a definição tradicional de sujeito "o ser de quem se diz algo" (Lima, 1972:205) remete-se à substância, e predicado "aquilo que se diz do sujeito" (idem, ibidem) identifica-se com acidentes.

Por outro lado, a outra definição de sujeito "pessoa ou coisa que pratica a ação" (Almeida, 1985:165) refere-se a ónoma (agente/ator), e predicado "o que se declara do sujeito" (idem, ibidem:417) reporta-se a rhema.

Logo, a noção de tópico³/comentário em que se anuncia um tópico e depois se diz/(predica) algo sobre ele, também tem suas raízes nas referidas categorias aristotélicas.

1.3 - Do sujeito no objeto

Reportando-nos à doutrina aristotélica das categorias de predicação, é importante lembrar que a primeira categoria da substância foi considerada, do ponto de vista lógico, mais fundamental do que as propriedades **acidentais**: substâncias eram pessoas, animais ou coisas cujas propriedades **acidentais** (de quantidade, qualidade, relação, ação, tempo, lugar, etc.) podiam ser predicadas ou afirmadas em proposições bem formadas, ou seja, frases⁴ declarati-

³Tópico pode ser definido:

a) a nível de sentença: "aquele ou aquilo de que se declara algo" (Pontes, 1986:178);

b) a nível do discurso: "é a mesma coisa que **tema** ou **assunto**" (van Dijk, 1982, apud Pontes, 1986:208).

⁴Em nosso trabalho, não fazemos distinção entre frase, oração e sentença. Empregamos, assim, ora um, ora outro termo.

vas simples, cujos núcleos são constituídos por uma expressão nominal (substantivos, pronomes e sintagmas nominais) e um verbo ou predicador (entendido em sentido mais amplo, que inclua também os adjetivos quando usados predicativamente).

A frase:

(01) João fugiu.

é, do ponto de vista lógico, bem formada: **João** denota substância (pessoa) e, **fugiu** faz predicação, isto é, diz/afirma algo a respeito dessa substância.

Assim, as noções de sujeito e predicado são definidas, primeiramente, baseadas em frases intransitivas contendo apenas uma expressão nominal e um verbo, estendendo-se em seguida, por paralelismo sintático, a frases de estrutura sintática mais complexas, ou seja, frases transitivas contendo dois elementos nominais e um verbo. Observamos, desta forma:

(02) João mata Guilherme.

onde o sujeito, ou seja, aquilo que dá sustentação à predicação ou às propriedades acidentais é o substantivo/(nome) **João** e o predicado é o sintagma verbal **mata Guilherme**, que contém um verbo transitivo e outro substantivo (sintagma nominal), o qual é o elemento, denominado **objeto**, que é o que se **contrapõe** (antikeímenon) ao sujeito (hypokeímenon).

1.3.1 - A gramática tradicional

Para examinarmos o sujeito e suas relações com o objeto, procedemos a um levantamento das definições (e considerações) de sujeito e seus complementos verbais (objeto direto e objeto indire-

to) nas gramáticas tradicionais (também denominadas normativas).

Iniciamos com Almeida (1985:411) que define sujeito como "a pessoa ou coisa sobre a qual se faz uma declaração".

Porém, ao tratar da predicação verbal (ibidem:164-5), afirma que "a pessoa⁵ ou coisa que pratica a ação⁶ é em gramática chamada sujeito ou agente da ação verbal". Cita vários exemplos de verbos indicativos de ação: escrever, desenhar, pintar, olhar, abrir, quebrar, etc. e, exemplifica com:

(03) O vento quebrou o pires.

Apresenta os seguintes complementos verbais:

1) Objeto direto "pessoa ou coisa sobre que recai diretamente a ação verbal:

(04) Pedro estudou a lição" (ibidem:166).

2) Objeto indireto "é o complemento do verbo transitivo indireto, unido indiretamente ao verbo, isto é, mediante preposição:

(05) Depende do câmbio" (ibidem:428).

Cegalla (1977:214-7) define o sujeito como "o ser de quem se diz algo":

(06) "Os sertanistas capturavam os índios".

Relaciona, entre outros, os seguintes tipos de sujeito:

a) "agente: se faz a ação expressa pelo verbo da voz ativa:

(07) O Nilo fertiliza o Egito.

b) paciente: quando sofre a ação expressa pelo verbo pas-

⁵Os grifos aqui e abaixo são dos autores em estudo.

⁶Os destaques aqui e abaixo são nossos.

sivo:

(08) O criminoso é atormentado pelo remorso.

c) agente e paciente: quando o sujeito faz a **ação** expressa por um verbo reflexivo e ele mesmo sofre os efeitos dessa **ação**:

(09) O operário feriu-se durante o trabalho.

d) indeterminado: quando não se indica o **agente** da **ação verbal**:

(10) Atropelaram uma senhora na esquina".

Cita os complementos verbais abaixo:

1) Objeto direto "é o complemento dos verbos de predicação incompleta, não regido, normalmente, de preposição:

(11) As plantas purificam o ar.

O objeto direto tem as seguintes características:

a) completa a predicação dos verbos transitivos diretos.

b) normalmente, não vem regido de preposição.

c) traduz o ser sobre o qual recai a **ação** expressa por um

verbo ativo:

(12) Caim matou Abel.

d) torna-se sujeito da oração na voz passiva.

(13) Abel foi morto por Caim" (ibidem:230-4).

2) Objeto indireto "é o complemento verbal regido de preposição necessária e sem valor circunstancial. Representa ordinariamente o ser a que se destina ou se refere a **ação verbal**".

Exemplifica com Povina Cavalcanti:

(14) "Nunca desubedeci a meu pai" (ibidem:234-6).

Para Cunha (1980:87), o sujeito "é o ser sobre o qual se faz uma declaração".

Mas "quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito com referência ao processo verbal pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo".

Exemplifica assim:

(15) "Maria levantou o menino.

O sujeito Maria executa a ação expressa pela forma verbal levantou. O sujeito é, pois, o agente.

(16) O menino foi levantado por Maria.

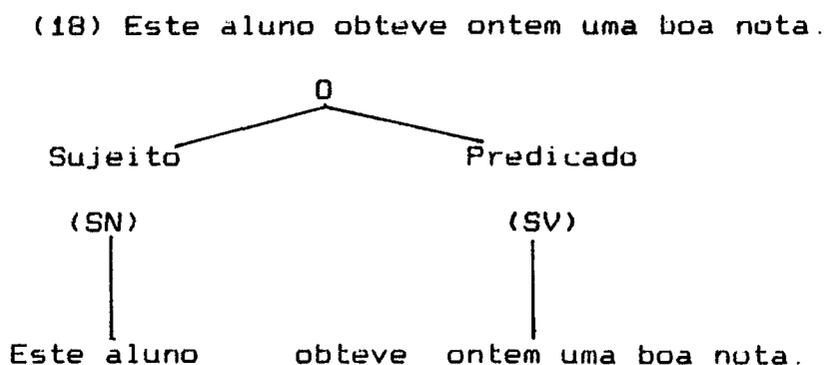
A ação não é praticada pelo sujeito o menino, mas pelo agente da passiva - Maria. O sujeito, no caso, sofre a ação; é dela o paciente.

(17) Maria levantou-se.

A ação é simultaneamente exercida e sofrida pelo sujeito Maria. O sujeito é então, a um tempo, o agente e o paciente dela" (ibidem:93).

Em edição posterior (1985:120-21), Cunha e Cintra acrescentam ao sujeito e predicado uma definição em termos configuracionais, isto é, reportam-se aos mesmos como sintagma nominal (SN) e sintagma verbal (SV), respectivamente. Observam que se houver vários SNs será sujeito aquele que estiver "na ordem direta e lógica do enunciado, à esquerda do verbo".

Exemplificam com um diagrama em árvore:



Ao tratar da complementação verbal, Cunha (op.cit. :96-102) afirma que:

1) Objeto direto "é o complemento de um verbo transitivo direto, ou seja, o complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a ação verbal".

Assim, nos exemplos de Osman Lins:

(19) "Abrirei o portão."

(20) Verei meu filho?"

"a ação expressa por abrirei e verei se transmite a outros elementos (o portão e meu filho) diretamente, ou seja, sem o auxílio de preposição".

2) Objeto indireto "é o complemento de um verbo transitivo indireto, isto é, o complemento que se liga ao verbo por meio de preposição".

Exemplifica com Mário Palmério:

(21) "A população da Vila assistia ao embarque".

e acrescenta que "a ação expressa por assistia transita para outro elemento da oração (o embarque) indiretamente, isto é, por meio da preposição a".

Lima (1972:205) define o sujeito como "o ser de quem se diz algo".

Exemplifica com:

(22) Deus é perfeito.

Apresenta os seguintes complementos verbais:

1) Objeto direto "é o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal" e, conseqüentemente, "pode ser o sujeito da voz passiva".

Indica:

a) "O ser sobre o qual recai a ação:

(23) Castigar o filho.

b) O resultado da ação:

(24) Construir uma casa.

c) O conteúdo da ação:

(25) Discutir política" (ibidem:212-18).

2) Objeto indireto "é o complemento que representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ela se realiza. Serve de complemento a verbos acompanhados de objeto direto, representando o elemento onde termina a ação. É o caso comum dos chamados verbos bitransitivos como: dar, oferecer, entregar, doar, dedicar, negar, recusar, dizer, perguntar, contar, narrar, pedir, rogar, pagar, dever, etc."

Exemplifica com José de Alencar:

(26) "Iracema, depois que ofereceu aos chefes o licor de Tupã, saiu do bosque" (ibidem:219).

3) Complemento relativo "é o complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada, integra, com valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa. Não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação. (...) mas denota o ser sobre o qual recai a ação:

(27) Depender de despacho --> depender dele.

(28) Anuir a uma proposta --> anuir a ela" (ibidem:221-22).

4) Complemento circunstancial "é um complemento de natureza adverbial, indispensável à construção do verbo".

Exemplifica com:

(29) Irei a Roma.

E, acrescenta que "por seu valor de verbo de direção, ir exige a preposição a para ligá-lo ao termo locativo".

Este complemento pode, também, ser expresso por "um nome, regido ou não de preposição, indicativo de: direção; tempo; ocasião; peso; preço; distância no espaço e no tempo:

- (30) Estar à janela.
- (31) Trabalhar toda vida.
- (32) Pesar dois quilos.
- (33) Valer uma fortuna.
- (34) Recuar três léguas.
- (35) Envelhecer vinte anos" (ibidem:222-23).

Lima adiciona, em nota, que este complemento corresponde ao caso acusativo de direção, tempo e espaço do latim.

Observa, ainda, (ibidem:307) que "o complemento forma com o verbo uma expressão semântica, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissso ou incompleto".

Para Kury (1986:21) sujeito é "o termo que exprime o ser de quem se diz alguma coisa:

- (36) A chuva cai".

Relaciona os complementos verbais abaixo:

1) Objeto direto é o "termo da oração que integra o sentido de um verbo transitivo direto, exprimindo pois, o ser para o qual se dirige a ação".

Exemplifica com Bernardo Lopes, Cromos:

- (37) "O sino chama os cristãos à matriz".

Conseqüentemente, o objeto direto "exprime o paciente de um verbo na voz ativa, e portanto ^o se torna ^v sujeito na voz passiva:

(38) Os cristãos são chamados à matriz pelo sino"

(ibidem:44-6).

2) Objeto indireto é o "termo da oração que, sem caracterização lógica perfeitamente definida, pode exprimir:

a) o ser para o qual se dirige a **ação** de um verbo transitivo indireto, podendo ter, pois, neste caso, valor análogo ao do objeto direto:

(39) Gosto de música (= Aprecio música).

b) nos verbos bitransitivos, o ser a quem se destina o objeto direto:

(40) Entreguei o livro ao aluno.

c) o ser em benefício ou em prejuízo de quem se realiza a **ação**:

(41) Falou carinhosamente a todos.

d) o ser em que se manifesta a **ação**:

(42) Aconteceu a Fulano uma desgraça.

e) o ser a que faz referência especial o conjunto verbo de ligação + predicativo, verbo transitivo direto + objeto ou um verbo intransitivo:

(43) Tudo lhe era indiferente.

(44) "Pulsa-lhe aquele afeto verdadeiro" (Machado de Assis).

f) o possuidor de alguma coisa:

(45) Beijar as mãos à dama.

g) como expletivo, o ser vivamente interessado na **ação** expressa pelo verbo:

(46) "Não me toque no José!" (José Lins do Rego, Meus Verdes Anos) (ibidem:47-50).

3) Complemento adverbial é o "termo de valor circunstancial que completa a predicação de um verbo transitivo adverbial (certos verbos de movimento ou de situação):

(47) Venho de casa.

(48) Fique aí" (ibidem:50).

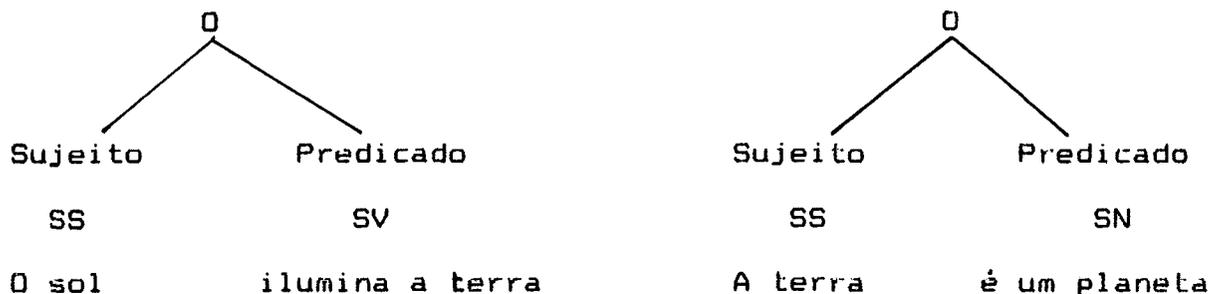
Luft (1985:23-9) define o sujeito como o "ser de quem se diz alguma coisa", mas acrescenta "elemento com o qual concorda o verbo".

Exemplifica com:

(49) O sol ilumina a terra.

(50) A terra é um planeta.

Em seguida, adiciona "sujeito e predicado são, mais exatamente, relações ou funções: sujeito-relação entre a oração e o sintagma substantivo (SS) imediatamente dominado por ela; predicado - relação entre a oração e o sintagma verbal ou nominal (SV ou SN) imediatamente dominado por ela":



Ao distinguir oração sem sujeito de oração com sujeito indeterminado, Luft reporta-se ao sujeito como **agente**: "naquela não existe sujeito: o enunciado se concentra no predicado, e este não é atribuído a nenhum ser ou agente. É o caso dos verbos impessoais:

(51) Chove.

(52) Há perigo;

nesta há um sujeito (agente humano) que, por não querer ou não poder, não se declara:

(53) Extraviaram o livro.

(54) Ouviu-se gritar (= alguém gritar) por socorro"
(ibidem:25-6).

Também se refere ao sujeito como agente ao tratar da transitividade (ibidem:34): "(...) Podemos fazer este esquema para os verbos transitivos de ação:

SS ₁	VTD	SS ₂
Agente	Ação	Paciente
(sujeito ativo)	(verbo ativo)	(objeto direto)
(55) O professor	expõe	a lição.

Pode-se verificar a transitividade direta desses verbos, convertendo-os em passivos: o objeto direto se tornará passivo, quer dizer: muda a forma sintática, mas não a significação: 'agente e paciente' (= plano semântico) continuarão os mesmos.

SS ₂	VTD	SS ₁
Paciente	Ação	Agente
(56) A lição	é exposta	pelo professor".

Para ele, o complemento verbal "integra a significação 'transitiva' de um verbo. Essa integração de sentido é expressa por um sintagma substantivo, diretamente ou com auxílio de preposição; daí dois tipos de complemento: direto e indireto, tradicionalmente chamados objetos".

1) Objeto direto "completa um verbo transitivo sem auxílio de preposição:

(57) O vento derrubou a árvore.

(58) O moleque apanhou uma surra."

É característica do objeto direto poder "ser transformado em sujeito passivo, na voz passiva (com algumas exceções)". É o que ocorre com o exemplo (58), em que, segundo o autor, "o verbo já tem sujeito passivo".

2) Objeto indireto "completa um verbo transitivo com auxílio de preposição.

No nível semântico, exprime o ser ao qual dirige ou destina a ação verbal. Nos verbos transitivos diretos e indiretos, é o termo que exprime o destinatário do objeto direto:

(59) Aludiu a fatos recentes.

(60) Dei o livro a Fulano de Tal."

Há ainda o "complemento (indireto) locativo - complemento (não adjunto, porque exigido pela semântica do verbo) adverbial de lugar:

(61) Mora em Brasília/la" (ibidem:41-2).

Bechara (1972:199-200), inicialmente, define sujeito como "o termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade".

Exemplifica com:

(62) Marcelo suspirou com tristeza.

Posteriormente (1978:20), define sujeito como "o termo da oração que indica o tópico da comunicação representado por pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação ou uma qualidade".

Entre outros exemplos cita:

(63) As aulas começaram em março.

Sujeito/tópico Predicado/comentário

Relaciona os seguintes complementos verbais:

1) Objeto direto é "o complemento do verbo transitivo direto, não encabeçado por preposição necessária":

(64) Os alunos leram belas poesias.

O objeto direto, quanto ao sentido, exprime:

a) "a pessoa ou coisa que sofre ou recebe a ação verbal:

(65) O soldado prendeu o ladrão.

b) o produto ou resultado da ação:

(66) O poeta compôs um belíssimo soneto.

c) a pessoa ou coisa para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado pelo dito sentimento:

(67) Otelo ama a Iago, e Iago odeia a Otelo.

d) com verbos de movimento, o espaço percorrido ou o objetivo final:

(68) Atravessar o rio" (op.cit.)204-6).

2) Objeto indireto é "o complemento do verbo transitivo indireto, encabeçado por preposição necessária":

(69) Lembrei-me da encomenda.

O objeto indireto, quanto ao sentido, pode exprimir:

a) "pessoa ou coisa que recebe a ação verbal:

(70) Escrever aos pais.

b) pessoa ou coisa em cujo proveito ou prejuízo se pratica a ação:

(71) Trabalha para o bem geral da família.

c) pessoa ou coisa que, vivamente interessada na ação expressa pelo verbo, procura captar simpatia ou benevolência de outrem:

(72) Prendam-me esse homem.

d) a pessoa possuidora:

(73) Conheci-lhe o pai.

e) a pessoa a quem pertence uma opinião:

(74) Para nós ele está errado" (ibidem:206-10).

Após este levantamento sobre o que alguns gramáticos tradicionais dizem do sujeito e suas relações com o objeto direto e objeto indireto, constatamos que a noção de agentividade se faz presente, implícita ou explicitamente, nas suas definições, nos seus exemplos e até mesmo nas suas observações.

Em Almeida, detectamos a noção de agentividade ao tratar da predicação verbal: "a pessoa ou coisa que pratica a ação é em gramática chamada sujeito ou agente da ação verbal" e, na definição de objeto direto: "pessoa ou coisa sobre que recai: diretamente, a ação verbal".

Cegalla expressa a noção de agentividade na classificação do sujeito em:

"agente - se faz a ação expressa pelo verbo da voz ativa;
paciente - quando sofre a ação expressa pelo verbo passivo;

vo;

indeterminado - quando não se indica o agente da ação verbal".

Esta noção de agentividade também se detecta na caracterização do objeto direto: "traduz o ser sobre o qual recai a ação expressa por um verbo ativo" e, do objeto indireto: "representa o ser ordinariamente a que se destina ou se refere a ação verbal".

Cunha (1980), ao comentar a definição de sujeito, manifesta a noção de agentividade: "quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito com referência ao processo verbal pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo".

A mesma noção também aparece na definição de objeto direto: "(...) complemento que normalmente vem ligado ao verbo sem preposição e indica o ser para o qual se dirige a **ação verbal**".

Exemplifica o objeto direto e o objeto indireto com os verbos abrir, ver e assistir, classificando-os como verbos em que a **ação** transita para outros elementos da oração.

Por outro lado, na edição de 1985, o autor observa, também, a posição de precedência dada ao sujeito, característica "típica"⁷ do sujeito sintático. Este raciocínio nos remete à categoria da substância em Aristóteles, que lhe atribuía, além da precedência, primazia sobre as demais categorias accidentais.

Em Lima, a noção de agentividade é constantemente detectada nas definições dos complementos verbais. Assim, o objeto direto "é o complemento que na voz ativa representa o paciente da **ação verbal**"; indicando "o ser sobre o qual recai a **ação**"; bem como "o resultado e o conteúdo da **ação**".

O objeto indireto "(...) representa a pessoa ou coisa a que se destina a **ação** ou em cujo proveito ela se realiza". Nos verbos acompanhados de objeto direto representa "o elemento onde termina a **ação**".

Para Kury, a noção de agentividade também se faz explicitamente presente nas definições de objeto direto e objeto indireto:

Objeto direto "é o termo da oração que integra o sentido de um verbo transitivo direto, exprimindo pois, o ser para o qual se dirige a **ação**".

O objeto indireto pode exprimir: "o ser para o qual se dirige a **ação** de um verbo transitivo indireto; o ser em benefício

⁷Pontes (1986:125) define sujeito típico como agente e anteposto a um verbo de **ação**.

ou em prejuízo de quem realiza a **ação**; o ser em que se manifesta a **ação**; como expletivo, o ser vivamente interessado na **ação** expressa pelo verbo".

Kury (ibidem:30) caracteriza os verbos transitivos diretos como aqueles que "exprimem **ação** e, por isso, têm um agente, que na voz ativa é o sujeito da oração.

Luft define o sujeito como "o ser de quem se diz alguma coisa", que poderia ser o tópico, mas ele acrescenta "elemento com o qual concorda o verbo", o que nem sempre ocorre com o tópico, pois esta é uma definição própria de sujeito gramatical ou sintático, ou seja, aquele que é definido em termos de posição e concordância.

Luft também se refere ao sujeito como agente ao tratar da transitividade verbal e ao distinguir oração sem sujeito de oração com sujeito indeterminado.

Em Bechara (1972), a noção de agentividade está presente na definição de sujeito: "termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma **ação**, estado ou qualidade".

Posteriormente (1978), mescla a definição de sujeito, incorporando agente e tópico: "termo da oração que indica o tópico da comunicação representado por pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma **ação** ou uma qualidade".

A noção de agentividade permanece ao comentar "os sentidos" do objeto direto e objeto indireto: "pessoa ou coisa que sofre ou recebe a **ação verbal**; o produto ou o resultado da **ação**; ou a pessoa ou coisa em cujo proveito ou prejuízo se pratica a **ação**".

Ao definir predicado verbal (op.cit.:250), diz que o mesmo "exprime uma **ação** que o sujeito pratica ou sofre", em oposição ao predicado nominal que "exprime qualidade, estado ou condição".

Assim, se excluirmos os verbos que possuem tais características, podemos inferir que o autor considera todos os demais verbos como agentivos.

Por outro lado, observamos que a definição de sujeito como tópico ("ser de quem se diz algo") está implícita nas definições arroladas por Almeida, Cegalla, Cunha, Lima, Kury e Luft, mas somente Bechara o faz de maneira explícita, no exemplo dado (63) "As aulas começaram em março", onde há coincidência entre tópico e sujeito. Esta coincidência nem sempre ocorre, pois àquilo que se quer dar maior ênfase na oração, aquilo que se quer que o ouvinte saiba primeiro, muitas vezes, não é o sujeito, mas sim o tópico.

Assim em:

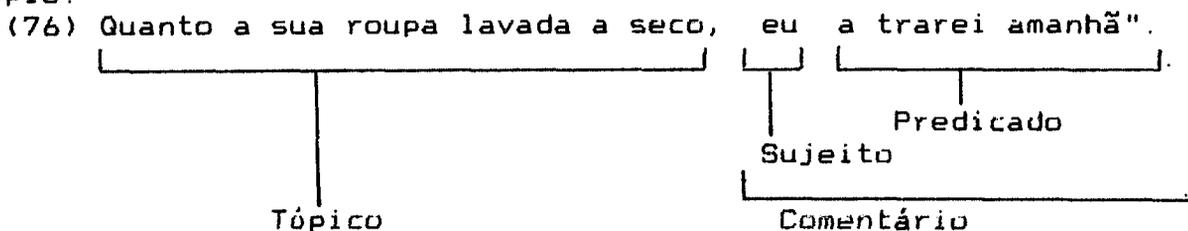
(75) Amigos, eu tenho muitos.

o tópico^B da oração é "amigos", enquanto o sujeito "eu" está contido no comentário.

Sendo assim, cabe-nos observar, após feito esse levantamento das definições de sujeito e complementos verbais, que as gramáticas tradicionais definem o sujeito sintaticamente em termos de posição e concordância, mas o reduzem à noção de agentividade e tópico, isto é, atribuem a ele tratamentos semântico e pragmático.

Já as definições dos complementos verbais (objeto direto

^BRichards (1985:296) observa "o conceito de tópico e comentário não é idêntico a sujeito e predicado. Sujeito-predicado refere-se a estrutura gramatical da sentença ao invés de referir-se a sua estrutura de informação. A diferença é ilustrada no seguinte exemplo:



e objeto indireto) apresentam acentuada identificação com agentividade, indicando-nos, assim, a preponderância do tratamento semântico.

1.3.2 - A gramática estrutural

Poucos são os estudos com abordagem estruturalista de que dispomos. Entre os autores pesquisados, vamos analisar Joaquim Mattoso Camara Júnior e José Rebouças Macambira.

Segundo Camara Júnior (1970:175) o sujeito e o predicado, considerados como o determinado e o determinante, são as duas partes primárias para construir-se significativamente uma frase. Do ponto de vista lógico, o sujeito é o ser e o predicado o seu atributo.

O sujeito se caracteriza por traços especiais de forma lingüística que variam de um idioma a outro. No latim, língua que adota o sistema de casos, embora haja a concordância, a marca do sujeito está diretamente assinalada pela desinência do nominativo. Assim, independentemente da posição ocupada na frase, o substantivo que está no nominativo é o sujeito. Exemplifica com: "puer vidit lupum" ou "vidit puer lupum". O (outro) substantivo que se contrapõe ao substantivo representativo do sujeito é o objeto direto que sempre contém a desinência do acusativo.

Em português, é a concordância do verbo com ele (o sujeito) em número e pessoa gramatical, bem como a posição de precedência que assinalam o sujeito gramatical. Essa posição de precedência dada ao sujeito também serve para evitar ambigüidade quando há objeto (direto) no mesmo número nominal:

(77) Os lobos atacaram os camponeses.

Para uma compreensão exclusivamente lingüística, o sujeito é o ponto de partida ou de referência na formulação da frase. É o tema⁹ do que se vai comunicar: "é aquilo sobre que tem de fixar a atenção do ouvinte e é dado na frase em proveito dele"(op. cit.:176).

Como tema da enunciação frasal, suas relações (do sujeito) com o predicado são das mais variadas. Assim, podemos ter: sujeito "possessivo" quando se apresenta como o possuidor do que o predicado expressa (tenho um livro); sujeito "ativo" que desempenha o papel de agente (eu ando); sujeito "inativo" quando o processo nele se passa (eu durmo) e um sujeito "passivo" que sufre o processo indicado no predicado (eu apanho).

O sujeito ativo pode estabelecer uma espécie de alvo, ou seja, o objeto para a ação que ele pratica, criando, assim, no predicado a binaridade verbo-objeto. A ação vai além (do latim transire) e alcança um objeto. É o que acontece com os verbos transitivos, que possuem a "possibilidade de poderem passar para a voz passiva, numa transformação em que o objeto é feito sujeito paciente". Exemplifica com:

(78) Paulo feriu Pedro.

(79) Pedro foi ferido por Paulo.

Em (78) temos um sujeito agente (Paulo) que praticou uma ação que foi além/alcançou o objeto (Pedro); enquanto que em (79) o objeto (Pedro) passa a sujeito paciente, sofredor da ação desencadeada pelo agente (Paulo). Os verbos intransitivos não admitem essa transformação.

⁹Tema é o mesmo que tópico (Dubois, 1986:581, 90).

Camara Júnior observa, ainda (1977:235), que os verbos transitivos podem ser intransitivos, uma vez que "dependem de uma significação particular dentro da polissemia do verbo para exprimir que o sujeito é capaz da **atividade** pressuposta no significado verbal". Exemplifica com:

(80) Este homem vê bem.

em que ver é novamente considerado verbo de ação(?!)

Nocionalmente, o objeto se caracteriza por ser indispensável para uma comunicação satisfatória feita em certos verbos, "apresentando o alvo do processo verbal sobre o qual incide (objeto direto) ou para o qual o processo serve de termo de referência (objeto indireto)" (ibidem:180-1).

Macambira (1987:166) define o sujeito, sob o aspecto semântico, como "o termo sobre o qual se afirma alguma coisa", que é uma definição pragmática, pois nos remete ao tópico. O sujeito, sob o aspecto semântico, deveria ser definido como o **agente da ação verbal**.

No entanto, critica alguns autores que ensinam que o sujeito é "o agente - aquele que pratica a **ação** expressa pelo verbo. Em:

(81) João Batista batizou o Messias.

não há dúvida, o sujeito é o **agente** do processo verbal. Mas em:

(82) O enteado apanhava muito da madrasta.

está sobremodo evidente que o enteado não está praticando nada, mas talvez esperneando e gritando desesperado. Em:

(83) Pedro está vendo Paulo.

o sujeito não está exercendo **ação** alguma, mas antes sofrendo em sua estrutura ocular. Os olhos captam passivamente os raios luminosos

que se concentram na retina de Pedro. Ver, pois, é sofrer: passividade portanto, e não atividade. Em:

(84) Meu filho ama tua sobrinha.

não é fácil diagnosticar quem o agente e quem o paciente do conteúdo verbal - se meu filho, se tua sobrinha, ou se um e outro simultaneamente" (ibidem:167).

Com este raciocínio, o autor nos dá evidências de que nem sempre a **ação** passa do agente para o paciente. Poderíamos ainda questionar se haveria mesmo **ação** em **ver** e **amar** nos exemplos acima. Seriam verbos de **ação** ou verbos de **experiência**, cujos respectivos sujeitos seriam os **experienciadores**? O próprio autor admite que o verbo **ver** não passa **atividade** alguma ao seu objeto, uma vez que "os olhos captam passivamente os raios luminosos (...)".

Sob o aspecto sintático (ibidem:151-2), define o sujeito como "o termo principal da oração, nunca subordinado a outro termo" e com quem o verbo concorda em número e pessoa.

Sugere (ibidem:168-73), para melhor identificação do sujeito, cinco provas sintáticas:

- a) "prova do vínculo ou concordância;
- b) prova da substituição;
- c) prova da pergunta;
- d) prova da posição;
- e) prova da apassivação".

Estas "provas" funcionam apenas como artifícios para reconhecimento do sujeito, pois apresentam um certo valor didático. Muitas vezes também são adotadas pelos gramáticos tradicionais.

Macambira, entretanto, ressalva-nos de que nem uma destas "provas" tem valor absoluto. Em certas circunstâncias, é preciso que o analista empregue todas para evitar prováveis enganos. Assim

em:

(85) Cristo morreu morte gloriosa na cruz.

a substituição (prova da apassivação).

(86) Morte gloriosa foi morrida por Cristo na cruz.

é "muito extravagante como argumento conveniente". Nós diríamos que não há agente da passiva tendo em vista que morrer não indica - ação e sim um processo, portanto não-agentivo.

Relaciona, sob o aspecto semântico (ibidem:223-4), três definições de objeto direto:

a) "é o termo em que recai imediatamente¹⁰ a significação do verbo:

(87) Paulo açoitou João.

(88) O moleque levou uma surra".

Comenta que em (87) está claro que a significação de açoitar recaiu no ombro de João, mas ao contrário, em (88) não se pode pensar que a significação de levar recaiu sobre o objeto direto (uma surra), que possivelmente o moleque protestaria.

Adverte que esta é uma definição semântico-sintática, porque supõe um grupo formado pelo verbo e o termo em que recai a significação.

b) "é o termo que completa a significação do verbo transitivo¹¹, chamado direto, porque o substantivo que serve de objeto direto não é regido de preposição". Em:

(89) Colombo descobriu novo continente".

novo continente completa a significação do verbo descobrir.

¹⁰O advérbio imediatamente significa apenas sem preposição.

¹¹"Transitivo é sinônimo de predicação incompleta: transita em procura de alguma coisa para completar-se; intransitivo é sinônimo de predicação completa: não transita, não sai do lugar, porque para completar-se, não precisa de nada; basta-se a si mesmo, é completo por si próprio" (ibidem:143).

c) "é o termo sem preposição que esclarece o que se deseja saber do sintagma sujeito-predicado. Em:

(90) Deus criou o mundo".

o objeto direto enuncia "a coisa criada". É portanto, o que se põe diante (do latim objectum: ob = diante, jectum = posto), com relação ao predicado, mas sem preposição para distingui-lo do objeto indireto.

Sintaticamente, Macambira, ao definir o objeto direto (ibidem:225-9), procede da mesma forma que já o fez com relação ao sujeito, isto é, mediante "provas sintáticas". Por ser o objeto direto o que se contrapõe ao sujeito, estas "provas", que abaixo relacionamos, são utilizadas com a mesma finalidade:

- a) "prova da posposição;
- b) prova da substituição;
- c) prova do disfarce;
- d) prova da pergunta;
- e) prova da pluralização;
- f) prova do relativo".

O objeto indireto (ibidem:240-2), sob o aspecto semântico, também apresenta três definições:

a) "é o termo da oração em que recai necessariamente¹² a significação do verbo. Em:

(91) O homem aspira à imortalidade".

a significação de aspirar recai necessariamente em imortalidade, mas em:

(92) Eu trabalho no campo.

a significação de trabalhar não recai necessariamente sobre o cam-

¹²0 advérbio necessariamente denota que o complemento é indispensável à integração do processo verbal.

po, não recai em nada, pois se trata de predicação completa.

O autor critica tal definição por considerá-la "falsa", já que se aplica tanto ao objeto direto como ao objeto indireto, e não há como modificá-la porque não se pode incluir a expressão por meio de preposição sem invadir o domínio sintático.

b) "é o termo da oração que completa a significação do verbo transitivo, chamado indireto, porque o substantivo que serve de objeto vem sempre regido de preposição. Em:

(93) Utilizei-me do seu prestígio".

a expressão "regido de preposição", como já vimos acima, é de ordem sintática, além disso, observa-se que são pronominais muitos verbos transitivos indiretos como: lembrar-se, servir-se, orgulhar-se, aborrecer-se, ufanar-se, etc.

c) "é o termo que esclarece o que se deseja saber do bônimo sujeito-predicado. Em:

(94) Você gostou do filme".

o que se deseja saber é enunciado pelo objeto indireto. Considera esta definição "certa" e até "boa", mas "vaga", porque se trata de uma definição extralingüística.

Sintaticamente (ibidem:242-8), chama-se objeto indireto "o substantivo que se une ao verbo, salvo o de ligação, mediante preposição vazia de conteúdo semântico:

(95) Eu gosto do luar serrano".

A preposição que une o objeto indireto ao verbo deve ser vazia de significação por constituir apenas um elo sintático¹³ entre um e outro.

Por serem vazias de significado, a sua omissão prejudica-

¹³As preposições que, normalmente, introduzem o objeto indireto são: a, de, em, para, com e por.

ria a estrutura gramatical, porém não a inteligibilidade da frase. É por esta razão que são omitidas na linguagem telegráfica:

(96) Confiei na tua palavra. / Confiei tua palavra.

A preposição é o que distingue o objeto indireto do objeto direto "desfazendo certas intimidades, como que o hifeniza ao verbo na função de vínculo gramatical", tornando impossível, em português, a transformação da voz ativa em voz passiva. A oração:

(97) Você pertence ao futuro.

não pode ser convertida em:

(98) O futuro é pertencido por você.

porque a preposição "estorva" a transformação, fortalecendo estruturalmente o objeto indireto e, conseqüentemente, impedindo que o mesmo se transforme em sujeito.

Macambira, além de levantar a questão da inexistência de ação em alguns verbos transitivos, faz comentários com relação ao sujeito, bem como ao objeto direto e ao objeto indireto, que nos parecem muito interessantes, porque, embora estruturalista, já considera as relações semânticas do verbo.

Camara Júnior e Macambira apresentam alguns pontos em comum. Porém, Camara Júnior valoriza o critério semântico, enquanto Macambira prefere considerá-lo secundário: "só excepcionalmente e com muita cautela, é que ousamos socorrer-nos do critério semântico como elemento classificatório" (ibidem:20).

1.3.3 - A gramática transformacional

Em *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), Chomsky afirma que uma gramática compreende três conjuntos de regras: sintáticas,

semânticas e fonológicas. As regras sintáticas geram as frases da língua, sendo este componente (o sintático) o único elemento criador. Elas especificam a estrutura profunda (EP) e transformam as frases em estrutura superficial (ES). O caráter gerador de tais regras constitui a base de uma teoria sintática, enquanto os componentes semântico e fonológico são interpretativos das estruturas abstratas geradas pela sintaxe, "não desempenhando qualquer papel na geração recursiva das estruturas das frases" (ibidem, 1978:231).

A estrutura profunda é gerada pelo componente de base: "as regras que enumeram as estruturas profundas de uma língua pertencem ao que se chama componente de base" (Perini, 1979:151). As estruturas profundas são convertidas em estruturas superficiais pelo componente transformacional. Uma gramática modelo-padrão, segundo Lyons, 1976:120, está assim estruturada:

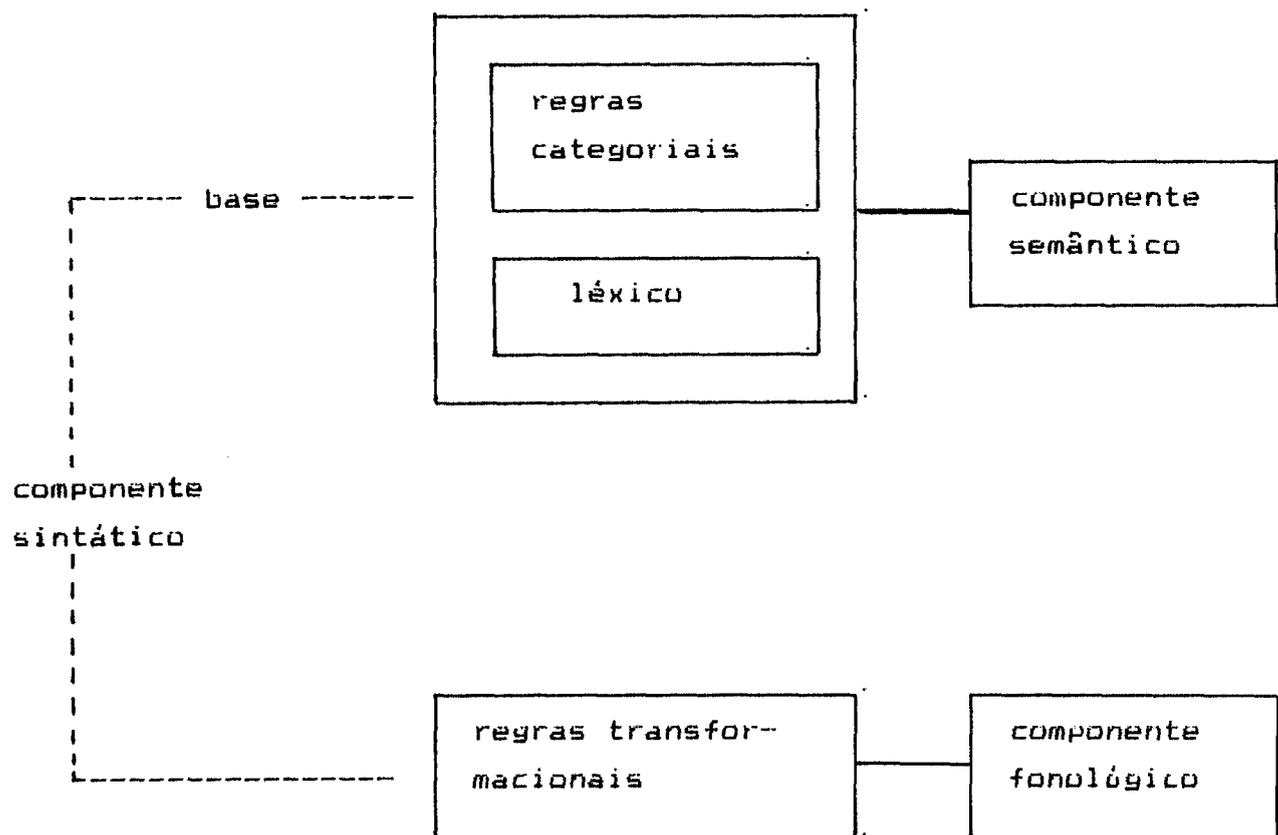


Figura 1

As estruturas profundas de uma língua formam o componente de base, que por sua vez se subdivide em regras categoriais e léxico.

As regras categoriais geram um indicador sintagmático (como SN e SV) que são ocupados pelo símbolo Δ (símbolo vazio), que posteriormente será substituído por itens lexicais (processo denominado inserção léxica) de acordo com traços sintáticos específicos.

O léxico especifica as propriedades sintáticas, semânticas e fonológicas de cada item ou unidade lexical.

Um exemplo de uma cadeia pré-terminal, gerada pelo componente de base, pode ser:

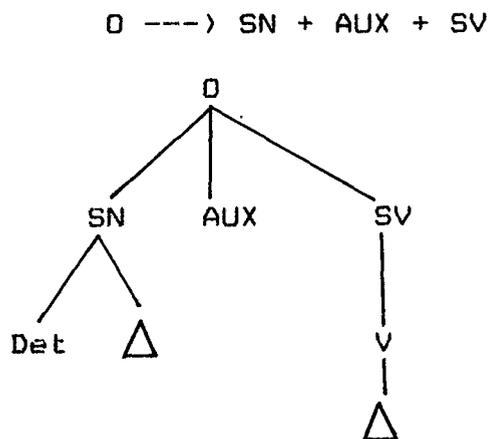


Figura 2

Inserindo itens lexicais no lugar de Δ teremos, através de regras transformacionais de substituição, uma cadeia terminal como:

(99) O esquimó adoeceu.

Essa cadeia pré-terminal pode representar outras orações da língua, inclusive orações agramaticais, pois o léxico não foi selecionado.

A inserção léxica é uma transformação que substitui um elemento Δ por um item léxico que deve obedecer, para não gerar orações agramaticais, condições de analisabilidade, subcategorização estrita e seleção (ou restrições seletivas) (Cf. op. cit.:170-7).

A condição de analisabilidade permite inserir o item léxico bolo no lugar do Δ inicial em (99), pois bolo é marcado [+N] que é exigido pelo Δ inicial para formar o SN.

Entretanto, poderíamos gerar orações agramaticais como:

(100) * O bolo adoeceu¹⁴.

fazendo-se, desta forma, necessário acrescentar as restrições contextuais e não-contextuais.

Estas restrições são realizadas pelas regras de subcategorização estrita (contextuais) e restrições seletivas (não-contextuais), usadas para indicar se o verbo necessita de complemento e que tipo de SN sujeito e SN objeto são exigidos pelo verbo.

é atribuído ao verbo o traço categorial [+V], que em seguida é classificado mediante a regra de subcategorização estrita em transitivo ou intransitivo, conforme necessite ao não de um SN objeto.

O traço [+____] caracteriza os verbos intransitivos, enquanto que o traço [+____ SN] é próprio dos verbos transitivos, isto é, traduz a necessidade de um SN objeto para tais verbos.

Um verbo intransitivo corresponde a um item léxico como:

[+ V + ____]

e para um verbo transitivo temos:

[+ V + ____ SN]

¹⁴0 asterisco denota agramaticalidade.

A subcategorização estrita, após detectar a necessidade de complemento, classifica os verbos transitivos mediante seus traços seletivos, que especificarão os nomes e seus traços na posição de SN sujeito e SN objeto.

Assim, para o verbo arranhar (vt), em:

(101) O gato arranhou o esquimó.

temos V[+ V + ___ SN], onde '___ SN' se interpreta como 'antes de SN'.

Além das condições de analisabilidade e subcategorização estrita, será necessário incluir as restrições seletivas que permitirão especificar o tipo de SN sujeito e SN objeto que o verbo pode ter. Em:

(102) O esquimó faleceu.

a exigência, no caso de falecer, é de que o seu sujeito tenha o traço [+ humano]. Essa característica é indicada por uma proibição, ou seja, o verbo falecer não pode ter um SN sujeito marcado [- humano]. A regra:

[- [- humano] Aux ___]

interpreta-se como 'proibido de ocorrer depois de um SN sujeito marcado [- humano] e de um auxiliar'.

Assim como falecer faz restrições seletivas ao seu SN sujeito, alguns verbos têm restrições quanto ao SN objeto. Convencer, por exemplo, não pode ocorrer com um SN objeto [- animado]:

(103) Convenci Leonardo a entrar no ônibus.

(104) ? Convenci o milho a entrar no ônibus.

O verbo convencer será marcado com o traço [- ___ [- animado]], que significa 'proibido de ocorrer antes de um SN objeto marcado [- animado]'.

Com relação às regras de subcategorização acima, Lyons parece sugerir que estas regras dariam conta de problemas relativos à transitividade, que a gramática tradicional não conseguiu resolver.

Mais especificamente, Lyons (1979:370-1) refere-se à inadequação da definição tradicional de transitividade, amparado em Robins, que ilustra com os verbos *ferir* (hit) e *ouvir* (hear).

Assim, segundo Robins, na oração:

(105) "Eu firo você".

ferir é sintaticamente um verbo transitivo, porque a ação referida "passa" do meu punho (do agente/ator) para você (ao paciente/meta).

Mas em:

(106) "Eu ouço você".

ouvir está exatamente nas mesmas relações sintáticas com os dois pronomes e é considerado verbo transitivo, embora, neste caso, a ação, se é que há referência a alguma ação, é em sentido contrário.

Em (105) há uma ação por parte do sujeito, mas em (106) não acontece o mesmo, pois *ouvir* indica uma sensação e concomitantemente um acontecimento não-agentivo, ou seja, um processo.

A gramática transformacional de Chomsky (1965) também não consegue solucionar a fragilidade da definição tradicional de transitividade a que Lyons se refere, ou seja, as regras de subcategorização estrita e restrições seletivas não dão conta da diferença entre *ferir* e *ouvir* nas orações acima, pois são insuficientes para detectar as relações semânticas (relações de causação, sensação, posse, localização, etc.) entre o verbo e seus nomes.

É provável que estas regras sejam mais apropriadas no tratamento de fenômenos sintáticos, e não de problemas semânticos, como nos parece ser a diferença entre os verbos *ferir* e *ouvir*.

A gramática estrutural e a transformacional acabaram simplificando as relações semânticas de agentividade, sensação, emoção, posse, localização, etc., à noção de transitividade a um nível puramente sintático, ignorando os elementos semânticos que também devem ser considerados ao abordar a transitividade.

Assim, nos capítulos seguintes, tentaremos propor um tratamento semântico (casual) do Objeto, que inclua elementos de ordem semântica integrados com elementos sintáticos.

Servirá de base, para este tratamento semântico do Objeto, a gramática de casos, em especial, o modelo matricial de Cook (1970-1978, revisado/1989), que será abordado no segundo capítulo deste trabalho.

Na verdade, para um tratamento mais completo e rigoroso do Objeto seria preciso levar em conta elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Em nosso trabalho, no entanto, enfatizaremos os elementos semânticos, referindo-nos aos elementos sintáticos e pragmáticos quando necessário.

CAPÍTULO II

GRAMÁTICA DE CASOS

2.1 - Introdução

Neste segundo capítulo, abordaremos especialmente a Gramática de Casos, teoria que servirá de embasamento teórico para a abordagem semântica do Objeto.

Primeiramente (2.2), apresentaremos a teoria clássica (The Case for Case) de Charles Fillmore (1968), seguida de seu modelo de 1971, onde assinalaremos as modificações em relação ao modelo anterior e, ainda, as teorias de Chafe (1970) e Anderson (1971).

Deter-nos-emos sobretudo (2.3) no modelo de Walter A. Cook (1970-1978, revisado/1989), que será examinado com maior profundidade por ser o modelo mais adequado para a abordagem semântica do Objeto.

O modelo de Cook será examinado quanto a 1) representação semântica, 2) lista de casos, 3) tipos de verbos e 4) relação entre entradas lexicais.

2.2 - A gramática de casos

É com Charles Fillmore (1968) que surgiu a Gramática de Casos como uma reação à Gramática Transformacional de Chomsky (1965).

Fillmore fazia duas importantes objeções ao modelo padrão de Chomsky. Inicialmente, ele sustentou que o nível de análise no qual as relações gramaticais tais como sujeito e objeto eram definidas, não era suficientemente profundo. Na Gramática Transformacional, o sujeito era definido como o SN diretamente dominado pela O (oração) e o objeto como o SN diretamente dominado pelo SV.

Para Fillmore as noções de sujeito e objeto expressavam relações de superfície, pois o sujeito superficial pode não coincidir necessariamente com o sujeito lógico da oração. O poder explicativo que se espera de um nível subjacente era alcançado em uma estrutura sintática mais profunda do que a proposta por Chomsky, onde estariam representados os "papéis" dos participantes, isto é, as relações do verbo com seus nomes.

Fillmore propõe, então, sua teoria de casos profundos como relações sintáticas mais profundas do que sujeito e objeto. Na realidade, o próprio Chomsky (1965) já admitira a necessidade de uma noção "mais abstrata de função e relação gramaticais" para explicar a relação entre, por exemplo, gostar/agradar, dar/receber (um golpe), etc. (1978:254).

A segunda objeção de Fillmore à Gramática Transformacional relacionava-se com o tratamento do léxico. No modelo padrão de

Chomsky, a classificação verbal era feita em termos de regras de subcategorização estrita e restrição seletional, as quais classificavam os verbos de acordo com as categorias que os circundavam e seus traços (+ humano, etc.). Fillmore sustentava a inadequação destas regras porque não davam conta da distinção entre certos verbos, como vimos em (1.3.3), nos exemplos (105) e (106):

(105) Eu firo você.

(106) Eu ouço você.

em que tais regras são exatamente as mesmas para ambos os verbos.

A Gramática de Casos resolve este problema ao analisar estas orações em termos de casos, ou seja, as relações do verbo com os seus nomes, os "papéis" dos participantes.

Fillmore mostra o ponto de partida de sua gramática e a diferença da análise da Gramática Transformacional, com exemplos apresentados em 1966:

(107) a) João deu um golpe em Paulo.

b) João recebeu um golpe de Paulo.

(108) a) O açúcar carameliza.

b) Maria carameliza o açúcar.

Pela Gramática Transformacional João é considerado sujeito tanto em (107) a) como em (107) b). Fillmore, no entanto, mostra em sua teoria que João não desempenha a mesma função nas duas orações, pois em (107) a) ele pratica uma ação e, em (107) b) nada faz, apenas recebe a ação de Paulo.

Ao contrário, em (108) a) e b), a Gramática Transformacional analisa açúcar como sujeito na primeira oração e objeto na segunda. Pela teoria de Fillmore, o papel desempenhado pelo termo é o mesmo em ambas as orações.

Fillmore propõe, desta forma, uma estrutura ainda mais profunda do que a proposta por Chomsky, onde encontraremos representados os "papéis" dos participantes e suas relações com o verbo. A oração, em sua estrutura profunda, consiste de um verbo e um ou mais SNs, associados ao verbo por uma relação de caso particular.

Na estrutura básica das sentenças encontramos, então, a "proposição", isto é, um conjunto de relações, sem tempo verbal, incluindo verbos e substantivos (e sentenças encaixadas, se houver), separado do constituinte "modalidade", o qual, por sua vez, inclui, nas sentenças tomadas como um todo, modalidades tais como a negação, o tempo, o modo e o aspecto.

Fillmore propõe a seguinte regra de base:

$$S \text{ ---} \rightarrow M + P$$

$$P \text{ ---} \rightarrow V + C_1 + C_2 \dots C_n$$

$$C \text{ ---} \rightarrow K + SN$$

onde a proposição (P) é formada por um verbo (V) e uma série de relações associadas ao verbo, chamadas casos (C), que poderiam ser definidos como "um conjunto de conceitos universais, presumivelmente inatos, que identificam certos tipos de julgamentos que os seres humanos são capazes de fazer acerca dos acontecimentos que ocorrem a seu redor, julgamentos acerca de assuntos tais como quem fez, com quem aconteceu, e o que foi mudado" (1977:299).

Fillmore exemplifica com:

(109) João abriu a porta com a chave.

onde teremos a seguinte representação:

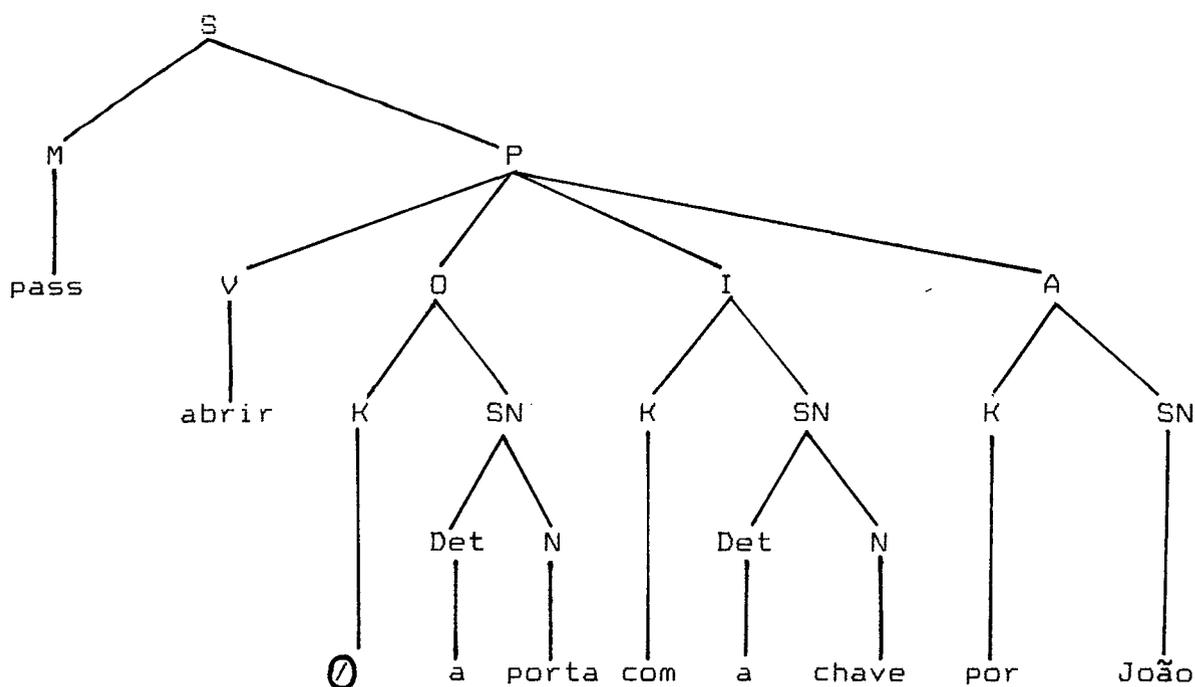


Figura 3

Nesta ilustração, podemos observar, também, a presença dos marcadores casuais (K = preposições) na estrutura profunda. Para Fillmore, a presença destes marcadores é necessária porque em línguas sem desinências casuais, os casos são representados por preposições. Em seu modelo de 1971, o autor abandona esta posição pelo fato de que as preposições aparecem apenas na estrutura superficial, através de regras de transformação, não afetando o significado da sentença.

Propõe, neste primeiro modelo, a seguinte lista de casos:

1. Agentivo (A), o caso do instigador da ação identificada pelo verbo, instigador esse percebido tipicamente como ser animado:

(110) João abriu a porta.

2. Instrumental (I), o caso da força ou objeto inanimado, causalmente implicado na ação ou estado identificados pelo verbo:

(111) A chave abriu a porta.

3. Dativo (D), o caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo:

(112) O filme agradou João.

4. Objetivo (O), o caso semanticamente mais neutro, aquele em que qualquer coisa representada por um substantivo cujo papel na ação ou estado identificados pelo verbo é identificado pela interpretação semântica do próprio verbo; presumivelmente, o conceito deveria ser limitado a coisas que fossem afetadas pela ação ou estado identificados pelo verbo:

(113) A história é verdadeira.

Fillmore adverte que o caso Objetivo não deve ser confundido com a noção de objeto direto ou com o caso acusativo da estrutura superficial. O caso Objetivo também pode ser oracional, isto é, pode ser representado por uma sentença.

5. Factitivo (F), o caso do objeto ou ser resultante da ação da ação ou estado identificados pelo verbo, ou compreendido como parte do significado do verbo. Este caso é usado para expressar o objeto criado pela ação verbal:

(114) João construiu a mesa.

6. Locativo (L), o caso que identifica a localização ou orientação espacial do estado ou ação identificados pelo verbo:

(115) A caixa contém maçãs.

Na versão revisada (1969:366), Fillmore lista o Comitativo como caso proposicional, mas não o define. Pelos exemplos dados, conclui-se ser o caso tipicamente animado usado para expressar acompanhamento, como em:

(116) A criança está com Maria

(117) Maria tem a criança consigo.

Os casos existem numa hierarquia, a qual determinará a escolha do sujeito: se há um Agentivo (A), ele se tornará o sujeito, caso contrário o Instrumental (I) será escolhido como sujeito e, na ausência dos dois, o sujeito será o Objetivo (O). Os casos são ordenados da direita para a esquerda, de acordo com a hierarquia para escolha do sujeito. Esta ordem é posteriormente (1971) alterada.

Para Fillmore, a relação de caso profundo de um SN com o verbo não se altera em virtude das posições superficiais que ele possa vir a ocupar.

Os verbos são selecionados e classificados segundo o tipo e o número de casos exigidos pelo seu significado, e a representação da estrutura semântica é feita em esquemas casuais. Assim, o verbo abrir, por exemplo, exige um Agente (A), um Instrumental (I) e um Objetivo (O). Logo, seu esquema casual será V + [___ O, I, A].

Muitos verbos podem ocorrer em ambientes distintos e, conforme o ambiente, ter esquemas casuais específicos. Assim, o verbo abrir pode ter os seguintes esquemas casuais:

(118) A porta abriu. V + [___ O]

(119) João abriu a porta. V + (___ O, A)

(120) O vento abriu a porta. V + [___ O, I]

(121) João abriu a porta com a chave. V+[___ A,I,O]

Observa-se, neste primeiro modelo (1968), que Fillmore não admite a centralidade do verbo, uma vez que, segundo ele, as combinações de casos, que definem os tipos de sentenças de uma língua, têm o efeito de impor uma classificação verbal de acordo com o tipo de sentença na qual eles podem ser inseridos.

Em seu segundo modelo (1971), Fillmore propõe duas importantes alterações: 1) na estrutura profunda e 2) na lista de casos.

As alterações na estrutura profunda, em relação ao modelo anterior (1968) são: a) ausência do constituinte modalidade, b) ordenação dos casos da esquerda para a direita (VSO) e c) eliminação dos marcadores casuais (K = preposições) da estrutura profunda.

Lista nove casos, assim ordenados hierarquicamente: Agentivo (A), Experienciador (E), Instrumental (I), Objeto (O)¹, Origem (Or), Meta (M), Locativo (L), Temporal (T) e Benefactivo (B).

Aqui, o modelo de 1971 difere do anterior (1968) em três pontos importantes:

Inicialmente, o Instrumental (I) é redefinido para englobar: a) as forças da natureza como o vento, o trovão, etc. e b) o estímulo da experiência psicológica, como no caso dos sujeitos de verbos como agradar, assustar, etc. O primeiro modelo não considerava as forças da natureza, que provavelmente seriam analisadas como agentivas, uma vez que tradicionalmente são consideradas "agentes".

Em segundo lugar, introduz o caso Experienciador (E) para dar conta de predicções psicológicas ou mentais. O Experienciador vai substituir grande parte do caso Dativo (D) do modelo anterior (1968), mas exclui verbos que denotam posse, ganho, perda e transferência de propriedade (agora classificados como M) e verbos de mudança de estado (agora O).

Em terceiro lugar, introduz os casos Origem (Or) e Meta (M) para dar conta de predicções locativas, temporais e outras

¹Fillmore (1971:42) define o caso Objeto (O) como "o caso mais neutro, o caso "wastebasket", a entidade que movimenta ou sofre mudança" e "o conteúdo da experiência psicológica, quando ocorre na posição de objeto direto" (ibidem:53) (Apud Cook, 1989:41).

predicações.

Em 1968, os locativos estáticos e direcionais estavam em distribuição complementar, isto é, eram expressões de um mesmo locativo.

Agora (1971), o caso Locativo (L) abrange, apenas, os locativos estáticos, enquanto Origem (Or) e Meta (M) englobam os locativos direcionais e também os locativos abstratos, ou seja, absorvem as relações temporais, de mudança de estado, posse, ganho ou perda e transferência de propriedade.

O caso Meta (M) absorve o antigo Factitivo (F) de verbos como "escrever, construir", etc., que neste modelo foi eliminado.

Os sistemas casuais que contêm os casos Locativos, Origem e Meta são denominados "localistas", tendo em vista os mesmos darem ênfase ao caso L, em detrimento dos casos E e B.

Após Fillmore, outros lingüistas apresentaram novas propostas baseadas nos (dois) modelos do próprio Fillmore, entre os quais: Chafe (1970), Anderson (1971) e Cook (1970-1978).

Em 1970, Chafe publica em "Meaning and the Structure of Language", seu modelo de Gramática de Casos, baseado em Fillmore (1968).

A diferença fundamental entre Chafe e Fillmore é que Chafe, ao enfatizar a centralidade da semântica, apresenta os casos como **relações semânticas profundas**, enquanto Fillmore os apresentava como **relações sintáticas profundas**.

Diferindo de Fillmore, Chafe defende a centralidade do verbo, afirmando que é este que dita a presença e a natureza do nome, que é periférico. O verbo, além de determinar que nomes o acompanharão, determinará também a relação desses nomes com o verbo e

como esses nomes serão semanticamente especificados.

No modelo de Chafe não há nóculo superior, pois não há necessidade de um símbolo independente O (oração) como ponto de partida para a geração de orações, "o verbo é o único ponto de partida de que precisamos" (ibidem, 1979:98).

Temos ainda, em seu modelo, a ausência do constituinte modalidade, a ordenação dos casos da direita para a esquerda (VOS) - como em Fillmore (1971), bem como a ausência de preposições na estrutura semântica, sendo esta gerada de um verbo (abreviado V) como símbolo inicial e através de regras de formação semântica. Estas regras são:

1) regras que desenvolvem o V, pelo acréscimo de unidades semânticas, tais como: a) unidades seccionais, b) unidades lexicais e c) unidades flexionais;

2) regras que acrescentam Ns (nomes) ao V: para cada unidade seccional é acrescentado um caso;

3) regras que desenvolvem cada N, pelo acréscimo de traços semânticos, que são: a) unidades seccionais, b) unidades lexicais e c) unidades flexionais.

Portanto, a representação semântica de uma dada estrutura resulta da aplicação de todas essas regras de formação semântica. Em um exemplo como (122), temos a representação semântica em algo como um móbile.

(122) Maria vendeu um carro para João.

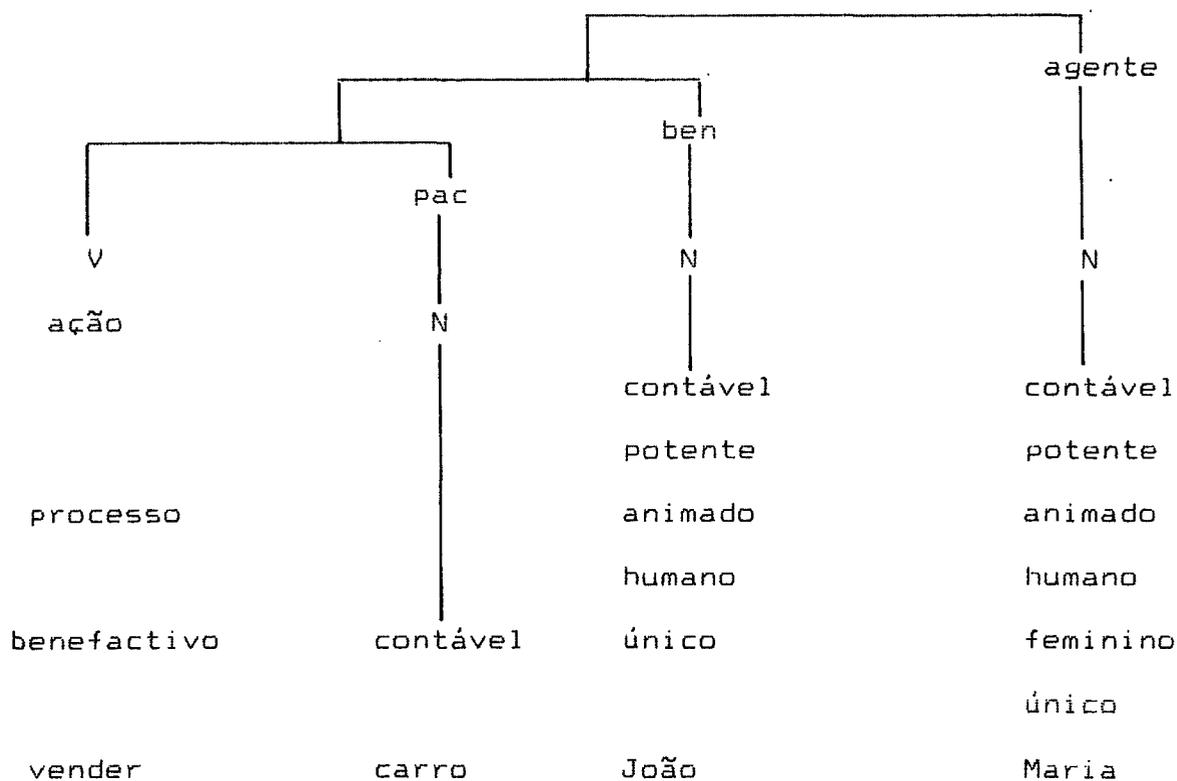


Figura 4

Após a aplicação de todas as regras de formação semântica, virão as regras para a transformação em estrutura superficial, como, por exemplo, a regra de deslocamento de Agente para sujeito, ou de Objeto para sujeito.

A estrutura sintática de (122) ficaria assim:

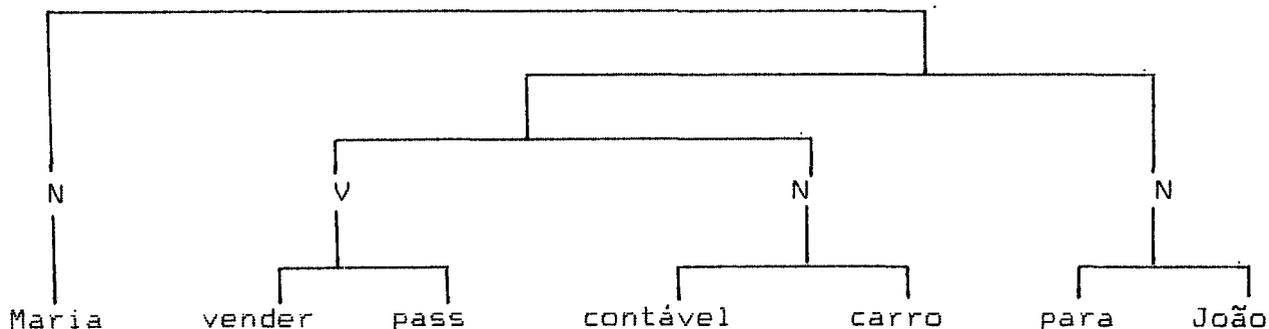


Figura 5

Fillmore dividiu os verbos em estados e ações. Chafe introduz a noção de "processo" e opta por dividi-los em estados, processos, ações e ações-processo. Os três últimos são definidos como não-estados, por responderem a pergunta "Que aconteceu?", que não pode ser respondida por um verbo de estado, já que é um não-acontecimento. Observemos os exemplos do autor:

(123) A madeira está seca.

(124) A madeira secou.

(125) Miguel correu.

(126) Miguel secou a madeira.

Em (123), o verbo é classificado como estado e o nome que o acompanha está num certo estado e é seu paciente.

Em (124) há um processo, em que o nome mudou de estado ou condição. O nome é também paciente do verbo.

O estado pode ser detectado negativamente como não-acontecimento. Não podemos fazer a pergunta "Que aconteceu?" em (123) A madeira está seca, pois obteremos uma resposta negativa "nada aconteceu". Assim, o estado verbal é detectado pela resposta negativa à pergunta "Que aconteceu?", enquanto que para detectar o processo seria respondida a mesma pergunta, porém positivamente, como em (124) A madeira secou, pois aqui temos um acontecimento não-agentivo.

Em (125), temos uma ação, e o verbo se faz acompanhar por um agente. O verbo expressa uma atividade, alguma coisa que alguém faz.

Já em (126), temos concomitantemente processo e ação: há uma mudança de estado (condição) de um nome - paciente do processo - e, ao mesmo tempo, uma ação, onde alguém faz algo ao paciente do processo.

Para detectar ação usamos a pergunta "Que SN fez?", que seria respondida pela oração (125) Miguel correu, e para ação-processo como em (126) Miguel secou a madeira, as duas perguntas seriam respondidas: "Que SN fez?" - secou a madeira - ação; "Que aconteceu?" - a madeira secou - processo.

Chafe estabelece, como vimos, que estados e processos são acompanhados por nomes classificados como pacientes, enquanto que ações são acompanhadas por agentes. No entanto, há a possibilidade de não ocorrer nenhum nome, como nas orações que o autor denomina de "ambiente":

(127) é tarde.

(128) Está chovendo.

Temos, aqui, predicções de zero argumento, pois não há ocorrência de nenhum nome. O verbo cobre o ambiente total e não faz referência a nenhuma coisa particular dentro do ambiente. Em (127) é tarde, o verbo especifica um estado, mas em (128) Está chovendo, uma ação, sem indicar nenhum agente.

Assim, para Chafe, "um verbo pode ser especificado como "ambiente" se for estado ou ação, mas não se for processo" (ibidem:102).

É importante salientar que um dos aspectos mais relevantes, entre outros, no modelo de Chafe é o acréscimo dos verbos processuais, que será incorporado em modelos de outras Gramáticas de Casos, como o de Cook (1970-1978, revisado/1989).

Chafe propõe sete casos denominados relação nome-verbo. São os seguintes: Agente (A), Experienciador (E), Beneficiário (B), Instrumento (I), Paciente (P)², Complemento (C) e Locativo (L).

²Semelhante ao caso Objeto (O) de Fillmore.

Para a relação entre verbos, Chafe propõe um sistema bi-direcional, através de regras derivacionais:

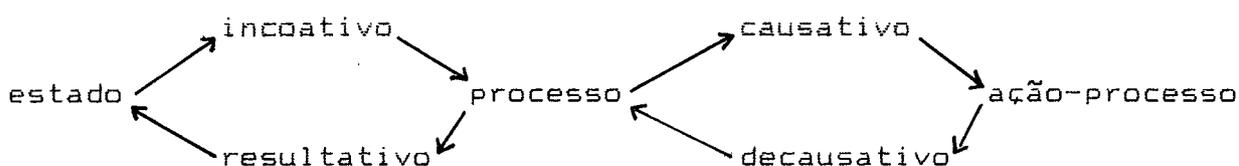


Figura 6

Exemplificando teremos: estado + incoativo = processo: seco/secar, vi; processo + resultativo = estado: quebrar, vi, /quebrado; processo + causativo = ação: quebrar, vi, /quebrar, vt; ação-processo + decausativo = processo: cortar, vt, /cortar, vi.

É a partir destas regras derivacionais que Cook vai propor normas para fixar a forma básica ou intrínseca destes verbos, que veremos ao abordar seu modelo matricial.

Anderson apresenta seu modelo de Gramática de Casos com a publicação de "The Grammar of Case: Towards a Localist Theory" em 1971.

Sua gramática também é relacional, pois o verbo, na sua representação semântica, é o elemento primordialmente relacional e os nomes, os elementos referenciais.

O nóculo V, hierarquicamente superior, administra os casos que a ele estão subordinados. Não menciona o nóculo O (ou S), nem o constituinte modalidade (M). Os casos são ordenados da esquerda para a direita (SVO) e há marcadores casuais na estrutura profunda.

Com referência à lista de casos, Anderson propõe apenas quatro casos: Nominativo, Ergativo, Locação e Ablativo. O Nominativo corresponde ao O (Objeto) e é obrigatório; o Ergativo é o Agente, o Locação divide-se em Locação e Alativo (= Meta); e o Ablativo denota Origem. O Ablativo abarca também os verbos de mudança de estado, de transferência de propriedade, de comunicação e de sensação.

O modelo de Anderson assemelha-se, por um lado, ao segundo modelo de Fillmore (1971), pois apresenta um sistema casual localista, embora com terminologia diferente. Por outro lado, assemelha-se ao modelo de Chafe, no que concerne à classificação geral dos verbos, porque os classifica em estados, processos e ações.

Ao elaborar seu modelo de Gramática de Casos, Cook, que abordaremos a seguir, extrai deste modelo de Anderson, principalmente, a obrigatoriedade do caso Objeto (O).

2.3 - O modelo matricial de Cook

Em uma série de artigos publicados em "Papers on Language and Linguistics" da Universidade de Georgetown, entre 1970-1978, Cook propõe seu modelo matricial de Gramática de Casos, que incorpora as melhores características de Fillmore (1968, 1971), Chafe (1970) e Anderson (1971).

Sua proposta é de um modelo não localista, que afirma a centralidade do verbo.

Segundo Cook (1979:200), um modelo de Gramática de Casos deve conter os seguintes pontos:

- a) o tipo de estrutura profunda;

- b) lista de casos;
- c) a combinação dos casos para a formação de esquemas casuais;
- d) a derivação de um tipo de verbo de outro verbo;
- e) a teoria dos casos não-manifestos como explicação para a ausência parcial ou total de certos casos na estrutura superficial.

Esse modelo representa a estrutura semântica de cada oração em termos de um verbo central e os nomes exigidos pela valência semântica desse verbo. Os nomes que estão em relação de dependência com o verbo são denominados "casos". A valência semântica de um verbo determina o número e o tipo de casos que devem ocorrer com o mesmo.

A estrutura semântica, neste modelo, consiste de um S (proposição) dominando um V (predicado) e um, dois ou três SNs (argumentos), os quais são substituídos por "casos" que, organizados na estrutura, obedecem a uma hierarquia de escolha do sujeito. A figura 7 ilustra a estrutura profunda de (129):

(129) João deu flores para Maria.

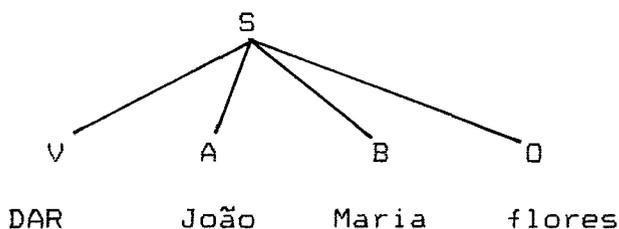


Figura 7

onde o verbo é o elemento central que determina o número e o tipo de casos exigidos pelo seu significado. O verbo e seus casos são apresentados em forma de esquema casual, como em (129):

dar + [___ A, B, O].

O termo "caso", na Gramática de Casos, refere-se a pa-
péis, relações semânticas próprias da estrutura profunda, indepen-
dentes da sua forma superficial, em oposição a termos como sujeito
e objeto, que se referem a relações gramaticais próprias da estru-
tura superficial.

Para Cook, os casos que são exigidos pela valência semân-
tica do verbo são denominados "proposicionais", enquanto que os op-
cionais são denominados "modais", isto é, aqueles que não são exi-
gidos pelo significado do verbo.

Em seu modelo matricial, Cook apresenta cinco casos pro-
posicionais, que de acordo com normas estabelecidas por Fillmore
(1975:5) uma lista casual deve: a) ser pequena em número de casos;
b) adequada para a classificação de verbos de uma língua e c) ter
validade universal.

Os casos listados por Cook (1979:202) são:

1. Agente (A) é o caso exigido por um verbo de ação. "Apesar de ser
tipicamente animado, a noção de agente estende-se às forças da
natureza e até objetos inanimados" (Cook, 1976:67, apud Nicola-
cópulos, 1981:110).
2. Experienciador (E) é o caso exigido por um verbo de experientia-
ção. É o caso que denota sensação, emoção, cognição ou comunica-
ção.
3. Benefactivo (B) é o caso exigido por um verbo benefactivo. É o
possuidor de um objeto ou o participante não-agentivo de uma
transferência de propriedade ou de uma transação comercial, ou
de qualquer processo ou ação que resulte em relação de ganho ou
perda para o participante da ação ou processo.

4. Objeto (O) é o caso obrigatório encontrado em todos os verbos (Anderson, 1971:37; Gruber, 1976:38). É o principal tema neutro do estado, processo ou ação descritos pelo verbo.

5. Locativo (L) é o caso exigido por um verbo locativo. É restrito à localização física e inclui os locativos estáticos e direcionais.

Há, ainda, os casos modais (opcionais) não exigidos pelo significado do verbo, tais como: Tempo, Instrumento, Modo, Causa, Propósito, Resultado, Locativo exterior e Benefactivo exterior.

A lista dos casos proposicionais, apresentada por Cook, caracteriza um sistema casual não-localista, onde os primeiros casos são Agente e Objeto. O Objeto, segundo o autor, é um caso obrigatório. Os casos secundários são Experienciador, Benefactivo e Locativo. A escolha do sujeito é feita de acordo com a ordenação dos casos, ou seja, da esquerda para a direita: A - E - B - O - L. Assim, o sujeito será o A; na ausência deste será o E; na falta do E, será o B; e assim sucessivamente.

Cook propõe, neste modelo, algumas normas para agrupar os casos em esquemas casuais. São as seguintes: a) cada esquema casual consiste de um, dois ou três casos; b) os casos não se repetem no mesmo esquema casual, exceto o caso O; c) o caso O é obrigatório³, d) os casos E, B, L são mutuamente excludentes; e) os casos são listados da esquerda para a direita, obedecendo a escolha hierárquica do sujeito.

Os esquemas casuais representam a estrutura profunda da oração. No entanto, nem sempre os casos presentes na estrutura pro-

³Em orações como:

(130) é tarde, (131) é cedo,

não detectamos o O (Objeto), portanto, a nosso ver, o O não é obrigatório.

funda aparecem na estrutura superficial. São os chamados casos não-manifestos.

Os casos não-manifestos podem ser parcialmente não-manifestos ou totalmente não-manifestos.

Os casos parcialmente não-manifestos podem estar presentes ou ausentes da estrutura de superfície, por isso são chamados "casos apagáveis". Vejamos os exemplos de Fillmore (1968:29):

(132) Mamãe está cozinhando as batatas.

(133) Mamãe está cozinhando.

Em (132), o objeto (as batatas) está presente na estrutura superficial, portanto, está manifesto; enquanto que em (133), o objeto está apagado, logo, não-manifesto.

O esquema casual de (132) e (133) será:

(132) cozinhar, vi [___ A, O]

(133) cozinhar, vt [___ A, *O]/O-apagável⁴

Os casos totalmente não-manifestos são casos que nunca estão presentes na estrutura de superfície, embora sejam casos proposicionais, isto é, fazem parte da valência semântica do verbo. Os casos totalmente não-manifestos compreendem os casos correferenciais e os casos lexicalizados.

Os casos correferenciais são dois casos que, na estrutura profunda, se referem à mesma pessoa ou coisa, tendo uma única realização na estrutura superficial. Exemplificamos com:

(134) João foi a Chicago.

A=O

L

⁴Segundo formalização de Cook (1979:206), será marcado com asterisco o caso que for apagável, lexicalizado ou correferencial, sendo que tal especificação seguir-se-á ao esquema casual.

onde João é, ao mesmo tempo, o agente da ação de vir e o objeto que veio, que se deslocou. Assim, a sentença (134) apresenta o esquema casual [___ A, *O, L]/A=O.

Os casos lexicalizados, segundo Fillmore (1970:119) são os casos que estão incorporados dentro da forma de superfície do verbo, e normalmente não aparecem na estrutura superficial da oração. Exemplificamos com:

(135) João engarrafou a cerveja.



onde o verbo engarrafar, vt traz dentro de sua forma o locativo garrafas: +[___ A, O, *L]/L-lex.

O caso Objeto (O) é o caso que mais aparece lexicalizado na forma verbal. Vejamos o exemplo (136):

(136) O prefeito arborizou a avenida.



onde o verbo arborizar, vt traz em sua forma o caso O - árvores: +[___ A, *O, L]/O-lex.

Cook agrupou os verbos em uma matriz 3 x 4 (daí o nome modelo matricial), classificando-os verticalmente em estados, processos e ações e, horizontalmente em básicos, de experiência, benefactivos e locativos. De maneira geral, os verbos são classificados em estados e não-estados. O verbo de estado é semanticamente estático e é definido como verbo de não-acontecimento. Os verbos de não-estado são classificados em processos e ações; os processuais são verbos de acontecimento não-agentivo, enquanto que os de ação são verbos de acontecimento agentivo.

São esquematizados assim:

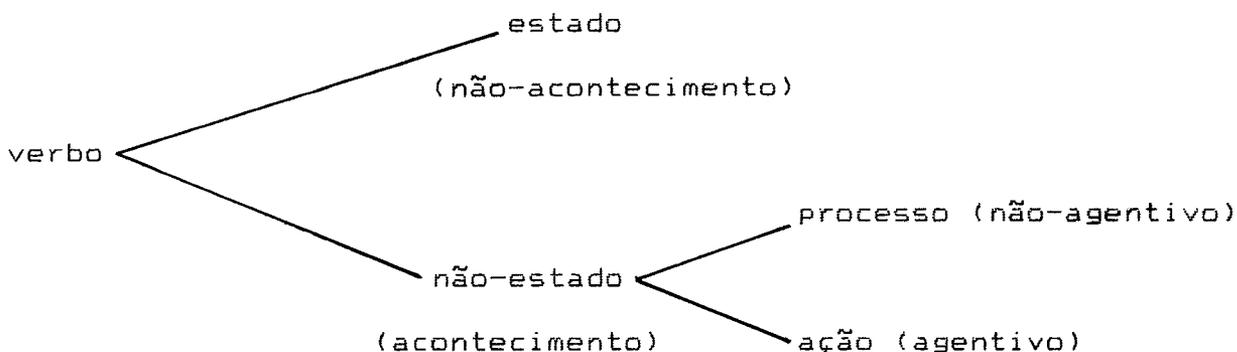


Figura 8

Cook utiliza, para identificar estados, processos e ações, os testes (imperativo, progressivo) usados por Lakoff (1966), Fillmore (1968) e Anderson e também mencionados por Chafe.

Os verbos de estado não admitem o imperativo, nem o progressivo. Exemplificando:

- (137) a) Helena é bonita.
 b) ? Seja bonita, Helena!⁵
 c) ? Helena está sendo bonita.

Os verbos processuais admitem o progressivo, mas não o imperativo. Exemplo:

- (138) a) O homem morreu.
 b) ? Morra, homem!⁶
 c) O homem está morrendo.

⁵A interrogação indica anormalidade. Evitamos usar o asterisco (convenção tradicional para indicar agramaticalidade) porque não pretendemos dar a impressão de que 'todas' as orações assinaladas com a interrogação são necessariamente agramaticais.

⁶Segundo Cruse (1973), verbos de estado ou processuais podem, dependendo do contexto, ser considerados agentivos.

Os verbos de ação admitem tanto o imperativo como o progressivo. Exemplo:

- (139) a) João pinta a casa.
 b) Pinte a casa, João!
 c) João está pintando a casa.

Desta forma, podemos classificar os verbos em: estados [-imperativo, - progressivo]; processos [- imperativo, + progressivo]; ações [+ imperativo, + progressivo].

Além dos testes de Lakoff, Chafe (1979:99-101), como vimos em (2.2), propõe outros testes para detectar estados, processos e ações.

Com a pergunta "Que aconteceu?" podemos distinguir um estado de um não-estado pela resposta que, se negativa, detectará um estado. Revemos o exemplo em:

(123) A madeira está seca.

- "Que aconteceu?" - Nada aconteceu. Logo (123) expressa um estado.

Uma oração de processo responderá à pergunta "Que aconteceu?" positivamente, como em:

(124) A madeira secou.

Orações de ação serão detectadas pela resposta à pergunta "Que BN fez?" como, por exemplo, em:

(125) Miguel correu.

A matriz de esquemas casuais proposta por Cook é a seguinte:

Tipos de Verbos	Básicos	Experimen- tativos	Benefactivos	Locativos
Estados	De Ser alto	E, De gostar	B, De ter	Oe, L estar em
Processos	O morrer	E, O agradar	B, O adquirir	O, L mover, VI
Ações	A, O matar	A, E, O dizer	A, B, O dar	A, O, L pôr

Figura 9

Na matriz, os verbos são classificados de acordo com um campo semântico específico. O caso O, nos verbos de estado, é marcado com um e minúsculo, que indica estatividade. Os verbos básicos usam somente os casos A e O; os verbos de experiência são expressos pelo caso E; os benefactivos, pelo caso B e os locativos, pelo caso L.

Os verbos básicos requerem um O, que, segundo Cook, é um caso obrigatório. Os verbos básicos de estado indicam estatividade e pedem um argumento, como em:

(140) Helena é bonita.

De

em que o esquema casual é +[___ Oe], o mesmo acontecendo com ser alto, estar aberto, etc.

Os verbos processuais são aqueles em que a pessoa ou coisa sofre uma mudança de estado ou condição, como em:

(141) O homem morreu.

O

em que o esquema casual é +[___ O]. O mesmo acontece com os verbos quebrar, vi, abrir, vi, secar, vi, fechar, vi, etc.

Os verbos agentivos são verbos de dois argumentos, isto é, verbos que exigem um A e um O. O agente é o causador da ação seguido por um objeto que expressa a coisa afetada ou criada pela ação, como nos exemplos:

(142) João destruiu a mesa. (afetado)

A O

(143) João construiu a mesa. (criado)

A O

O esquema casual das predicacões agentivas básicas é +[___ A, O].

Os verbos de experiência são aqueles que denotam sensação, emoção, conhecimento e comunicação. Podem ser estáticos, processuais e agentivos.

Os verbos de experiência estáticos são aqueles em que a experiência de sensação, emoção ou conhecimento é percebida estaticamente, como em:

(144) João gosta de sorvete.

E De

onde João é o experienciador e sorvete é o objeto, ou seja, o conteúdo da experiência, marcado com um e minúsculo, que indica estaticidade. Verbos como: saber, vt, amar, vt, odiar, vt, etc., também fazem parte deste tipo de verbo e, apresentam o esquema casual +[___ E, De].

Os verbos de experiência processuais são aqueles em que o experienciador sofre uma mudança psicológica de estado e o O especifica o estímulo ou o conteúdo da experiência (sensação, emoção, cognição ou comunicação), como em:

(145) Helena sentiu o calor do sol.

E O

cujo esquema casual é +[___ E, O].

Os verbos de experiência ativos são aqueles que possuem em seu esquema casual um A que é o causador da ação, um E que experiencia a ação e, um O que é a própria atividade desenvolvida pelo A, como em:

(146) João contou uma história para Helena.

A O E

Verbos como: lecionar, vt, mostrar, vt, responder, vt, perguntar, vt, também fazem parte deste tipo de verbo e, apresentam o esquema casual +[___ A, E, O].

Os verbos benefactivos são aqueles que "expressam posse, ganho ou perda, ou transferência de propriedade" (Cook, 1979:102). Podem ser estáticos, processuais e agentivos.

Os verbos benefactivos estáticos expressam um estado de posse, como em:

(147) João tem uma casa.

B De

onde João é o beneficiário de alguma coisa percebida estaticamente. O esquema casual para verbos ter, vt, possuir, vt, etc. é +[___ B, De].

No entanto, pode haver uma variação neste esquema casual, quando apresentado em ordem inversa, como em:

(148) Esta casa é de João.

De B

cujo esquema casual é +[___ De, B]/ordem inversa.

Os verbos benefactivos processuais são aqueles em que o beneficiário sofre ganho ou perda na transferência de propriedade, como em:

(149) Helena ganhou flores.

B O

Verbos como receber, vt, perder, vt, encontrar, vt, etc., possuem o mesmo esquema casual de (149), ou seja, +[___ B, O].

Os verbos benefactivos ativos são aqueles que exigem, em seus esquemas casuais, um A, um B e um O, como em:

(150) João deu um presente para Helena.

A O B

onde o A é quem pratica a ação, o B é o beneficiário desta ação e o O é o objeto que se transfere de propriedade. O esquema casual para este tipo de verbo, bem como para doar, vt, entregar, vt, etc., é +[___ A, B, O].

Verbos locativos são verbos que "denotam localização física ou mudança de um lugar para outro" (Cook, 1979:103). Podem ser de estados, processos e ações.

Os verbos locativos estáticos expressam a localização de uma pessoa ou objeto, como em:

(151) Helena está no Rio.

Oe L

cujo esquema casual é +[___ Oe, L], podendo ocorrer variação na ordem dos casos, como em:

(152) A caixa contém canetas.

L Oe

onde o esquema casual é +[___ L, Oe]/ordem inversa.

Os verbos locativos processuais são aqueles que especificam um objeto ou pessoa em movimento num acontecimento não-agentivo, em verbos como: rolar, vi, mover, vi, ir, vi (não-agentivos), como em:

(153) A bola rolou montanha abaixo.

O L

O esquema casual para estes verbos é +[___ O, L], mas para verbos como encher, vi, desocupar, vi, etc., em que os casos são listados na ordem inversa, o esquema casual é +[___ L, O], como, por exemplo, em:

(154) O poço encheu de água.

L O

Os verbos locativos agentivos são aqueles que possuem como esquema casual +[___ A, O, L], como em:

(155) João rolou a bola montanha abaixo.

A O L

Em adição a estes quatro tipos de verbos (básicos, experimentativos, benefactivos e locativos), Cook ainda admite um tipo de verbo que ocorre na língua, ou seja, os verbos temporais ou predicções temporais. Podem ser de estados, processos e ações.

Os verbos temporais estáticos são aqueles que exigem um Objeto e um caso Tempo percebidos estaticamente, como em:

(156) Nós já estamos em 1992.

Oe T

Sendo nós o Oe (Objeto) e em 1992 o caso T, com o esquema casual +[___ Oe, T].

Os verbos temporais processuais são aqueles em que um acontecimento dura um certo período de tempo, como em:

(157) A conferência durou duas horas.

O T

Possuem o esquema casual: +[___ O, T].

Os verbos temporais agentivos apresentam em seu esquema casual um A, um O e um T e, denotam tempo cronológico de um aconte-

cimento agentivo, como em:

(158) O presidente antecipou as eleições para outu-

A O T

bro.

cujo esquema casual é +[___ A, O, T].

Considerando que os verbos de uma língua são classificados em esquemas casuais dentro da matriz, torna-se evidente que a relação entre verbos é, muitas vezes, derivada da mesma raiz morfológica. Estas relações incluem: estados, processos e ações, como exemplificadas por Cook (1979:204):

(159) a) A sopa está grossa. (estado) +[___ Oe]

b) A sopa engrossou. (processo) +[___ O]

c) Max engrossou a sopa. (ação) +[___ A, O]

Cook adota, no modelo matricial, o sistema bidirecional de derivação de verbos, baseado em Chafe (1970:132) em que os três tipos de verbos (isto é, verbos de estado, processo e ação) são ligados por meio de unidades derivacionais. Este sistema bidirecional é ilustrado na figura 10.



Figura 10

1. O incoativo é acrescentado aos verbos de estado para formar verbos processuais. Na estrutura lógica, o predicado acontecer é acrescentado a um verbo de estado, como por exemplo, ser grosso + incoativo = engrossar, vi. (= acontecer, ser grosso).

2. O resultativo é acrescentado aos verbos processuais para formar verbos de estado. Neste caso, o predicado acontecer é subtraído do processo verbal, como por exemplo, quebrar, vi (= acontecer, ser quebrado) + resultativo = ser quebrado.
3. O causativo é acrescentado a verbos processuais para formar verbos agentivos. Na estrutura lógica, o predicado causa é acrescentado ao processo verbal, como por exemplo, quebrar, vi + causativo = quebrar, vt. (= causa, quebrar, vi).
4. O decausativo é acrescentado aos verbos de ação para formar verbos processuais. Neste caso, o predicado causa é subtraído do verbo de ação, como por exemplo, lavar, vt (= causa, lavar) + decausativo = lavar, vi.

Cook (ibidem:205) propõe normas para a seleção de formas básicas, que dependem da morfologia e da sintaxe da língua.

Assim, as formas de estado são distinguidas das formas de não-estado pelo critério morfológico. Se tivermos formas de estado e não-estado, a forma morfológicamente mais simples será a forma básica, como por exemplo, em grosso/engrossar e quebrado/quebrar, em que grosso e quebrar são as formas básicas.

As formas processuais são distinguidas das formas agentivas por critérios sintáticos. Assim, se tivermos verbos processuais e agentivos, como por exemplo, quebrar, vi,/quebrar, vt, a forma básica será quebrar, vi, por ser considerado um verdadeiro intransitivo (isto é, verbo que ocorre em predicação simples: O vidro quebrou). A forma transitiva será básica se o verbo intransitivo for um pseudo-intransitivo (isto é, verbo que não ocorre em predicação simples e exige advérbios de modo), como, por exemplo, em lavar, vi,/lavar, vt, a forma básica é lavar, vt. Consideremos não, "O sueter lava", mas "O sueter lava facilmente" (Cf. Nicolacópulos,

1981:76). Segundo Lyons (1979:388), a ordem da derivação é de intransitiva para transitiva e, desta para pseudo-intransitiva.

Uma vez detectada a forma básica, pelos critérios morfológicos e sintáticos, somente esta será introduzida por regras lexicais.

Em "Case Grammar Theory" (1989), Cook ratifica seu modelo matricial (1970-1978) e, revê três aspectos que, segundo ele, necessitam ser considerados e, conseqüentemente acrescentados em sua matriz de tipos de verbos.

A matriz de tipos de verbos (1970-1978) contém doze esquemas casuais considerados necessários e suficientes para a classificação de todos os verbos de uma língua em todas as suas acepções. No entanto, esta exigência pode ser modificada em três pontos:

1) Esquemas casuais com o caso O duplo: problemas especiais surgem com a análise de predicacões de dois argumentos, isto é, aquelas predicacões em que o sujeito e o predicado nominal são colocados em uma relação de igualdade. Para Cook, a solução mais simples é admitir esquemas casuais com o caso O duplo, como por exemplo: ser + SN + [___ Oe, Oe], tornar-se + SN + [___ O, O] e verbos com o significado fazer tornar-se + [___ A, O, O].

2) Há alguns verbos na língua que exigem um caso Tempo (T), que podem ser de estado, processo e ação.

3) Verbos com o mesmo esquema casual, às vezes, diferem na seleção do sujeito, como ter + [___ B, Oe] e pertencer + [___ Oe, B]. O esquema casual é idêntico em número e tipo de casos, no entanto, a seleção do sujeito, considerada "anormal" por Cook, é indicada escrevendo-se o esquema casual com os casos na ordem inversa.

Desta forma, "se estas exceções forem levadas em consideração, a matriz de esquemas casuais deve ser revisada para incluir casos com O duplo, esquemas com o caso Tempo (T) e esquemas que diferem na seleção do sujeito" (ibidem, 1989:196). A matriz de esquemas casuais revisada é apresentada na figura 11.

Tipos de Verbos	Básicos	Experimen- tativos	Benefactivos	Locativos
Estados	Oe ser alto Oe, Oe ser + SN	E, Oe gostar Oe, E ser chato	B, Oe ter Oe, B pertencer	Oe, L estar em L, Oe conter
Processos	O morrer O, O tornar-se	E, O agradar O, E divertir	B, O adquirir O, B ...	O, L mover, vi L, O vazar
Ações	A, O matar A, O, O eleger	A, E, O dizer A, O, E divertir(agt)	A, B, O dar A, O, B culpar	A, O, L pôr A, L, O encher

Figura 11

Como vemos, não podemos afirmar que se trata de acréscimos ou reformulações, mas talvez uma espécie de "enquadramento formal", uma vez que estes "pontos" já foram anteriormente abordados, quer pelo autor (op.cit.:1979), quer por outros gramáticos de casos, como Fillmore (1968, 1971) e Starosta (1977).

Em síntese, Cook, em seu modelo matricial (1970-1978, revisado/1989), adota: 1) a centralidade do verbo, 2) basicamente o sistema casual de Fillmore (1968) e Chafe (1970) o que caracteriza um modelo não-localista, 3) os tipos de verbos de Chafe (1970): estados, processos e ações, 4) a obrigatoriedade do O (Objeto) de Anderson (1971), 5) a teoria dos casos não-manifestos de Fillmore

(1971), 6) o sistema bidirecional de derivação de verbos de Chafe (1970) e, com base nestes três autores, organiza seu próprio modelo, por não considerar completos os outros modelos apresentados.

CAPÍTULO III

O OBJETO

3.1 - Introdução

Este capítulo concentrar-se-á no estudo do Objeto, com especial atenção ao tratamento semântico (casual).

Trataremos, em (3.2), das relações semânticas (Agente, Experienciador, Beneficiário, Objeto, Locativo e Tempo) constantes do modelo matricial e, em seguida, procederemos à análise das: (a) predicções básicas de estado, processo e ação, (b) predicções experimentativas de estado, processo e ação, (c) predicções benefactivas de estado, processo e ação, (d) predicções locativas de estado, processo e ação e (e) predicções temporais de estado, processo e ação.

Veremos, ainda, em (3.2.1), a teoria da correferencialidade e, em (3.2.2), a teoria da lexicalização.

3.2. Relações Semânticas

A definição do binômio sujeito-predicado foi implicitamente determinada, segundo Lyons (1979:358-9), pela distinção substância-acidentes, que remonta à doutrina das categorias aristotélicas de predicação, as quais serviram de fundamentos filosóficos para conceber a idéia de que o mundo é povoado por pessoas, animais e coisas (substâncias) e que essas substâncias são ou os autores (agentes) ou as vítimas (pacientes) de atividades e processos, são dotadas de certas propriedades (acidentes-acidentais), situadas em lugares particulares num determinado tempo e estão sujeitas a mudanças.

A primazia dada à substância foi naturalmente estendida ao sujeito, uma vez que a substância é o sujeito do *lógos*, é o que é susceptível de receber predicação.

Essa definição (de sujeito e predicado) foi feita em termos de análise lógica e assim passou para a análise gramatical tradicional.

Primeiramente, como vimos em (1.3), as noções de sujeito e predicado foram definidas baseadas em frases intransitivas contendo apenas uma expressão nominal e um verbo, sendo o sujeito definido como "ator", "agente", aquele a que se predica algo, como no exemplo (01):

(01) João fugiu.

estendendo-se, em seguida, por paralelismo sintático, a frases transitivas contendo dois elementos nominais e um verbo. Ao passar para a gramática tradicional essa agentividade generalizou-se também aos verbos transitivos. Na frase (02),

(02) João mata Guilherme.

o sujeito é a expressão nominal que está precedente ao verbo e a que se contrapõe ao sujeito é o objeto.

No latim, segundo Camara Júnior (1979:72), o sujeito tinha a terminação do nominativo e o objeto a do acusativo, evitando-se assim dificuldades para determinar o sujeito e o objeto, independente das posições ocupadas na frase.

No português, como não há "casos" para determinar estas funções, o sujeito é definido, tradicionalmente, em termos de posição e concordância. Dessa forma, nas orações transitivas, o SN precedente ao verbo e concordante com ele é o sujeito, e o SN que se lhe contrapõe é o objeto. Se o SN estiver posposto e concordar com o verbo, pode ser considerado sujeito¹, mas também pode não ser. Na gramática tradicional, uma oração como (160):

(160) Isto são flores

o SN (flores) concorda com o verbo, mas não é o sujeito.

A nível sintático, podemos observar que as posições dos SNs podem conflitar quanto à função de sujeito ou objeto. A nível semântico e, mais precisamente, na Gramática de Casos, isso não ocorre, pois as relações semânticas são definidas em termos de casos que são associados ao verbo, independente da posição ocupada na oração. Os SNs serão candidatos a casos, que serão determinados pelo elemento central, o verbo ou predicador.

Os casos ou valores semânticos incluem, segundo o modelo matricial de Cook (1970-1978, revisado/1989), as funções casuais de Agente (A), Experienciador (E), Benefactivo (B), Objeto (O), Locativo (L) e Tempo (T).

Os papéis argumentais desempenhados pelos diversos nomi-

¹Pontes (1986:173) observa "o SN posposto tem mais traços de objeto do que de sujeito".

nais não coincidem com as funções sintáticas que exercem nas orações. Do ponto de vista semântico, os papéis argumentais mantêm, nas diversas estruturas, regularidades semânticas, enquanto que as funções sintáticas não demonstram o mesmo. Exemplificamos com:

	Sujeito	Predicado	O.D.	O.I.	Ag. Passiva
(161)	↓ Maria	↓ deu	↓ um livro	↓ a João	↓ -
(162)	João	tem	um livro	-	-
(163)	Um livro	foi dado	-	a João	por Maria

	Agente	Predicador	Objeto	Beneficiário
(161)	↓ Maria	↓ deu	↓ um livro	↓ a João
(162)	-	tem	um livro	João
(163)	por Maria	foi dado	um livro	a João

O SN Maria, nos exemplos acima, desempenha as funções sintáticas de sujeito em (161) e agente da passiva em (163), mas em ambas, do ponto de vista semântico, é o Agente (A).

Por outro lado, o SN João é o sujeito sintático em (162) e o objeto indireto em (161) e (163), mas exerce o mesmo papel semântico, isto é, é sempre o Beneficiário (B), nas três estruturas acima, independente de sua posição nas orações.

O SN um livro é o objeto direto sintático em (161) e (162), mas passa a sujeito (paciente) quando da transformação passiva em (163). No plano semântico, o SN um livro, exerce, nos exemplos dados, a função de Objeto (O), sendo aqui o objeto da transferência de propriedade.

Na gramática tradicional, um mesmo referente é candidato às funções sintáticas de sujeito ou objeto dependendo da sua posição e concordância com o verbo; na gramática de casos, um mesmo referente é, independente da sua posição na oração, um candidato ao caso que for exigido pelo verbo, ou seja, Agente (A), Experienciador (E), Benefactivo (B), Objeto (O), Locativo (L) e Tempo (T).

Fillmore (1977:297) observa que, "as combinações de casos que definem os tipos de sentenças de uma língua têm o efeito de impor uma classificação dos verbos na língua, de acordo com o tipo na qual eles podem ser inseridos".

Os verbos, por sua vez, são classificados dentro do modelo matricial (figura 11), postulado por Cook (op.cit.:203, 195), de acordo com o campo semântico específico, em: básicos, experimentativos, benefactivos e locativos, podendo cada um deles ser de estado, de processo ou de ação.

Os verbos **básicos** utilizam somente os casos A e O; os verbos **experimentativos** terão o E; os **benefactivos** terão o B; os **locativos** incluem o L e os temporais incluem o T.

Os verbos **básicos**, de maneira geral, são classificados em estados e não-estados. O verbo de estado é semanticamente estático e é definido negativamente como verbo de não-acontecimento. Os verbos de não-estado são classificados em processos e ações; os processos são verbos de acontecimento não-agentivo, enquanto que os de ação são verbos de acontecimento agentivo.

Ficam assim esquematizados:

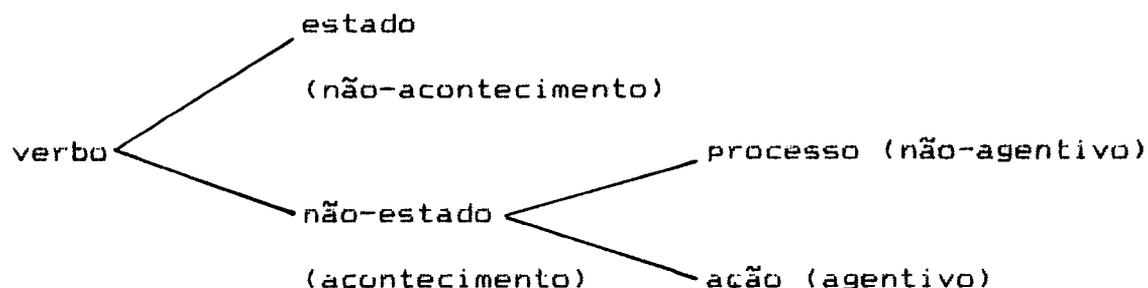


Figura 12

Assim, de acordo com o modelo matricial, os verbos básicos devem ter um O (Objeto). Nos verbos básicos de estado, o caso O é marcado O_e por expressar estatividade como em (164):

O_e

(164) "Num dos salões existem duas cruzes e um altar de pedra" (F.S.P., 27.06.92:3-3).²

A estrutura sintática da oração (164) apresenta o verbo existir, que é intransitivo, isto é, não necessita de complemento, acompanhado do SN sujeito - duas cruzes e um altar de pedra - e do adjunto adverbial de lugar - num dos salões.

No ponto de vista semântico, a mesma oração (164) contém um O_e (Objeto). O caso O_e está em uma relação de **estatividade** com o seu verbo. É a "coisa" que está sendo descrita. Expressa um não-acontecimento. Seu esquema casual é + [___ O_e].

As orações seguintes também apresentam o mesmo esquema casual:

²Os exemplos com que ilustraremos este capítulo foram coletados no discurso jornalístico, entre agosto de 1991 e julho de 1992, da Folha de S. Paulo, relativos a textos atuais e de interesse geral.

(165) "São costureiras. No dia 22 de dezembro receberam férias coletivas. Ao voltar das férias, dia 06 de janeiro, a empresa onde trabalharam por muitos anos não existia mais. As portas ostavam fechadas, as máquinas tinham sido vendidas. Estavam desempregadas"³ (F.S.P., 20.05.92:1-3);

(166) "Há duas razões para tal crescimento.⁴ A instabilidade da economia levou muitos brasileiros a buscar, nem sempre de forma muito ortodoxa, locais mais seguros para seu dinheiro" (F.S.P., 21.06.92:2-1);

(167) "Saldo comercial de maio é o terceiro maior em dez anos" (F.S.P., 23.06.92:2-1);

(168) "Jeca está vivo no Vale do Paraíba" (F.S.P., 23.06.92:5-1);

(169) "Josef Stálin está "vivo" em Gori" (F.S.P., 28.06.92:3-1).

³Nas orações complexas, o verbo, em análise, será destacado.

⁴A gramática tradicional considera haver verbo impessoal e classifica a oração (166) como oração sem sujeito, seguida do SN - duas razões (...) como objeto direto.

Optamos por considerar haver sinônimo de existir e, assim sendo, fazer a mesma análise, isto é, considerar o SN - duas razões (...), como sujeito do verbo haver por 1) ser o único SN que ocorre com o verbo e 2) por não ser este SN um objeto, visto que, já tradicionalmente, o objeto inexistente sem o sujeito, uma vez que é o elemento que por sua própria natureza se contrapõe ao sujeito.

Segundo a Gramática de Casos, a mesma oração (166) é constituída por uma predicacão existencial de um argumento e, por isso, exige um O, marcado Oe, por estar em uma relação de estatividade com o seu verbo.

Encontramos também o caso **Oe** duplo, como em (171):

Oe

Oe

(170) "Contrastes são a grandeza da poesia de Yeats"

(F.S.P., 20.05.92:4-8).

A estrutura sintática de (170) apresenta dois SNs, sendo o SN_1 - contrastes - o sujeito do verbo ser, que é verbo de ligação, isto é, admite o SN_2 - a grandeza da poesia de Yeats - como predicativo do sujeito.

A nível semântico, a mesma oração (170) é constituída por um verbo básico estático, com dois O (Objetos) semânticos em uma relação de equivalência, percebidos estaticamente e, por isso, marcados **Oe**. Seu esquema casual é + [___ Oe, Oe].

As quatro orações seguintes apresentam o mesmo esquema casual:

(171) "Marcia Haydée é uma das maiores bailarinas de nossos tempos, uma artista completa" (F.S.P., 11.05.92:4-6);

(172) "Arte Amazonas é resultado de workshop" (F.S.P., 05.06.92:4-8);

(173) "Rio é centro do mundo, durante três dias" (F.S.P., 13.06.92:1-11);

(174) "A pedra tinha cerca de 20 kg" (F.S.P., 13.06.92:3-1).

Os verbos básicos processuais possuem o caso O (Objeto) e expressam um acontecimento não-agentivo), como em (175):

O

(175) "Morre Sattamini, o marchand da geração 80" (F.S.P., 20.05.92:4-3).

A estrutura sintática de (175) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Sattamini - o sujeito do verbo morrer, considerado verbo intransitivo, isto é, que não necessita de complemento. A oração (175) contém ainda o SN₂ - o marchand da geração 80 -, que desempenha a função de aposto, que a gramática tradicional classifica como termo acessório da oração.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (175) exige um O (Objeto), que está em uma relação de **processo** com o seu verbo; é a "coisa" que ocorre, que sofre mudança de estado. Expressa, em termos gerais, um acontecimento não-agentivo.

A oração (175) e as que seguem apresentam o esquema casual + [___ O]:

(176) "Vendas caem até 60% na região do ABCD" (F.S.P., 11.05.92:2-3);

(177) "O desemprego em São Paulo cresce" (F.S.P., 20.05.92:1-3);

(178) "Ontem ocorreram novos choques entre manifestantes pró-democracia e tropas do governo" (F.S.P., 20.05.92:2-1);

(179) "Cresce publicação de livros na Itália" (F.S.P., 20.05.92:4-1);

(180) "João Sattamini, da galeria subdistrito, morreu no último sábado, aos 49 anos, em São Paulo" (F.S.P., 20.05.92:4-1);

- (181) "Acaba expedição sobre bloco de gelo flutuante" (F.S.P., 06.06.92:2-11);
- (182) "O futebol clássico acabou" (F.S.P., 06.06.92:3-5);
- (183) "Bolsa cai e projeta TRD 21,45%" (F.S.P., 07.06.92:2-6);
- (184) "Começa nas Filipinas a Olimpíada Mundial" (F.S.P., 07.06.92:5-6);
- (185) "Duro e dólar sobem com especulação" (F.S.P., 14.06.92:2-6);
- (186) "Resultado da operação: apenas nove dos 56 prisioneiros sobreviveram e relataram a sua história no hospital de Tuzla (130 km ao norte de Sarajevo)" (F.S.P., 23.06.92:2-12);
- (187) "Se forem atingidos os depósitos, haverá um desastre ecológico de grandes proporções, pois neles estão armazenadas 450 toneladas de cloro e 50 toneladas de mercúrio, substâncias altamente tóxicas" (F.S.P., 23.06.92:2-12);
- (188) "Estudo do Cepea indica que os insumos estão mais caros, enquanto os preços dos produtos caíram" (F.S.P., 23.06.92:5-3);
- (189) "Menino morre em explosão de bomba" (F.S.P., 26.06.92:3-1);
- (190) "A incineração acontece no Dia Internacional de Combate às Drogas" (F.S.P., 26.06.92:3-2);
- (191) "Boatos continuam e Cruzeiro é esquecido" (F.S.P., 26.06.92:3-5);
- (192) "A Secretaria de Saúde de Goiânia deve realizar esta semana o treinamento para o curso sobre saúde ocular, que ocorre nos próximos dias 1 e 2" (F.S.P., 23.06.92:3-2);

(193) "O acidente ocorreu às 10h30" (F.S.P., 23.06.92:3-2);

(194) "É uma maneira elíptica de dizer que, se a Rodada Uruguai fracassar, poderá haver uma guerra comercial no mundo" (F.S.P., 26.06.92:2-10);

(195) "Bomba explode em rua da City londrina: (F.S.P., 26.06.92:2-12);

(196) "O campeão paulista, brasileiro e sul-americano venceu nove partidas contra cinco do Santos. Houve quatro empates" (F.S.P., 27.06.92:3-7);

(197) "A aposentadoria por tempo de serviço deve mudar" (F.S.P., 28.06.92:2-1);

(198) "As vendas de ônibus aumentaram 21% de janeiro a maio deste ano e devem repetir o recorde de 1991" (F.S.P., 28.06.92:2-1);

Há, também, predicções processuais com o caso O duplo como em (199):

O

O

(199) MAM carioca vira capital da cultura na Eco-92" (F.S.P., 05.06.92:4-8).

A estrutura sintática da oração (199) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - MAM carioca - o sujeito do verbo virar, que é verbo de ligação, isto é, admite o SN₂ - capital da cultura - como predicativo do sujeito, seguido do adjunto adverbial de tempo - na Eco-92.

A nível semântico, a mesma oração (199) é constituída por um verbo básico processual - virar - com dois O (Objetos) se-

mânticos, que sofrem mudança de estado. Seu esquema casual é + [___ O, O].

O mesmo esquema casual é estendido às orações seguintes:

(200) "Eco-92 torna-se oportunidade para empresários se mostrarem "ecologicamente corretos" (F.S.P., 07.06.92:2-1);

(201) "Anhangabaú vira pólo cultural de São Paulo" (F.S.P., 13.06.92:4-5);

(202) "Por isso, desde o ano passado o ritual solar virou um rito policial - cercar estradas, impor barreiras, deter drogados, revistar ônibus e conter caravanas - num claro abuso autoritário que, no entanto, conta com o apoio dos moradores" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

(203) "Oba! País do jeitinho vira país do jatinho" (F.S.P., 26.06.92:4-4);

(204) "Declarações de holandeses viram atração na All England Club" (F.S.P., 27.06.92:3-5);

(205) "Jipões de luxo viram moda chique" (F.S.P., 28.06.92:9-1),

(206) "O líder da banda inglesa Rolling Stones virou vovô" (F.S.P., 04.07.92:4-1);

(207) "Palácio cria 'esquadrão da morte' contra CPI. Banco do Brasil vira 'QB' da reação governista" (F.S.P., 11.07.92:1-1);

(208) "Eleição dos EUA vira Pepsi x Coca" (F.S.P., 11.07.92:2-12).

Os verbos básicos agentivos são aqueles que exigem um A (Agente) que pratica a ação e um O (Objeto) que está em uma relação de afecção com o A. Expressam, em termos gerais, um acontecimento

agentivo, como em (209):

A O

(209) "Vento⁵ abriu o mar Vermelho a Moisés" (F.S.P., 07.06.92:6-18).

A estrutura sintática da oração (209) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - vento - o sujeito do verbo abrir, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - o mar Vermelho - como objeto direto e o sintagma preposicional (S.Prepos.) - a Moisés - como objeto indireto.

Sob o aspecto semântico, a mesma oração (209) exige um A (Agente) que é o caso exigido por um verbo de ação, por estar em uma relação de **agentividade** com o seu verbo e um O (Objeto) que está em uma relação de **afecção** com o A. Em termos gerais, expressa um acontecimento agentivo. Seu esquema casual é + [___ A, O].

O mesmo esquema casual é estendido às orações (210) a (224) que seguem:

(210) "Choques étnicos na Moldova matam 15" (F.S.P., 20.05.92:2-9);

(211) "Bota e Cruzeiro abrem as semi-finais" (F.S.P., 06.06.92:3-5);

(212) "Recessão aumenta a procura em até 60%" (F.S.P., 14.06.92:2-4);

(213) "Saque por demissão faz receita cair 79%" (F.S.P., 23.06.92:2-10);

(214) "Epidemia de verruga causa morte no Peru" (F.S.P., 23.06.92:2-11);

⁵É importante lembrar que o A (Agente), o instigador da ação, não é necessariamente um ser animado. Forças da natureza (como vento, trovão, relâmpago, etc.), objetos inanimados (como instituição humana ou nação) também podem ocorrer como Agentes.

(215) "A polícia fechou uma fábrica clandestina de beneficiamento de palmito em São José dos Campos" (F.S.P., 23.06.92:3-1);

(216) "Rio amplia espaço para camelôs" (F.S.P., 23.06.92:3-1);

(217) "Carro se desgoverna e mata três no Rio" (F.S.P., 23.06.92:3-2);

(218) "Time feminino encerra treinos para amistoso" (F.S.P., 23.06.92:3-5);

(219) "Queda dos preços piora relação de troca" (F.S.P., 23.06.92:5-3);

(220) "Desgaste dos molares reduz apetite" (F.S.P., 23.06.92:5-6);

(221) "Greve de trens afeta 1 milhão nos EUA" (F.S.P., 26.06.92:2-12).

(222) "A Securit eliminou a divisão de cozinhas planejadas, cujo faturamento não recuperava as despesas" (F.S.P., 28.06.92:2-2);

(223) "BC muda prazos para a compensação de cheque" (F.S.P., 28.06.92:2-6);

(224) "Collorgate afeta vendas de viagens à Disney" (F.S.P., 28.06.92:2-8);

Por outro lado, o caso O (Objeto) também pode denotar o **objeto criado**⁶, aquele que expressa o produto da criação do Agente, como em (225):

⁶Cook considera o caso Factitivo (de Fillmore, 1968) um alocaso do caso Objeto, por estar em distribuição complementar com o objeto criado (Apud Nicolacópulos, 1981:85).

A O

(225) "Instituto produz soro contra cobras do AM"
(F.S.P., 20.05.92:3-2).

A estrutura sintática da oração (225) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - instituto - o sujeito do verbo produzir, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - soro contra cobras do AM - como objeto direto.

Sob o ponto de vista semântico, a mesma oração (225) exige um A (Agente) que pratica a ação e, por isso, está em uma relação de **agentividade** com o seu verbo e um O (Objeto) que expressa o **objeto criado**, por ser o produto da criação do A (Agente). Seu esquema casual é + [____ A, O].

Há, também, predicacões básicas agentivas com o caso O duplo, como em (226):

A O-lex O

(226) "BB abre linha de pré-custeio" (F.S.P.,
23.06.92:5-3).

A estrutura sintática da oração (226) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - BB - o sujeito do verbo abrir, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - linha de pré-custeio - como objeto direto.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (226) exige um A (Agente) que pratica a ação e, por isso, está em uma relação de **agentividade** com o seu verbo e dois O (Objetos) semânticos, sendo o primeiro O aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição, que se encontra lexicalizado⁷, ou seja,

⁷Trataremos da teoria da **lexicalização** posteriormente, na seção 3.2.2.

incorporado ao verbo **abrir** (= fazer abertura) e o segundo **O** que está em uma relação de **afecção** com o **A**. Seu esquema casual é +[___A, *O, O]/O-lex.

Há, ainda, predicções básicas agentivas com o caso **O** triplo^B, como em (227):

A	O-lex	O	O
---	-------	---	---

(227) "Cheques ligam PC Farias a Collor" (F.S.P., 28.06.92:1-1).

A estrutura sintática da oração (227) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - cheques - o sujeito do verbo ligar, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - PC Farias - como objeto direto e o S.Prepos. - a Collor - como objeto indireto.

Sob o ponto de vista semântico, a mesma oração (227) exige um **A** (Agente) que é o caso exigido por um verbo de ação, por estar em uma relação de **agontividade** com o seu verbo e três **O** (Objetos) semânticos. O primeiro **O** aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição, está lexicalizado ao verbo ligar e, o segundo e o terceiro **O** (Objetos) são os dois elementos que estão em uma relação) de **equivalência** entre si, equivalência esta estabelecida por ligar (= fazer ligação). Seu esquema casual é + [___ A,*O,D,O]/O-lex.

Os verbos de experiência são aqueles em que o caso **E** (Experienciador) expressa **sensação, emoção, cognição ou comunicação**, podendo ser estáticos, processuais e agentivos.

Os verbos de experiência estáticos possuem dois argumentos um **E** (Experienciador) e um **O** (Objeto) que expressa o conteúdo da experiência percebido estaticamente e, por isso, marcado **O₀**, cu-

^BCook (1989:196) admite a existência de dois **O** (Objetos) semânticos. No entanto, se usarmos a teoria da lexicalização, teremos um terceiro **O**, aqui lexicalizado.

mo em (228):

E De

(228) "Tuma conhecia destino de desaparecidos" (F.S.P., 20.06.92:1-11).

A estrutura sintática da oração (228) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Tuma - o sujeito do verbo conhecer, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - destino de desaparecidos - como objeto direto.

Sob o ponto de vista semântico, a mesma oração (228) exige um E (Experienciador) que é o caso exigido por um verbo de experiência, por estar em uma relação de cognição com o seu verbo e um De (Objeto) que expressa o conteúdo da experiência percebido estaticamente. Seu esquema casual é +[___ E, De].

O mesmo esquema casual é estendido às orações que seguem:

(229) "O partido queria uma nova proposta de reajuste" (F.S.P., 20.05.92:3-3);

(230) "Dorothea quer fim dos boatos de congelamento" (F.S.P., 06.06.92:2-3);

(231) "PMDB acha impossível o apoio do PSDB" (F.S.P., 06.06.92:1-9);

(232) "Nadador teme por seu time" (F.S.P., 06.06.92:3-8);

(233) "Os países ricos não toleram mais os países pobres" (F.S.P., 06.06.92:4-8);

(234) "Ministro acha que⁹ CPI é perda de tempo frente à crise do país" (F.S.P., 07.06.92:1-5);

⁹O caso O (Objeto) também pode ser oracional.

(235) "Candidato do PDS a prefeito acha que chegou a sua vez" (F.S.P., 07.06.92:1-10);

(236) "Os druidas sempre tinham uma explicação: se a colheita tinha sido ruim é porque o rei já não tinha forças para fecundar a natureza e deveria ser substituído por um deus mais jovem" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

(237) "Governo e empresas querem novo acordo" (F.S.P., 23.06.92:2-1);

(238) "Para a Aeronáutica, pode ter havido pane na turbina; a Vasp acredita que foi falha humana" (F.S.P., 23.06.92:3-1);

(239) "Barcelona teme atentados" (F.S.P., 23.06.92:3-5);

(240) "Além das ausências confirmadas, o Santos tem outro problema" (F.S.P., 27.06.92:3-7);

(241) "Se alguém não acredita em duendes, visite a Esplanada dos Ministérios em Brasília" (F.S.P., 28.06.92:1-4);

(242) "Governo não sabe como pagar os 147%" (F.S.P., 28.06.92:2-1);

(243) "Empresários estão otimistas com vendas" (F.S.P., 11.07.92:2-1).

Pode, porém, haver uma variação neste esquema casual, quando ele se apresenta em ordem inversa, isto é, +[___ *Oe*, *E*]/ ordem inversa, como em (244):

(244) "Para advogado será difícil processar índia" (F.S.P., 10.07.92:3-1).

Encontramos, ainda, predicções experimentativas de estado que possuem um *E* (Experenciador) e dois *Oe* (Objetos) semânticos, como em (244):

Os verbos de **experiência processuais** possuem dois argumentos, um E (Experienciador) e um O (Objeto) que expressa o conteúdo da experiência percebido como um acontecimento não-agentivo, como em (247):

	E	O	
(247)	"Eu	nunca	vi o Maracanã" (F.S.P., 14.06.92:5-1).

A estrutura sintática da oração (247) apresenta dois SNs, sendo o primeiro SN - eu - o sujeito, seguido do adjunto adverbial de negação - nunca - e o verbo ver que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - o Maracanã - como objeto direto.

A nível semântico, a mesma oração (247) exige um E (Experienciador) que é o caso exigido por um verbo de **experiência**, por estar em uma relação de **sensação** com o seu verbo e o caso O (Objeto), que expressa o conteúdo da experiência percebido como um acontecimento não-agentivo. Seu esquema casual é +[___ E, O].

As orações que seguem também possuem o mesmo esquema casual, mas em (253) o E está apagado (+[___ *E, O]/E - apag.):

(248) "Faldini **recebeu** críticas de corretores nacionais e do exterior por ter vetado na quinta-feira o lançamento de ADRs (recibos de depósitos nos EUA com lastro em ações) da Telebrás e por ter autorizado a empresa a recomprar papéis de sua emissão sem que a operação passe pelas Bolsas" (F.S.P., 14.06.92:2-2);

(249) "Illgner nem viu a bola" (F.S.P., 27.06.92:3-5);

(250) "EUA acham buraco-negro" (F.S.P., 10.07.92:1-12);

(251) "Astrônomos **descobriram** na galáxia NGC 3115 o que pode ser um buraco-negro com uma massa de 1 bilhão de sóis" (F.

S.P., 10.07.92:1-12);

(252) "Membros e dirigentes de sindicatos rurais foram mortos ou receberam ameaças de morte e na maioria dos casos as autoridades nada fizeram diz a AI" (F.S.P., 10.07.92:2-10);

(253) "Monza 2.0 automático fica mais confortável"¹¹ (F.S.P., 28.06.92:9-8).

Há, também, predicacões experimentativas processuais que possuem um E (Experienciador) e dois O (Objetos) semânticos, como em (254):

E

(254) "Meninas entram na puberdade mais cedo e, aos

O O

13 anos, já sentom saudades da infância" (F.S.P., 28.06.92:4-1).

A estrutura sintática da oração (254) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - meninas - o sujeito do verbo sentir, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - saudades - como objeto direto e o SP - da infância - como complemento nominal.

Sub o aspecto semântico, a mesma oração (254) exige um E (Experienciador) que é o caso exigido por um verbo de experiência, por estar em uma relação de sensação com o seu verbo e dois O (Objetos) semânticos, sendo o primeiro O aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição e o segundo O expressa o conteúdo da experiência, percebidos como um acontecimento não-agentivo. Seu esquema casual é +[___ E, O, O].

O mesmo esquema casual é estendido às orações (255) e (256):

¹¹ caso E (Experienciador), em posição de objeto, muitas vezes, talvez por economia, não aparece na estrutura de superfície, isto é, está apagado. No entanto, pode ser resgatado pelo contexto, como em (252) (= para os usuários).

(255) "De Delfim Netto (PDS-SP), ao tomar conhecimento da reportagem da revista "Isto É" que revela ligação entre PC Farias e a casa da Dinda: Dou a mão à palmatória: o governo acabou" (F.S.P., 28.06.92:1-4);

(256) "O advogado Amauri Azevedo, 57, da Funai em Belém (PA), disse ontem que a promotora Lúcia Bueno terá dificuldades para provar a "emancipação de fato" de Irekran, mulher do líder indígena Paulinho Paiakan" (F.S.P., 10.07.92:3-1).

Os verbos de *experiência agentivos*¹² são aqueles que exigem um A (Agente), o causador da ação, um E (Experienciador) que está em uma relação de *sensação, emoção, cognição ou comunicação* com o seu verbo e um O (Objeto), que expressa o conteúdo da experiência de E, como em (257):

A	O	(E)
---	---	-----

(257) "A TV Gazeta mostra o jogo" (F.S.P., 20.05.92:3-1).

A estrutura sintática da oração (257) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - a TV Gazeta - o sujeito do verbo mostrar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - o jogo - como objeto direto.

A nível semântico, a mesma oração (257) exige um A (Agente), um E (Experienciador) e um O (Objeto), que é o conteúdo da experiência de E, resultante da relação de *agentividade* de A com seu verbo. Nesta oração o E está apagado. Seu esquema casual é +[___ A, *E, O]/E - apag.

¹²Verificamos, nos dados coletados, que um grande número de predicções deste campo semântico envolvem *correferencialidade*. Trataremos deste assunto posteriormente, na seção 3.2.1.

As orações (258) a (264) apresentam o mesmo esquema casual:

(258) "Museu mostra exposição de artesanato com nobreza inédita" (F.S.P., 05.06.92:4-8);

(259) "A Cultura exhibe hoje, pela primeira vez na TV, "Medéia", filme de Pasolini com Maria Callas" (F.S.P., 04.07.92:4-1);

(260) "Polícia exhibe fita com detalhes do assassinato" (F.S.P., 10.07.92:3-3);

(261) "A televisão britânica BBC desistiu de exhibir "A Última Tentação de Cristo", de Martin Scorsese" (F.S.P., 10.07.92:4-1);

(262) "Notas mostram que empresas pagaram Cr\$ 15 bi à EPC" (F.S.P., 11.07.92:1-5).

Já as orações (263) e (264) trazem o E na estrutura de superfície. Seu esquema casual é + [___ A, E, O]:

(263) "A entidade lembra o governo de que o excesso de oferta de mandioca no mercado provocou estagnação nos preços" (F.S.P., 23.06.92:5-2);

(264) "Ontem em Curitiba, o Secretário de Segurança José Moacir Favetti, apresentou aos repórteres a gravação em fita cassete do depoimento da mulher e da filha do prefeito de Guaratuba, Celina e Beatriz Abagge" (F.S.P., 10.07.92:3-3).

Os verbos benefactivos são aqueles em que o caso B expressa uma relação de posse, ganho ou perda, transferência de propriedade ou uma transação comercial, podendo ser de estado, de processo ou de ação.

Os verbos benefactivos estáticos expressam uma relação de posse e possuem dois argumentos um B (Beneficiário) e um O (Objeto), marcado *De* por denotar estatividade, como em (265):

B

(265) "O empresário Paulo Marte Filho, 31, tem dois

De

Saturn em casa" (F.S.P., 28.06.92:9-8).

A estrutura sintática da oração (265) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - o empresário Paulo Marte Filho - o sujeito do verbo ter, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - dois Saturn - como objeto direto, seguido do adjunto adverbial de lugar - em casa.

Sob o aspecto semântico, a mesma oração (265) exige um B (Beneficiário) que é o caso exigido por um verbo benefactivo por estar em uma relação de posse com o seu verbo e o caso *De* (Objeto) que é a "coisa" possuída. Seu esquema casual é +[___ B, *De*].

As orações seguintes apresentam o mesmo esquema casual:

(266) "A condição imposta pela IBF na transação foi uma cláusula contratual garantindo-lhe a gestão total da TV Manchete - desde a programação até as áreas comercial e financeira. Motivo: o grupo não está disposto a entrar em divergência com outros sócios, a exemplo do que ocorre hoje na TV Jovem Pan (leia box), da qual a IBF detém 40% das quotas" (F.S.P., 13.06.92:2-10);

(267) "As farmácias não tinham alvará de licença, que prevê um responsável técnico ou bioquímico para cada estabelecimento" (F.S.P., 13.06.92:3-2);

(268) "A Susa vendeu por Cr\$ 8,2 bilhões um imóvel que possuía no Barra-shopping, no Rio de Janeiro" (F.S.P., 21.06.92:2-2);

(269) "A família de Paulo César de Farias **dispõe** de uma lista com os nomes de cerca de cem políticos (deputados estaduais, federais e governadores) que teriam contado com "ajuda" de PC nas suas campanhas eleitorais em 1990 - primeiro ano do governo Collor" (F.S.P., 20.06.92:1-5).

Pode, porém, haver uma variação neste esquema casual, quando ele se apresenta em ordem inversa, isto é, + [___ Oe, B]/ordem inversa, como em (270):

(270) "Segundo a Polícia Federal, a droga **pertencia** ao "Cartel de Medellin" e foi apreendida quando esperava embarque no Porto de Mucuripe, em Fortaleza" (F.S.P., 26.06.92:3-2).

Os verbos **benefactivos processuais** possuem dois argumentos, um **B** (Beneficiário) que é o caso exigido por um verbo **benefactivo**, por estar em uma relação de **ganho ou perda** com o seu verbo e um **O** (Objeto) que é o objeto do "ganho" ou "perda", como em (271):

B **O**

(271) "A USP herda US\$ 10 mi de nazistas" (F.S.P., 14.06.92:4-1).

A estrutura sintática da oração (271) apresenta dois SNs, onde o SN₁ - USP - é o sujeito do verbo herdar, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - US\$ 10 mi - como objeto direto e o S.Prepos. - de nazistas - como objeto indireto.

A nível semântico, a mesma oração (271) exige um **B** (Beneficiário) que é o caso exigido por um **verbo benefactivo** por estar em uma relação de **ganho** com o seu verbo e o caso **O** (Objeto) que expressa o objeto do "ganho".

Esta oração (271) e as seguintes apresentam o esquema casual +[___ B, O]:

- (272) "Gabi ganha prêmio Saca-Rolha do ano" (F.S.P., 22.04.92:4-4);
- (273) "O DF ganhou dois novos parques ecológicos" (F.S.P., 05.06.92:3-2);
- (274) "Time vence segundo jogo contra italianos" (F.S.P., 06.06.92:3-5);
- (275) "Estância de Araxá recebe vários benefícios" (F.S.P., 07.06.92:1-6);
- (276) "Piquet obtém em 91 última vitória na F-1" (F.S.P., 14.06.92:5-7);
- (277) "Um grupo de 30 apostadores de Cuiabá acertou o prêmio principal do concurso 223 da Sena" (F.S.P., 23.06.92:3-2);
- (278) "Alguém me perguntou o que eu gostaria de ganhar" (F.S.P., 26.06.92:4-8);
- (279) "O campeão paulista, brasileiro e sul-americano venceu nove partidas contra cinco dos Santos" (F.S.P., 27.06.92:3-7);
- (280) "Dinamarca conquista a Eurocopa" (F.S.P., 27.06.92:3-5);
- (281) "Zebra do torneio ganha título inédito ao vencer na final a favorita Alemanha por 2 a 0" (F.S.P., 27.06.92:3-5);
- (282) "O comercial "Os intocáveis", da agência SLBB para a Giorgio Armani, faturou um Leão de Prata" (F.S.P., 28.06.92:2-2);
- (283) "De qualquer forma os aposentados já ganharam a parada dos 147,06%" (F.S.P., 28.06.92:2-6);
- (284) "México obteve termos piores" (F.S.P., 10.07.92:1-11);

(285) "Negócio de PC recebeu Cr\$ 15 bi de empresas"

(F.S.P., 11.07.92:1-1).

Há, também, predicções benefactivas processuais com O duplo, como em (286):

O

(286) "Cena de "A Bela e a Fera" primeiro desenho

O

(B)

animado a concorrer ao Oscar, que rendeu mais de US\$ 200 milhões nos EUA e que estréia hoje nas telas brasileiras" (F.S.P., 26.06.92:1-1).

onde o B (Beneficiário) (que se encontra apagado) denota ganho, o primeiro O (Objeto) expressa a "origem", no caso do rendimento e o segundo O, o "objeto" do ganho. Seu esquema casual é
+ [___ *B, O, O] / B - apag.

Os verbos benefactivos agentivos¹³ são aqueles que exigem um A (Agente) que pratica a ação, um B (Beneficiário) aquele que se beneficia da ação e um O (Objeto) aquilo que passa (ou que é passado) para a propriedade de, como em (287):

A

O

B

(287) "Governador dá documentos à polícia" (F.S.P., 06.06.92:1-6).

A estrutura sintática da oração (287) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - governador - o sujeito do verbo dar, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - documentos - como objeto direto e o S.Prepos. - à polícia - como objeto indireto.

A nível semântico, a mesma oração (287) exige um A (Agen-

¹³A definição de benefactivo agentivo está sendo ampliada com a adição da noção de ganho ou perda, para abarcar verbos de transa-

ção comercial, onde existem dois B (Beneficiários).

te) que pratica a ação, um B (Beneficiário) que se beneficia da ação e um O (Objeto) que é o "objeto" que passa (ou que é passado) para a propriedade de. Seu esquema casual é +[___ A, B, O].

As orações que seguem (288) a (300) também contêm predicções benefactivas agentivas:

(288) "Bancos e corretoras oferecem diversas alternativas ao pequeno investidor, mas cuidado que a aplicação é de risco" (F.S.P., 11.05.92:2-5);

(289) "A Credicard também se comprometeu, mediante pedido específico, a devolver as taxas de inscrição, em relação ao consumidor que recebeu o cartão sem o haver solicitado" (F.S.P., 26.06.92:2-2);

(290) "BNDES vai liberar US\$ 276 mi para obras" (F.S.P., 10.07.92:2-1);

(291) "Macedo quer transferir bens para a igreja" (F.S.P., 11.07.92:1-9);

(292) "Secretaria cede verba para cinema em São Paulo" (F.S.P., 11.07.92:4-3);

Nas orações (293) a (300) o B está apagado (+[___ A, *B, O]/B - apag.):

(293) "Marcílio dá flores no Dia das Mães" (F.S.P., 11.05.92:2-1);

(294) "O Real também oferece ouro escritural" (F.S.P., 11.05.92:2-5);

(295) "OTAN oferece tropas para missão de paz" (F.S.P., 05.06.92:1-1);

(296) "Receita devolve 8º lote de restituição" (F.S.P., 07.06.92:1-12);

(297) "ONU entrega últimos prêmios Global 500" (F.S.P., 07.06.92:1-12);

(298) "Companhias oferecem passagens 'grátis'" (F.S.P., 28.06.92:2-4);

(299) "Para manter o ritmo dos negócios, lojistas vão dar descontos de até 35% nas compras à vista" (F.S.P., 10.07.92:1-2);

(300) "A Dataregis vai distribuir no Brasil os produtos da Samsung coreana destinados à automação comercial" (F.S.P., 10.07.92:2-2).

As predicções benefactivas agentivas, mais especificamente as que denotam transacção comercial do tipo comprar, vt., vender, vt., etc., também expressam ganho ou perda. Estas predicções terão o esquema casual +[___ A, *B, B, O]/A=B, como em (301):

A=B

(301) "Em maio, as montadoras venderam para as concessionárias **B** **O** 60.629 veículos ou 14,57% abaixo do mês anterior, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)" (F.S.P., 05.06.92:1-11).

onde um **A** (Agente) pratica a acção e, ao mesmo tempo, é o **B** (Beneficiário) desta acção, um outro **B**, que também se beneficia da acção e um **O** (Objeto) que passa (ou que é passado) para a propriedade de.

Nas duas orações que seguem o **B** está apagado

(+[___ A, *B, *B, O]/A=B; B - apag.):

(302) "Piquet revende carros Suzuki em Brasília" (F.S.P., 05.02.92:3-8);

A estrutura sintática da oração (305) apresenta o SN sujeito - 18 telefones - do verbo estar, que, segundo Kury (1986:32, 50)¹⁴ é considerado transitivo adverbial, seguido do complemento adverbial de lugar - na imobiliária.

Sub o ponto de vista semântico, a mesma oração (305) exige um L (Locativo) que é o caso exigido por um verbo locativo, por estar em uma relação de **espacialidade** com o seu verbo e um Oe (Objeto) que é o espaço ocupado pelo O. Seu esquema casual é +[___ Oe, L].

As orações que seguem (306) a (310) apresentam o mesmo esquema casual:

(306) "A mostra se **estende** por toda a cidade, ocupando o museu de História Natural, o novo prédio oficial da Documenta, uma casa em Friedrichsplatz e mais três grandes edifícios concentrados na zona mais elegante de Kassel" (F.S.P., 13.06.92:4-1);

(307) "O presidente da Exxon International, Sidney J. Reso, está desaparecido desde 29 de abril, de sua casa no subúrbio de Morris, Nova Jersey (EUA)" (F.S.P., 21.06.92:3-1);

(308) "Essa minuciosa posição sustenta a hipótese de que as pedras são o resto de um antigo local construído para abrigar cerimônias pagãs, do calendário solar e das estações do ano, promovidas pelos druidas, sacerdotes celtas - o povo que habitava essas ilhas na Antiguidade" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

¹⁴"Certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, voltar; estar, ficar, morar, etc.), quando pedem um complemento adverbial de lugar que lhes integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos" (Kury, 1986:32).

A estrutura sintática da oração (315) apresenta o SN sujeito - helicóptero - e o verbo intransitivo cair, seguido do adjunto adverbial de lugar - no mar.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (315) exige um L (Locativo) que é o caso exigido por um verbo locativo por estar em uma relação de ~~especialidade~~ com o seu verbo e um O (Objeto) que é o "objeto" em movimento. Seu esquema casual é +[___ O, L].

As orações que seguem contêm predicacões locativas processuais. Em (317) e (318), o L está apagado (+[___ O, *L]/L-apag.):

(316) "Desaparecem contas da casa da Dinda" (F.S.P., 11.07.92:1-8);

(317) "Cargueiro da Vasp cai e 3 morrem" (F.S.P., 23.06.92:3-1);

(318) "Como se manifesta a gripe" (F.S.P., 23.06.92:3-1).

Pode, também, haver uma variação neste esquema casual, quando ele se apresenta na ordem inversa, isto é, =[___L, O]/ordem inversa, como em (319) a (322). Em (322), o L está apagado (+[___ *L, O]/L-apag.):

(319) "A entidade tem inúmeros casos para contar, mas o mais impressionante foi recolhido na cidade de Bratunac, na região leste da Bósnia-Herzegóvina: comandos sérvios obrigaram prisioneiros a **aspirar** a fumaça que saía dos corpos de outros prisioneiros, recém-executados, que estavam sendo cremados" (F.S.P., 23.06.92:2-12);

(320) "No Ullevi já couberam 52.194 espectadores, em 03 de junho de 59, o recorde nacional de atendência, no clássico local entre o Gorteborg e o Orgryte IS" (F.S.P., 26.06.92:3-4);

(321) "Flávio Andrade Melo **leva** quatro tiros dentro de um ônibus; polícia suspeita de assalto ou vingança" (F.S.P., 27.06.92:3-6);

(322) "As calçadas em torno do Madison Square Garden, o ginásio que a partir de segunda-feira abriga a convenção nacional do Partido Democrata, estão entre as preferidas dos mendigos de Nova York. Mas agora **andam** quase desertas deles" (F.S.P., 10.07.92:2-9).

Os **verbos locativos agentivos** exigem um **A** (Agente) que põe um objeto em movimento ou um objeto que sofre mudança de um lugar para outro por estar em uma relação de **espacialidade** com o seu verbo. Possuem três argumentos um **A** (Agente), um **O** (Objeto) e um **L** (Locativo), como em (323):

A O L

(323) "Fundação **tira** mendigos da zona sul do Rio" (F.S.P., 06.06.92:1-11).

A estrutura sintática da oração (323) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - fundação - o sujeito do verbo tirar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - mendigos - como objeto direto, seguido do adjunto adverbial de lugar - da zona sul do Rio.

Sob o ponto de vista semântico, a mesma oração (323) exige um **A** (Agente) que pratica a ação, um **O** (Objeto) que é o "objeto" que se desloca (= é deslocado) para outro lugar e um **L** (Locativo) que está em uma relação de **espacialidade** com o seu verbo. Seu esquema casual é +[___ A, O, L].

As orações (324) a (334) também contêm predicções locativas agentivas:

(324) "Camponeses e guerrilheiros **plantam** ópio no Afeganistão para reconstruir a economia do país" (F.S.P., 07.06.92:3-1);

(325) "Para a etapa derradeira, o fraquíssimo Vogts enfim **colocou** no gramado o meia Doll que deveria ser um titular desde o seu primeiro combate" (F.S.P., 27.06.92:3-5);

(326) "Quanto à assistência técnica, a rede Chevrolet e a GM poderão **trazer** peças dos EUA" (F.S.P., 28.06.92:9-8);

(327) "França envia helicópteros de ataque à Bósnia" (F.S.P., 10.07.92:2-10).

Nas orações (328) e (329), além da passiva, o A está apagado (+[___ *A, O, L]/A-apag. (passiva)):

(328) "A boliviana Assunta Beatriz Roca Suárez **foi extraditada** ontem para os EUA, onde vai ser julgada por narcotráfico e lavagem de dinheiro na Califórnia" (F.S.P., 11.07.92:2-10);

(329) "Ela **foi retirada** de uma clínica médica em La Paz e entregue a agentes norte-americanos no aeroporto da capital" (F.S.P., 11.07.92:2-10).

Nas orações (330) e (331) o L está apagado (+[___ A, O, *L]/L-apag.):

(330) "Vereador **quer tirar** placas" (F.S.P., 28.06.92:4-4);

(331) "Nova York **esconde** seus mendigos à véspera da convenção democrata" (F.S.P., 10.07.92:2-9).

Nas orações (332) e (333) o A e o L estão apagados (+[___ *A, O, *L]/A-apag.; L-apag.):

(332) "Guarda **recibos** para a sua declaração de 93" (F.S.P., 21.06.92:2-4);

(333) "Como a gripe se manifesta. Veja como se livrar dela mais rápido" (F.S.P., 26.06.92:3-1).

E, na oração (334) o L encontra-se lexicalizado:

(334) "Ação quer lacrar o 'Notícias Populares'" (F.S.P., 28.06.92:1-9).

Em adição a estes quatro tipos de verbos (básicos, de experiência, benefactivos e locativos), Cook (1989:196) admite, ainda, um outro tipo de verbos que ocorre na língua, os verbos temporais ou predicacões temporais.

Os verbos temporais são aqueles que denotam tempo cronológico, podendo ser de estado, de processo ou de ação.

Os verbos temporais de estado exigem um *Oo* (Objeto) que é a "coisa" quantificada no T (Tempo cronológico), percebida estaticamente, como em (335):

(335) "O piloto preferido de Enzo Ferrari é um mito para os canadenses, que nunca vão esquecer o estilo arrojado e às vezes irresponsável de dirigir de Gilles, que morreu em 8 de maio de 82 num acidente durante os treinos para o GP da Bélgica, em Zolder.

Oo T

der. Ele tinha 30 anos" (F.S.P., 14.06.92:5-8).

A estrutura sintática da oração (335) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - ele - o sujeito do verbo ter, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - 30 anos - como objeto direto.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (335) exige um *Oo* (Objeto) que é a "coisa" quantificada no T (Tempo cronológico), percebida estaticamente. Seu esquema casual é +[___ *Oo*, T].

As orações (336) a (339) também contêm predicacões temporais de estado. Em (338) e (339) o T está apagado

(+[____ Oe, *T]/T-apag.):

(336) "As ruínas de Stonehenge de Salisbury têm cerca de 4.500 anos, algumas das pedras que formam o círculo foram trazidas de um local no País de Gales, a mais de 250 km de distância" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

(337) "A gravação da fita apresentada pelo secretário tem cerca de 18 minutos de duração e nela Beatriz Abagge conta com detalhes de como o menino foi raptado, levado para um quatinho na madreira de propriedade de seu pai, o prefeito Aldo Abagge, como foi morto e quando" (F.S.P., 10.07.92:3-3);

(338) "Centralização de contas do FGTS está atrasada" (F.S.P., 21.06.92:4-2);

(339) "O processo até a assinatura do acordo é demorado" (F.S.P., 10.07.92:1-11).

Os verbos temporais processuais são aqueles em que o O (Objeto) é quantificado no T (Tempo cronológico), percebido como um acontecimento não-agentivo, como em (340):

O

T

(340) "Gilberto Gil completa hoje 50 anos e se prepara para uma turnê de um mês pela Europa" (F.S.P., 26.06.92:4-1).

A estrutura sintática da oração (340) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Gilberto Gil - o sujeito do verbo completar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - 50 anos - como objeto direto e o adjunto adverbial de tempo - hoje.

A nível semântico, a mesma oração (340) exige um O (Objeto) quantificado no T (Tempo cronológico) que está em uma relação de **temporalidade** com o seu verbo, percebido como um acontecimento não-agentivo. Seu esquema casual é +[____ O, T].

O mesmo esquema casual é estendido às orações que seguem:

(341) "A Prefeitura de Palmas distribuiu 18.5 toneadas de merenda escolar para as escolas da rede municipal e estadual de ensino. Esta foi a primeira remessa de merendas do ano, que vai beneficiar 11.545 alunos. A distribuição durou quatro dias"(F.S.P., 05.06.92:3-2);

(342) "As filmagens, iniciadas em novembro de 1990, duraram três meses" (F.S.P., 05.06.92:4-1);

(343) "Fumante demora mais para se recuperar de fraturas" (F.S.P., 07.06.92:6-12);

(344) "Gil faz 50 anos de malas prontas para a Europa" (F.S.P., 26.06.92:4-8);

(345) "Decisão sobre Silvio demora mais dez dias" (F.S.P., 27.06.92:1-10);

(346) "A Universidade Federal do Ceará completou ontem 37 anos de fundação" (F.S.P., 27.06.92:3-2);

(347) "Há 12 anos, quando o Partido Democrata também fez sua convenção em Nova York, o tema dos mendigos ("homeless") entrou pela primeira vez para a plataforma de um grande partido político nacional" (F.S.P., 10.07.92:2-9);

(348) "Cidade completa 82 anos sem homicídio" (F.S.P., 10.07.92:3-2);

(349) "Gina Lollobrigida completa 65 anos" (F.S.P., 11.07.92:4-1).

Pode, porém, haver uma variação neste esquema casual, quando ele se apresenta em ordem inversa, isto é, +[___ T, O]/ordem inversa, como em (350):

(350) "28 dias faltam para a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Barcelona" (F.S.P., 27.06.92:3-5).

Os verbos temporais agentivos são aqueles em que o O (Objeto) é transferido no T (Tempo cronológico), em um acontecimento agentivo, por estar em uma relação de temporalidade com o seu verbo, como em (351):

A O T

(351) "Fujimori adia eleições municipais para 1993"

(F.S.P., 21.06.92:3-4).

A estrutura sintática da oração (351) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Fujimori - o sujeito do verbo adiar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - eleições municipais - como objeto direto, seguido do adjunto adverbial de tempo - para 1993.

Sob o aspecto semântico, a mesma oração (351) exige um A (Agente) e um O (Objeto) que é transferido no T (Tempo cronológico) por estar em uma relação de temporalidade com o seu verbo. Seu esquema casual é +[___ A, O, T].

As orações seguintes também contêm predicções temporais agentivas. Em (354) a (357) o T está apagado

(+[___ A, O, *T]/T-apag.):

(352) "A McLaren adiou os testes de sua suspensão ativa para os dias 24, 25 e 26 de junho em Silverstone" (F.S.P., 05.06.92:3-5);

(353) "Confaz prorroga para o final de julho a redução das alíquotas do ICMS sobre os carros novos" (F.S.P., 26.06.92:2-1);

(354) "Partidos adiam escolha de nomes" (F.S.P., 11.05.92:1-6);

(355) "CBF adia jogo do São Paulo pelo Brasileiro" (F.S.P., 06.06.92:3-6);

(356) "Safra estica o prazo de pagamento de postos"

(F.S.P., 07.06.92:2-4);

(357) "Nova dieta prolonga vida de tamanduá em cati-

veiro" (F.S.P., 07.06.92:6-13).

A seguir, analisaremos, na próxima seção, a teoria da correferencialidade.

3.2.1 - Correferencialidade

Fillmore inicialmente (1968) postulou que cada SN teria somente uma função de caso profundo. Posteriormente (1970) aventou a necessidade de abandonar tal restrição ao afirmar que "as dificuldades mais sérias têm a ver com a exata especificação desse pequeno conjunto de funções, bem como a determinação da necessidade ou não (ao menos para alguns verbos) de se interpretarem certos argumentos como tendo simultaneamente duas funções de caso" (Fillmore, 1972:15).

Estes casos são considerados casos não-manifestos, isto é, não estão presentes na estrutura superficial, mas são exigidos pelo significado do verbo e possuem a mesma referência semântica. Os casos não-manifestos podem ser parcialmente ou totalmente não-manifestos.

Os casos parcialmente não-manifestos podem estar presentes ou ausentes da estrutura de superfície; são considerados casos apagáveis. Revemos o exemplo de Fillmore (1968:29):

(132) Mamãe está cozinhando as batatas.

(133) Mamãe está cozinhando.

Em (132) o O (Objeto) (= as batatas) está presente na estrutura superficial, portanto está manifesto, mas em (133) está apagado, logo, não-manifesto.

O esquema casual destas orações é:

(132) cozinhar, vt., +[___ A, O]

(133) cozinhar, vi., +[___ A, O]/O-apagável

Os casos totalmente não-manifestos são casos que nunca estão presentes na estrutura superficial, pois fazem parte do significado do verbo. Podem ser casos correferenciais ou casos lexicalizados.

Os casos não-manifestos podem ser representados esquematicamente na figura 13:

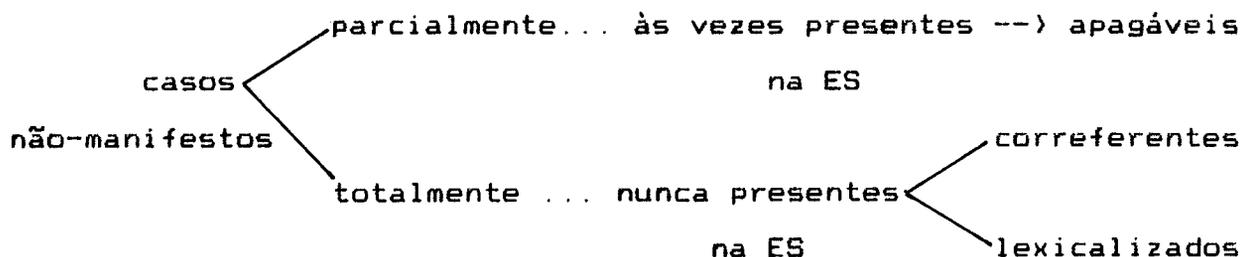


Figura 13

Os casos correferenciais¹⁵ são dois casos que se referem a mesma pessoa ou coisa na estrutura profunda, mas apresentam uma só realização na estrutura superficial. Revemos o exemplo de Cook (1979:206):

¹⁵Fillmore (1971) observa que o princípio da correferencialidade não pode ser confundido com o processo gramatical de reflexivização. Assim em:

A O
(358) João lavou-se.

o objeto está reflexivizado, mas o sujeito desempenha a função casual de A (Agente) e o objeto direto, a de O (Objeto) (Apud Cook, 1989:53).

(134) João foi a Chicago.

onde João é, ao mesmo tempo, o A (Agente) que praticou a ação e o O (Objeto) que se deslocou. Seu esquema casual é +[___ A, *O, L]/A=O.

Cook (1979:93) define a correferencialidade como sendo "duas noções casuais distintas na estrutura profunda, que possuem o mesmo referente semântico e, conseqüentemente têm uma única representação superficial".

A correferencialidade ocorre com verbos agentivos, onde o caso A (Agente) é correferente com outros casos exigidos semanticamente pelo verbo, tais como o caso E (Experienciador), o O (Objeto) e o L (Locativo).

O caso A (Agente) pode ser correferente com o caso E (Experienciador), como em (359):

A=E O

(359) "Comissão aprova projeto de reforma" (F.S.P., 05.06.92:1-8).

A estrutura sintática da oração (359) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - comissão - o sujeito do verbo aprovar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - projeto de reforma - como objeto direto.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (359) exige um A (Agente) correferente a um E (Experienciador) que está em uma relação de cognição com o seu verbo e um O (Objeto) que expressa o conteúdo da experiência de E. Há correferencialidade pela ação e pela experiencição da comissão na aprovação do projeto. Seu esquema casual é +[___ A, *E, O]/A=E.

O mesmo esquema casual é estendido às orações que seguem:

- (360) "Parlamentares assistem TV" (F.S.P., 05.06.92:1-6);
- (361) "PMDB organiza campanha" (F.S.P., 05.06.92:1-7);
- (362) "Economistas condenam política de juro alto" (F.S.P., 06.06.92:1-9);
- (363) "A Receita Federal começa a examinar amanhã a documentação que os membros da sua comissão especial trouxeram ontem para Brasília" (F.S.P., 07.06.92:1-8);
- (364) "Empresários vão até procurador geral da República, mas se negam a depor contra Paulo César Farias" (F.S.P., 07.06.92:1-9);
- (365) "Governo vai rever estimativas da inflação" (F.S.P., 07.06.92:1-11);
- (366) "Empresas adotam marketing 'verde'" (F.S.P., 07.06.92:2-1);
- (367) "Junqueira rejeita denúncias anônimas" (F.S.P., 07.06.92:1-9);
- (368) "Collor decide sacrificar PC" (F.S.P., 14.06.92:1-1);
- (369) "Governo não controlou CPI e vive a maior crise política" (F.S.P., 14.06.92:1-4);
- (370) "No governo paulista, avalia-se que a CPI do caso PC provocará ainda mais estragos no equilíbrio político de Collor atrapalhando o ajuste fiscal" (F.S.P., 14.06.92:1-4);
- (371) "Aidética decide sobre gravidez" (F.S.P., 14.06.92:4-5);
- (372) "Conselho Federal de Medicina aprova parecer que orienta conduta do profissional portador do vírus HIV" (F.S.P.,

cialidade pela ação e pela experienciãção do governo ao pedido de mudança de metas. Seu esquema casual é +[____ A, *E, E, O]/A=E.

As orações seguintes (378) a (382) apresentam o mesmo esquema casual, onde o Agente é correferente a um Experienciador e o outro E está apagado (+[____ A, *E, *E, O]/A=E; E-apag.). Em (382) o E aparece na estrutura superficial:

(378) "A Hitachi Data Systems anunciou ontem a abertura de uma subsidiária no Brasil" (F.S.P., 20.05.92:5-12);

(379) "Ieltsin diz que russos já passaram pelo pior" (F.S.P., 07.06.92:3-4);

(380) "Parreira diz que trabalho da seleção não saiu do zero" (F.S.P., 07.06.92:5-3);

(381) "Célio Borja mandou a Polícia Federal levantar todos os inquéritos sobre crimes contra a administração abertos no governo Collor" (F.S.P., 26.06.92:1-4);

(382) "O Sindicato pediu ao Ministério da Economia que seja feita uma investigação das contas de PC" (F.S.P., 26.06.92:1-6).

Encontramos, ainda, predicções correferenciais com o caso O (Objeto) duplo, como em (383):

(E) A=E O

(383) "Quércia diz que Receita já fez investigação

O

sobre Zé Português" (F.S.P., 26.06.92:1-7).

onde o A (Agente) é correferente a um E (Experienciador) e um outro E (apagado) está em uma relação de comunicação com o seu verbo, um O (Objeto) aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição e um outro O que expressa o conteúdo da experiência de E. Há correferencialidade pela ação e pela experienci-

ção ao fazer a investigação. Seu esquema casual é

+ [___ A, *E, *E, O, O] / A=E; E-apag.

O mesmo esquema casual é estendido à oração (384), onde o primeiro O (Objeto) está lexicalizado no verbo **criticar**

(+ [___ A, *E, *E, *O, O] / A=E; E-apag.; O-lex.):

(384) "Prefeitos criticam o projeto" (F.S.P., 11.07.92:1-9).

O caso A (Agente) pode, também, ser correferente com o caso O (Objeto), como em (385):

A=O

L

(385) "Basquete feminino vai a Barcelona" (F.S.P., 07.06.92:1-6).

A estrutura sintática da oração (385) apresenta o SN sujeito - basquete feminino - do verbo ir que, segundo Kury, é classificado como transitivo adverbial, seguido do complemento adverbial de lugar - a Barcelona.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (385) exige um A (Agente) correferente a um O (Objeto) que é o "objeto" em movimento e um L (Locativo) que está em uma relação de **especialidade** com o seu verbo. Há correferencialidade pela ação e pelo deslocamento do "objeto", isto é, o A é, ao mesmo tempo, aquele que pratica a ação e o O (Objeto) em movimento. Seu esquema casual é

+ [___ A, *O, L] / A=O.

As orações seguintes (386) a (395) apresentam o mesmo esquema casual. Em (395) o L está apagado

(+ [___ A, *O, *L] / A=O; L-apag.):

(386) "EUA chegaram à Eco-92 sem o apoio do Primeiro Mundo" (F.S.P., 07.06.92:1-4);

(387) "Um grupo de antropólogos e arqueólogos vai se dirigir às ruínas, para provocar a intervenção policial em nome do direito de ir e vir" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

(388) "Os comandos **desceram** do ônibus e, em seguida, abriram fogo contra ele, com bazucas e armas automáticas" (F.S.P., 23.06.92:2-12);

(389) "Fonoaudióloga **pula** do carro e consegue fugir de dois assaltantes, depois de perseguição policial na zona sul" (F.S.P., 23.06.92:3-4);

(390) "Aos 34, meio atabalhado, Vilfort **escapuliu** livre na intermediária da Alemanha, passou entre Brehme e o mediocre Helmer e arrematou rasteiro" (F.S.P., 27.06.92:3-5);

(391) "Pedro e Tereza Collor **chegam** à Polícia Federal para pedir autorização para ir ao exterior" (F.S.P., 27.06.92:1-6);

(392) "Segundo o motorista do ônibus Eliezer Pontes dos Santos, o homem branco com cerca de 1,80 m disparou os tiros e ao **descer** do coletivo disse que ele morreu porque era metido a valente" (F.S.P., 27.06.92:3-6);

(393) "O ônibus **entrou** no quartel do Corpo de Bombeiros (Gemar), de onde os passageiros foram embora antes da chegada da polícia" (F.S.P., 27.06.92:3-6);

(394) "Europeus do Leste fogem para a Legião Estrangeira" (F.S.P., 28.06.92:3-6);

(395) "Seleção de vôlei volta hoje" (F.S.P., 23.06.92:3-5).

Encontramos, também, o caso A (Agente) correferente a um O (Objeto) transcorrido no T (Tempo cronológico). Há correferencia-

(398) "Trocar cadáveres por outros não é a única operação do gênero que se faz numa cidade reduzida a escombros e na qual os 300 mil habitantes remanescentes **comem** capim para enganar a fome" (F.S.P., 23.06.92:2-12);

(399) "A médica argentina Verônica Prego ganhou, em 1989, uma ação de indenização de US\$ 175 milhões por ter contraído o vírus da Aids ao **espetar-se**, acidentalmente, com uma agulha contaminada no Hospital Kings Country, de Nova York" (F.S.P., 14.06.92:4-5);

(400) "Tanto Bill Clinton como Albert Gore, vitais candidatos a presidente e vice-presidente dos EUA pelo Partido Democrata, já admitiram ter **fumado** maconha quando jovens, mas com uma diferença: Clinton afirma que jamais inalou a droga" (F.S.P., 10.07.92:2-9);

(401) "(...) Clinton afirma que jamais **inalou** a droga" (F.S.P., 10.07.92:2-9);

Em (402) a (404) o caso A=L está apagado
(+[___ A, O, *L]/A=L-apag.):

(402) "Jamais tome antibióticos sem orientação médica" (F.S.P., 26.06.92:3-1);

(403) "Tome bastante líquidos" (F.S.P., 26.06.92:3-1);

(404) "Os antibióticos só devem ser **tomados** no caso de infecções bacterianas e sob orientação médica" (F.S.P., 26.06.92:3-1).

Em (405) acrescenta-se a indicação de passiva
(+[___ A,O, *L]/A=L (passiva)):

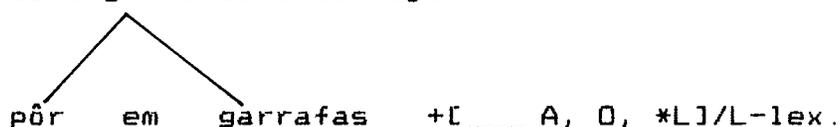
(405) "Uma das barracas homenageará o ator. Estará enfeitada com flores brancas de antúrio, que na novela "Pedra sobre Pedra", da TV Globo, **são engolidas** pelas mulheres que desejam rever o falecido retratista Jorge Tadeu" (F.S.P., 27.06.92:3-1).

Na próxima seção, analisaremos a teoria da lexicalização.

3.2.2 - Lexicalização

Segundo Fillmore (1970:119), os casos lexicalizados fazem parte da teoria dos "casos totalmente não-manifestos". São casos que estão dentro do significado do verbo e normalmente não aparecem na estrutura superficial. Encontram-se incorporados ao significado verbal, como em (135):

(135) João engarrafou a cerveja.



onde o verbo engarrafar, vt., traz dentro de sua forma o caso L (Locativo) = garrafas.

Provavelmente, o caso que mais aparece lexicalizado na forma verbal é o caso O (Objeto), como em (136):

(136) O prefeito arborizou a avenida.



onde o verbo arborizar, vt., traz o caso O (Objeto) = árvores dentro de sua forma.

Para exemplificar esta seção, selecionamos pares de orações¹⁶, que além de ilustrarem os casos de lexicalização, comprovam que, a despeito das descrições sintáticas diferentes entre uma e outra orações, existe, do ponto de vista semântico, uma relação si-

¹⁶Cada par de oração foi extraído de um artigo escrito pelo mesmo autor, também, da Folha de S. Paulo.

nonímica¹⁷, entre elas, explicada pela teoria da lexicalização, tanto que apresentam a mesma análise, em termos de esquemas casuais. Esta relação sinonímica entre orações com descrições sintáticas diferentes é ilustrada em (406) e sua paráfrase (407):

(406) "O salão de beleza do Hotel Ita Enramada, em Assunção, é um dos lugares mais freqüentados da concentração bra-

A

sileira. Jogadores como Cafu, Rémerson e Zelão já procuraram as

O O

três funcionárias do salão para fazer limpeza de pele, cortar o cabelo ou massagear as costas" (F.S.P., 06.02.92:4-8);

(407) "O preconceito era tanto que Dener ficou com medo de chegar perto de Cafu. "Vocês me fotografam e vão dizer que

A

(O-lex (O)

eu estava aqui para limpar também" (F.S.P., 06.02.92:4-8).

A estrutura sintática da oração (406) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Cafu, Rémerson e Zelão - o sujeito do verbo fazer, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - limpeza de pele - como objeto direto; e a oração (407) o SN sujeito - eu - do verbo limpar, que é intransitivo, seguido do adjunto adverbial de inclusão - também.

Sob o ponto de vista semântico, a oração (406) exige um A (Agente) que pratica a ação, por estar em uma relação de agentividade com o seu verbo e dois O (Objetos) semânticos, sendo o primeiro O aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição e o segundo O o caso que está em uma relação de afecção.

¹⁷Com relação à sinonímia oracional, vide Bathke (1990).

Da mesma forma, a oração (407) exige os mesmos casos **A**, **O**, **O**, estando o primeiro **O** lexicalizado no verbo limpar (= limpeza) e o segundo **O** apagado.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual:

(406) +[___ **A**, **O**, **O**]

(407) +[___ **A**, ***O**, ***O**]/**O**-lex.; **O**-apag.

O par de orações que analisaremos, em seguida, é constituído por predicacões experimentativas agentivas que denotam **emoção** e contém **A=E**, onde um Agente é correferente a um Experienciador, um outro **E** e um **O** (Objeto):

A=E **O** **E**

(408) "Rio faz homenagem aos garis honestos" (F.S.P., 26.06.92:3-1);

A=E

(409) "O movimento empresarial Riomania - que tem

O-lex

como objetivo promover a imagem da cidade - vai **homonaguar** com di-

E

plomas e um almoço os três garis que devolveram uma pulseira de ouro e duas carteiras, com Cr\$ 115 milhões em dólares e cheques de viagem, achadas no Riocentro, durante a Eco-92" (F.S.P., 26.06.92:3-1).

A estrutura sintática da oração (408) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Rio - o sujeito do verbo fazer, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - homenagem - como objeto direto e o S.Prepos. - aos garis honestos - como complemento nominal; e a oração (409) dois SNs, sendo o SN₁ - o movimento empresarial Riomania - o sujeito do verbo homenagear, que é transitivo direto, isto é, admi-

te o SN₂ - os três garis - como objeto direto e o adjunto adverbial de instrumento/S.Prepos. ("lixeira") - com diplomas e um almoço.

Sob o ponto de vista semântico, a oração (408) exige um A (Agente) correferente a um E (Experienciador) que está em uma relação de **emoção** com o seu verbo e um outro E que recebe (= experiência) a homenagem e um O (Objeto) aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição. Há correferencialidade pela ação e pela experiencição (emoção) ao prestar a homenagem.

Temos, ainda, um O (Objeto) modal que denota conseqüência de uma experiência, por isso não faz parte do esquema casual.

Da mesma forma, a oração (409) exige os mesmos casos A, E, E, O, estando o O (Objeto) lexicalizado no verbo **homenagear**.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual:

(408) +[___ A, *E, E, O]/A=E

(409) +[___ A, *E, E, *O]/A=E; O-lex.

O par de orações que analisaremos, em seguida, é constituído por predicções experimentativas agentivas que denotam comunicação e contém A=E, onde um Agente é correferente a um Experienciador, um outro E e um O (Objeto):

A=E O E

(410) "Brizola faz elogios à Cidinha" após pesquisa"

(F.S.P., 06.05.92:1-5);

A=E

(411) "Brizola afirmou que "o partido está amadure-

O-lex. E

cendo para decidir", **elogiou** Cidinha e a comparou com ele" (F.S.P., 06.05.92:1-5).

A estrutura sintática da oração (410) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Brizola - o sujeito do verbo fazer, que é transitivo

direto, isto é, admite o SN₂ - elogios - como objeto direto e o S.Prepos. - à Cidinha - como complemento nominal; e a oração (411) dois SNs, sendo o SN₁ - Brizola - o sujeito do verbo elogiar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - Cidinha - como objeto direto.

Do ponto de vista semântico a oração (410) exige um A (Agente) correferente a um E (Experienciador), um outro E que está em uma relação da **comunicação** com o seu verbo e um O (Objeto) que expressa o conteúdo da experiência. Há, também, correferencialidade pela ação e pela experiencição (comunicação) ao fazer o elogio.

Da mesma forma, a oração (411) exige os mesmos casos A, E, E, O, estando o O lexicalizado no verbo **elogiar**.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual:

(410) +[___ A, *E, E, O]/A=E;

(411) +[___ A, *E, E, *O]/A=E; O-lex.

O mesmo esquema casual é estendido ao par de orações que segue:

(412) "Portugal rompe a "trégua" e **processa** outro dentista do Brasil" (F.S.P., 06.02.92:4-2);

(413) "No dia 06 de janeiro, o delegado do Funchal deu o prazo de cinco dias para **começar** um **processo** contra o dentista Lauri Dias Cavalcanti" (F.S.P., 06.02.92:4-2).

O mesmo esquema casual é, ainda, estendido aos pares de orações que seguem, os quais trazem o E apagado, onde o A (Agente) é correferente a um E e um outro E (Experienciador) que não aparece na estrutura de superfície (+[___ A,*E,*E, O]/A=E; E-apag.;

+[___ A, *E, *E, *O]/A=E; E-apag.; O-lex.). Em (419) o E não está apagado:

(414) "Rabelo vai **dopor** em inquérito sobre irmãos"

(F.S.P., 04.09.91:1-5);

(415) "No mês passado, dois agentes da Polícia Federal - que participaram da prisão de Abidiel - **prestaram depoimento** na Justiça, dizendo que Abidiel apresentou sua carteira de assessor parlamentar com a intenção de não ser preso" (F.S.P., 04.09.91:1-5);

(416) "O dólar paralelo voltou a subir 1,03% e o ouro 1,44% e o BC **continua sinalizando** para uma milimétrica queda nominal dos juros" (F.S.P., 18.09.91:3-7);

(417) "Mas o BC deu outro **signal** para a queda das taxas: a circular 2.040" (F.S.P., 18.09.91:3-7);

(418) "Aposentados **fazem pressão**" (F.S.P., 09.04.92:2-3);

(419) "Cerca de 600 aposentados de todo o país **pressionaram** ontem sem sucesso o ministro do Trabalho e Previdência Social, Reinhold Stephanes a concordar em pagar o reajuste de 147%" (F.S.P., 09.04.92:2-3);

(420) "Soweto **faz protesto**" (F.S.P., 20.05.92:2-8);

(421) "Estudantes sul-africanos **protestaram** ontem em Soweto, subúrbio negro de Johannesburgo, contra o aumento nas taxas cobradas para a realização de exames escolares" (F.S.P., 20.05.92:2-8).

O par de orações que analisaremos a seguir, também, é constituído por predicacões experimentativas agentivas que expressam **comunicação** e contém A=E, onde o Agente é correferente a um Experienciador, um outro Experienciador e dois O (Objetos) semânticos:

A=E

O

O

(E)

(422) "Montadora faz crítica à livre importação" (F.S.P., 11.07.92:2-5);

O

(423) "A decisão do governo de não incluir limites para a importação de veículos no projeto de lei de incentivos à ex-

O-lex

portação do setor automobilístico foi criticada ontem pelo novo

A=E

(E)

presidente da Autolatina, Pierre-Alain de Smedt" (F.S.P., 11.07.92:2-5).

A estrutura sintática da oração (422) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - montadora - o sujeito do verbo fazer, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - crítica - como objeto direto e o S.Prepos. - à livre importação - como complemento nominal.

A oração (423) encontra-se na voz passiva com o SN - decisão - topicalizado, onde temos um SN sujeito - a decisão do governo (...) - e um SN agente da passiva - pelo novo presidente da Autolatina - e o verbo criticar na voz passiva - foi criticada - com um verbo auxiliar e um verbo principal no particípio passado.

Passando tal oração para a voz ativa, temos:

(423) a) O novo presidente da Autolatina criticou¹⁸ a decisão do governo.

que apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - o novo presidente da Autolatina - o sujeito do verbo criticar, que é transitivo direto, isto

¹⁸A passiva, em contraste com a lexicalização, sugere que a regra da lexicalização (fazer crítica = criticar) deve preceder à apassivação porque a oração acima não seria gramatical. Assim, teremos:

(423) "A decisão do governo (...) foi criticada (...)"
e não: ? A decisão do governo foi feita crítica (...).

é, admite o SN₂ - a decisão do governo - como objeto direto.

Do ponto de vista semântico, a mesma oração (422) exige um A (Agente) correferente a um E (Experienciador) e um outro E (que se encontra apagado), que está em uma relação de **comunicação** com o seu verbo e dois O (Objetos) semânticos. O primeiro O é aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição e o segundo O expressa o conteúdo da experiência do E (apagado). Há, também, correferencialidade pela ação e pela experiência (comunicação) ao fazer a crítica.

Da mesma forma, a oração (423) exige os mesmos casos A, E, E, O, O, ou seja, um A correferente a um E, um outro E (apagado) e dois O (Objetos), estando o primeiro O lexicalizado no verbo **criticar**.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual:

(422) +[___ A, *E, *E, O, O]A=E; E-apag.;

(423) +[___ A, *E, *E, *O, O]/A=E; E-apag.; O-lex.;
(passiva).

O par de orações que analisaremos a seguir é constituído por predicacões experimentativas que expressam **cognição** e contém A=E, onde o Agente é correferente a um Experienciador e dois O (Objetos) semânticos:

A=E O-lex O

(424) "Piloto **testa** em segredo vários modelos e **concorda** até em ser garoto-propaganda da fábrica japonesa" (F.S.P., 05.02.92:3-8);

(425) "Em uma pista particular em Sumaré, no inte-

A=E O

rior do Estado de São Paulo, Piquet **fez testes** secretos de todos os

0

carros que a Suzuki trouxe para o Brasil no final de 91" (F.S.P., 05.02.92:3-8).

A estrutura sintática da oração (424) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ Piloto - o sujeito do verbo testar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - vários modelos - como objeto direto; e a oração (425) dois SNs, sendo o SN₁ - Piquet - o sujeito do verbo fazer, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - testes secretos - como objeto direto e o S.Prepos. - de todos os carros - como complemento nominal.

Sob o aspecto semântico, a oração (424) exige um A (Agente) correferente a um E (Experienciador) que está em uma relação de **cognição** com o seu verbo e dois O (Objetos), sendo o primeiro O aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição (= testes), que se encontra lexicalizado no verbo **testar** e o segundo O expressa o conteúdo da experiência de E. Há correferencialidade pela ação e pela experiencição (cognição) ao fazer os testes.

Da mesma forma, a oração (425) exige os mesmos casos A, E, O, O, sendo que o O não está lexicalizado.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual:

(424) +[___ A, *E, *O, O]/A=E; O-lex.

(425) +[___ A, *E, O, O]/A=E.

Os pares de orações que seguem também apresentam o mesmo esquema casual.

(426) "Marcílio **avalia** hoje arrecadação e gastos" (F.S.P., 16.05.92:1-5);

(427) "No segundo dia da reunião ministerial, hoje, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, **fará uma avalia-**

ção do desempenho da arrecadação e das despesas do governo no primeiro quadrimestre" (F.S.P., 16.05.92:1-5);

(428) "TCU não dá sua opinião sobre gastos do governo" (F.S.P., 26.06.92:1-1)¹⁹;

(429) "TCU não opina sobre as contas de 91" (F.S.P., 26.06.92:1-9).

Os pares de orações que analisaremos, em seguida, são constituídos por predicções benefactivas agentivas:

A O-lex B

(430) "Amato apoiava uma Associação" (F.S.P., 11.05.92:1-6);

A

(431) "O presidente da Fiesp, Mario Amato, 72, afir-

O B

ma que ofereceu apoio para Joseph Couri formar uma associação, ao invés de sindicato, das pequenas e médias empresas, segundo Carlos Battesti, coordenador da Assessoria de comunicação social da Fiesp" (F.S.P., 11.05.92:1-6)

A estrutura sintática da oração (430) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Amato - o sujeito do verbo apoiar que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - uma associação - como objeto direto; e a oração (431) dois SNs, sendo o SN₁ - o presidente da Fiesp - o sujeito do verbo oferecer que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - apoiar - como objeto direto e o S.Prepos. - para Joseph Couri - como objeto indireto.

¹⁹Este par de orações é constituído por uma oração (428), mancheteada à página 1-1, fazendo um breve comentário, que remete ao artigo de Janio de Freitas. Já a oração (429) foi retirada deste artigo.

Sob o ponto de vista semântico, a oração (430) exige um **A** (Agente) que pratica a ação, um **B** (Beneficiário) aquele que se beneficia da ação, por estar em uma relação de **ganho** com o seu verbo e um **O** (Objeto) que expressa o objeto do "ganho" (= apoio), que se encontra lexicalizado, ou seja, incorporado ao verbo **apoiar**.

Da mesma forma, a oração (431) exige os mesmos casos **A**, **B**, **O**, sendo que o **O** não está lexicalizado.

Estas orações possuem o mesmo esquema casual:

(430) +[___ A, B, *O]/O-lex.

(431) +[___ A, B, O].

O mesmo esquema casual é estendido ao conjunto de orações que segue. Em (433) o **A** está apagado (+[___ *A, B,O]/A-apag.) e em (434) o **B** está apagado (+[___ A, *B, O]/B-apag.):

(432) "Prefeita Luiza Erundina **dá posse** hoje ao editor José Carlos Venâncio na Administração Regional de Pinheiros" (F.S.P., 18.09.91:1-11);

(433) "**Empossado** o representante de mais um partido, Erundina tenta sair do isolamento político" (F.S.P., 18.09.91:1-11);

(434) "Argentina **dá anistia** para atrair dólares" (F.S.P., 17.04.92:1-1);

(435) "Além de legalizar a situação de quem repatriar capital, o pacote **anistia** os sonegadores de impostos e obrigações trabalhistas, aumenta impostos sobre lucros e diminui tributos sobre a remessa de lucros" (F.S.P., 17.04.92:1-1);

(436) "O Secretário Nacional da Fazenda, Luis Fernando Wellisch, afirmou que o Brasil não pensa em **conceder anistia** fiscal aos devedores" (F.S.P., 17.04.92:1-1).

(438) + [____ A, B, O]

O par de orações que analisaremos a seguir contém predicções benefactivas agentivas com dois O (Objetos) semânticos:

A O O B

(439) "Atlantic faz doação de US\$ 200 mil para meninos de rua do Rio" (F.S.P., 06.02.92:4-2);

A

(440) "A Atlantic criou o Projeto Esperança este ano

O=lex O B

e informa que ainda doará US\$ 150 mil (Cr\$ 195 milhões) a entidades ainda não definidas, que auxiliam meninos de rua em outros Estados" (F.S.P., 06.02.92:4-2).

A estrutura sintática da oração (439) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - Atlantic - o sujeito do verbo fazer, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - doação de US\$ 200 mil - como objeto direto e o SP - para meninos de rua do Rio - como objeto indireto; e a oração (440) dois SNs, sendo o SN₁ - Atlantic - o sujeito do verbo doar, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - US\$ 150 mil - como objeto direto e o S.Prepos. - a entidades ainda não definidas - como objeto indireto.

Sob o ponto de vista semântico a oração (439) exige um A (Agente) que pratica a ação, um B (Beneficiário) que se beneficia da ação por estar em uma relação de ganho com o seu verbo e dois O (Objetos) semânticos, sendo o primeiro O aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição e o segundo O o "objeto" que passa (ou que é passado) para a propriedade de.

Da mesma forma, a oração (440) exige os mesmos casos A, B, O, O, porém o O está lexicalizado no verbo doar.

Este par de orações apresenta o mesmo esquema casual:

(439) +[____ A, B, O, O]

(440) +[____ A, B, *O, O]/O-lex.

O mesmo esquema casual é estendido ao par de orações que segue:

(441) "CEF contraria parecer técnico ao **emprestar** Cr\$ 94 bi à Globopar" (F.S.P., 16.05.92:1-5);

(442) "Ao **conceder o empréstimo** de 5,5 milhões de UPFs (Cr\$ 94,69 bilhões atuais) à Globopar (Globo Representações Ltda.), a CEF (Caixa Econômica Federal) contrariou um relatório técnico interno que desaprovava a transação" (F.S.P., 16.05.92:1-5).

O par de orações que segue contém predicções benefactivas agentivas que, por envolver transação comercial, possuem dois B (Beneficiários):

(A=B) O-lex B

(443) "Juiz decide indenizar a família de Caríngi" (F.S.P., 17.08.91:4-3);

(444) "O juiz Pedro Aurélio Pires Maríngolo, da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública de São Paulo, condenou o governo

A=B O B

do Estado de São Paulo a **pagar indenização** à família de Adriana Caríngi, 23, morta por um tiro disparado por um policial militar em março do ano passado" (F.S.P., 17.08.91:4-3).

A estrutura sintática da oração (443) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - juiz - o sujeito do verbo indenizar, que é transitivo direto, isto é, admite o SN₂ - a família de Caríngi - como objeto direto; e a oração (444) dois SNs, sendo o SN₁ - o governo do Esta-

do de São Paulo - o sujeito do verbo pagar, que é transitivo direto e indireto, isto é, admite o SN₂ - indenização - como objeto direto e o S.Prep. - à família de Adriana Caringi - como objeto indireto.

Sob o ponto de vista semântico, a oração (443) exige um **A=B** (que está apagado, mas pode ser resgatado em (444), sua paráfrase), onde o **A** é, ao mesmo tempo, o Agente que pratica a ação e o Beneficiário que arcará com o pagamento da indenização, por estar em uma relação de **perda** com o seu verbo, um outro **B** (Beneficiário) que se beneficiará da ação, por estar em uma relação de **ganho** com o seu verbo e um **O** (Objeto) que passa (ou que é passado) para a propriedade de (= indenização), que se encontra lexicalizado no verbo **indenizar**.

Da mesma forma, a oração (444) exige os mesmos casos **A**, **B**, **B**, **O**, sendo que o **O** não está lexicalizado.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual:

(443) +[___ A, *B, B, *O]/A=B-apag.; O-lex.

(444) +[___ A, *B, B, O]/A=B.

Em nossa coleta de dados, encontramos, além do **O** (Objeto) lexicalizado, o caso **B** (Beneficiário), que analisaremos mediante um conjunto de orações constituído pelo verbo "terceirizar".

A **B-lex.** **O**

(445) "Empresas já **terceirizam** produção" (F.S.P., 14.06.92:2-1);

O

(446) "Uma pesquisa mostra quais são as áreas que as

A

B

companhias preferem **passar para terceiros**" (F.S.P., 14.06.92:2-1);

O

(447) "A onda da terceirização. Que serviços as em-

A

B

presas entregam para terceiros" (F.S.P., 14.06.92:2-1);

(448) "Competição e recessão aceleraram as mudanças na estrutura das empresas. O diagnóstico indicava a necessidade de um razoável emagrecimento. Uma das terapias hoje em evidência é

(A) B=lex. (O)

passar alguns de seus serviços para terceiros - "terceirizar", segundo o jargão das consultorias" (F.S.P., 14.06.92:2-1).

A estrutura sintática da oração (445) apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - empresas - o sujeito do verbo transitivo direto terceirizar, que admite o SN₂ - produção - como objeto direto.

A oração (446) compõe-se de dois SNs, sendo o SN₁ - companhias - o sujeito do verbo transitivo direto e indireto passar, que admite o SN₂ - áreas - como objeto direto e o S.Prepos. - para terceiros - como objeto indireto.

A oração (447) também apresenta dois SNs, sendo o SN₁ - empresas - o sujeito do verbo transitivo direto e indireto entregar, que admite o SN₂ - serviços - como objeto direto e o S.Prepos. - para terceiros - como objeto indireto.

A oração (448) compõe-se de um verbo transitivo direto - terceirizar.

Sob o ponto de vista semântico, a oração (445) exige um A (Agente) aquele que pratica a ação, um B (Beneficiário) que se beneficia da ação, por estar em uma relação de **ganho** com o seu verbo, que se encontra lexicalizado, ou seja, incorporado ao verbo terceirizar e um O (Objeto) que é o "objeto" do ganho (= produção).

Da mesma forma, as orações (446) a (448) exigem os mesmos casos **A**, **B**, **O**, sendo que em (446) e (447) o **B** não está lexicalizado, mas em (448) o **A** e o **O** estão apagados.

Estas orações apresentam o mesmo esquema casual, onde o sujeito (sintático) é o **A** (Agente), o objeto direto (sintático) é o caso **O** (Objeto) e o objeto indireto é o **B** (Beneficiário):

(445) +[___ A, *B, O]/B-lex.;

(446) +[___ A, B, O];

(447) +[___ A, B, O];

(448) +[___ *A, *B, *O]/A-apag; B-lex.; O-apag.

Em suma, neste capítulo realizamos um estudo do Objeto, com especial atenção ao tratamento semântico (consoante o modelo matricial de Cook).

Procedemos à análise das predicções básicas, experimentativas, benefactivas, locativas e temporais com o objetivo de (1) identificar e definir o Objeto semântico, (2) detectar como este Objeto pode aparecer na estrutura sintática e (3) estabelecer um contraste entre o objeto sintático e o Objeto semântico.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo introdutório do Objeto do ponto de vista da Gramática de Casos, isto é, estudar o objeto segundo uma perspectiva semântica.

Em assim fazendo, não tivemos como objetivo a substituição do tratamento sintático do objeto pelo tratamento semântico (casual), mas objetivamos, ao colocar em confronto os dois tratamentos, explicitar suas diferenças e mostrar que estes tratamentos não são excludentes.

O tratamento sintático prioriza o estudo das ordenações de elementos dentro de uma oração, enquanto que o tratamento semântico prioriza o significado. Na verdade, os dois tratamentos integram uma abordagem holística da linguagem.

Como nos propusemos a fazer um estudo semântico do Objeto, escolhemos a Gramática de Casos, proposta por Fillmore (1966, 1968) e adotada por outros lingüistas, tais como Chafe (1970), Anderson (1971), Cook (1970-1978, revisada/1989), etc., como fundamentação teórica para nosso trabalho, em especial o modelo matricial de Cook.

Não deixamos, no entanto, de nos referir à abordagem sintática ou, quando necessário, à abordagem psicológica, que segundo Bolinger (1975:546-50), trata do tópico/comentário.

No primeiro capítulo, remontamos a Gramática Tradicional à Grécia do século V a.C., buscando as definições de sujeito e predicado em Platão e Aristóteles. Em seguida, fizemos um levantamento das definições de sujeito e complementos verbais (objeto direto e objeto indireto) na gramática tradicional, no estruturalismo e na gramática transformacional, visando mostrar que estas não são suficientemente adequadas para tratar de problemas semânticos, uma vez que são abordagens predominantemente sintáticas.

No segundo capítulo, abordamos a Gramática de Casos, teoria que serviu de fundamentação teórica para a abordagem semântica do Objeto. Optamos por trabalhar com a teoria dos casos, proposta por Fillmore (1966, 1968) e, adotamos o modelo matricial de Cook (1970-1978, revisado/1989), que engloba elementos das teorias de Fillmore, Chafe (1970) e Anderson (1971). Esta escolha justifica-se por ser o modelo escolhido um modelo semântico-oracional tendo em vista que optamos por um tratamento semântico do Objeto.

Dada a fundamentação teórica, no terceiro capítulo, concentramo-nos no estudo do Objeto, com especial atenção ao tratamento semântico (casual).

O corpus, que examinamos, foi coletado no discurso jornalístico, entre agosto de 1991 e julho de 1992, da Folha de São Paulo, relativo a textos atuais e de interesse geral.

Tratamos, neste capítulo, das relações semânticas (Agente, Experienciador, Beneficiário, Objeto, Locativo e Tempo) constantes do modelo matricial.

Tendo em vista que, entre os casos acima (A, E, B, O, L, T), o Objeto é o caso mais difícil de ser tratado, porquanto, se-

gundo Fillmore (1968), é o caso semanticamente mais "neutro", procedemos a uma análise das (a) predicções básicas de estado, processo e ação, (b) predicções experimentativas de estado, processo e ação, (c) predicções benefactivas de estado, processo e ação, (d) predicções locativas de estado, processo e ação e (e) predicções temporais de estado, processo e ação, objetivando, desta maneira, (1) identificar e definir o Objeto semântico, (2) detectar como este Objeto pode aparecer na estrutura sintática e (3) estabelecer um contraste entre o objeto sintático e o Objeto semântico.

Primeiramente, chegamos às seguintes definições de Objeto, segundo a Gramática de Casos:

01) (...) "coisa" que está sendo descrita:

"Num dos salões existem duas cruces e um altar" (F.S.P., 27.06.92:3-3);

02) (...) expressa relação de equivalência:

"A pedra tinha cerca de 20 kg" (F.S.P., 13.06.92:3-1),
 "Cheques ligam PC Farias a Collor" (F.S.P., 28.06.92:1-1);

03) (...) "coisa" que ocorre, que sofre mudança de estado:

"Morre Sattamini, o marchand da geração 80" (F.S.P., 20.05.92:4-3),
 "Anhangabaú vira pólo cultural de São Paulo" (F.S.P., 13.06.92:4-5);

04) (...) relação de afecção com o A:

"Vento abriu o mar Vermelho a Moisés" (F.S.P., 07.06.92:6-18),

"Choques étnicos na Moldova matam 15" (F.S.P.,
20.05.92:2-9);

05) (...) objeto criado:

"Instituto produz soro contra cobras do AM" (F.S.P.,
20.05.92:3-2);

06) (...) conteúdo da experiência: - sensação:

"Eu nunca vi o Maracanã" (F.S.P., 14.06.92:5-1);

(...) - emoção:

"Rio faz homenagem aos garis honestos" (F.S.P.,
26.06.92:3-1);

(...) - cognição:

"Tuma conhecia destino de desaparecidos" (F.S.P.,
20.06.92:1-11);

(...) - comunicação:

"Governo pede mudança de metas ao FMI" (F.S.P.,
06.06.92:1-9);

07) (...) aquilo que vai determinar, junto com o "verbo", o significado da proposição:

"Não tenho vergonha do meu passado" (F.S.P.,
26.06.92:4-1);

08) (...) "coisa" possuída:

"O empresário Paulo Marte Filho, 31, tem dois Saturn em casa" (F.S.P., 28.06.92:9-8);

09) (...) "origem" do ganho:

"Cena de "A Bela e a Fera" primeiro desenho animado a concorrer ao Oscar que rendeu mais de US\$ 200 milhões nos EUA e que estréia hoje nas telas brasileiras" (F.S.P., 26.06.92:1-1);

10) (...) objeto do "ganho"/que passa (ou que é passado) para a propriedade de:

"A USP herda US\$ 10 mi de nazistas" (F.S.P., 14.06.92:4-1),

"Governador dá documentos à polícia" (F.S.P., 06.06.92:1-6),

"Empresário troca picape e Quantum por Pathfinder" (F.S.P., 28.06.92:9-1),

"O juiz Pedro Aurélio Maríngolo condenou o governo do Estado de São Paulo a pagar indenização à família de Adriana Caringi, 23, morta por um tiro disparado por policial militar em março do ano passado" (F.S.P., 17.08.91:4-3);

11) (...) aquilo que adiciona um traço semântico específico:

"Ao final da reunião do Conselho da República, o ex-ministro Saulo Ramos deu de presente a Collor um livro de título sugestivo: "As democracias são governáveis?" (F.S.P., 18.09.91:1-5);

12) (...) espaço ocupado:

"As pedras maiores ficam em posição vertical, encimadas por outras na horizontal, formando um conjunto como se fossem batentes de portas" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

13) (...) "objeto" em movimento ou que sofre mudança de um lugar para outro/"objeto" que se desloca (= é deslocado) para outro lugar:

"Helicóptero **cai** no mar e mata co-piloto" (F.S.P., 05.06.92:3-3),

"Fundação tira mendigos da zona sul do Rio" (F.S.P., 06.06.92:1-11);

14) (...) "coisa" quantificada no Tempo, percebida estaticamente/como um acontecimento não-agentivo:

"As ruínas de Stonehenge de Salisbury **têm** cerca de 4.500 anos, algumas das pedras que formam o círculo foram trazidas de um local no País de Gales, a mais de 250 km de distância" (F.S.P., 21.06.92:3-4),

"Gilberto Gil **completa** hoje 50 anos e se prepara para uma turnê de um mês pela Europa" (F.S.P., 26.06.92:4-1);

15) (...) "objeto" transferido no Tempo:

"Fujimori **adia** eleições municipais para 1993" (F.S.P., 21.06.92:3-4).

Em segundo, detectamos como o Objeto pode aparecer na estrutura sintática, segundo a Gramática Tradicional e a Gramática Transformacional:

01) Sujeito:

"Menino **morre** em explosão de bomba" (F.S.P., 26.06.92:3-1),

"Um grupo de antropólogos e arqueólogos vai **se dirigir** às ruínas, para provocar a intervenção policial em nome do direito de

ir e vir" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

Aqui, faz-se necessário acrescentar que temos um A (Agente) correferente a um O (Objeto) que é o "objeto" em movimento (A=O). Há correferencialidade pela ação e pelo deslocamento do objeto", isto é, o A é, ao mesmo tempo, aquele que pratica a ação e o O (Objeto) em movimento.

02) Objeto direto:

"O comercial "Os intocáveis", da agência SLBB para a Giorgio Armani, faturou um Leão de Prata" (F.S.P., 28.06.92:2-2);

03) Objeto indireto ou sintagma preposicional:

"Se alguém não **acredita** em duendes, visite a Esplanada dos Ministérios em Brasília" (F.S.P., 28.06.92:2-1);

04) Complemento nominal ou sintagma preposicional:

"Meninas entram na puberdade mais cedo e, aos 13 anos, já **sentem** saudades da infância" (F.S.P., 28.06.92:4-1);

05) Predicativo do sujeito ou cópula + SN/S A (sintagma adjetival):

"Rio é centro do mundo durante três dias" (F.S.P., 13.06.92:1-11),

"Jeca está vivo no Vale do Paraíba" (F.S.P., 23.06.92:5-1);

06) "Lixeira":

"Ao final da reunião do Conselho da República, o ex-ministro Saulo Ramos **deu de presente** a Collor um livro de título sugestivo "As democracias são governáveis?" (F.S.P., 18.09.91:1-5).

Em terceiro, estabelecemos um contraste entre o objeto sintático e o Objeto semântico:

Concluimos que o objeto sintático pode aparecer como: O, E, B, L, T, C e A.

01) O (Objeto):

"Conselho Federal de Medicina **aprova** parecer que orienta conduta do profissional portador do vírus HIV" (F.S.P., 14.06.92:4-5);

02) E (Experienciador):

"A entidade **lembra** o governo de que o excesso de oferta de mandioca no mercado provocou estagnação nos preços" (F.S.P., 23.06.92:5-2);

03) B (Beneficiário):

"A Atlantic criou o Projeto Esperança este ano e informa que ainda **doará** US\$ 150 mil (Cr\$ 195 milhões) a entidades, ainda não definidas que auxiliam meninos de rua em outros Estados" (F.S.P., 06.02.92:4-2);

04) L (Locativo):

"Essa minuciosa posição sustenta a hipótese de que as pedras são o resto de um antigo local construído para abrigar cerimônias pagãs, do calendário solar e das estações do ano, promovidas pelas druidas, sacerdotes celtas - o povo que **habitava** essas ilhas na Antiguidade" (F.S.P., 21.06.92:3-4);

05) T (Tempo):

"O Secretário de Estado norte americano, James Baker, afirmou em dezembro que as Repúblicas da antiga URSS precisariam de US\$ 11 bilhões para **atravessar o inverno**" (Jornal da Tarde, 21.01.92:14);

06) C (Comitativo):

"Os adultos costumavam **acompanhar** filhos, netos ou sobrinhos em sua viagem para conhecer o mundo de Disney" (F.S.P., 28.06.92:2-8).

Lembramos que o caso Comitativo (relação de acompanhamento = em companhia de) foi proposto por Fillmore, como caso proposicional na versão revisada (1969:366) de seu primeiro modelo (1968).

07) A (Agente):

O O (Objeto) também pode aparecer como A (Agente), mais especificamente $A=O$, isto é, um Agente correferente a um Objeto, como no exemplo coletado do discurso oral: "Eu tenho que descer para **atravessar as crianças**", onde ocorre a correferencialidade pela ação e pelo deslocamento do "objeto", ou seja, o A (eu/as crianças) é, ao mesmo tempo, aquele que pratica a ação e o O que se desloca (= é deslocado) para o outro lado da rua (L).

08) Lexicalizado: Além dessas realizações, o O (Objeto) pode aparecer lexicalizado dentro do verbo:

"Marcílio **avalia** hoje arrecadação e gastos" (F.S.P., 16.06.92:1-5);

"No segundo dia da reunião ministerial, hoje, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, **fará uma avaliação** do desempenho da arrecadação e das despesas do governo no primeiro quadri-

mestre" (F.S.P., 16.05.92:1-5).

Assim, neste estudo introdutório do Objeto, segundo uma análise casual, procuramos, primeiramente, identificar e definir semanticamente este Objeto, para, em seguida, relacionar como este Objeto pode aparecer na estrutura sintática e, finalmente, estabelecer um contraste entre o objeto sintático e o Objeto semântico, concluindo que não existe uma relação linear entre os dois.

Uma abordagem psicológica do Objeto, sem dúvida, poderia nos oferecer mais subsídios para uma análise mais abrangente do problema em estudo. Por razões óbvias, limitamo-nos ao tratamento sintático e semântico do Objeto, deixando para futuras pesquisas a abordagem psicológica.

ANEXO

Esquemas casuais analisados (Tipos e Quantidade):

Predicações básicas:

estado:

+ [___ Oe] 06

+ [___ Oe, Oe] 05

processo:

+ [___ O] 24

+ [___ O, O] 10

ação:

+ [___ A, O] 17

+ [___ A, O, O] 03

+ [___ A, O, O, O] 01

Predicações experimentativas:

estado:

+ [___ E, Oe] 16

+ [___ Oe, E] 01

+ [___ E, Oe, Oe] 03

processo:

+ [___ E, O] 07

+ [___ E, O, O] 03

ação:

+ [___ A, E, O] 26

+ [___ A, E, E, O] 20

+ [___ A, E, O, O] 06

+ [___ A, E, E, O, O] 04

Predicações benefactivas:

estado:

+ [___ B, Oe] 05

+ [___ Oe, B] 01

processo:

+ [___ B, O] 15

+ [___ B, O, O] 01

ação:

+ [___ A, B, O] 27

+ [___ A, B, B, O] 03

+ [___ A, B, O, O] 04

+ [___ A, B, B, O, O] 01

Predicações locativas:

estado:

+ [___ Oe, L] 06

+ [___ L, Oe] 04

processo:

+ [___ O, L] 04

+ [___ L, O] 04

ação:

+ [___ A, O, L] 32

Predicações temporais:

estado:

+ [___ Oe, T] 05

processo:

+ [___ O, T] 10

+ [___ T, O] 01

ação:

+ [___ A, O, T] 08

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola (1982). Dicionário de filosofia. Trad. Dizionário di Filosofia. Alfredo Bosi et al. São Paulo: Mestre Jou.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de (1985). Gramática metódica da língua portuguesa. 33.ed. São Paulo: Saraiva.
- ANDERSON, John M. (1971). The grammar of case: towards a localistic theory. Cambridge, Cambridge Studies in Linguistics, Nº 4, At the University Press.
- ARISTÓTELES (1985). órganon 1º volume: Categorias Perí Hermenéias. Trad. Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães Editora Ltda.
- AZEREDO, José Carlos de (1990). Iniciação à sintaxe do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BATHKE, Elizete dos Santos (1990). Transitividade e significado oracional: contribuição ao estudo da sinonímia. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- BECHARA, Evanildo (1972). Moderna gramática portuguesa. 19.ed. São Paulo: Nacional.
- _____ (1978). Lições de português pela análise sintática. 11.ed. Rio de Janeiro: Grifo.

- BENVENISTE, Émile (1976). Problemas de lingüística geral. Trad. Problèmes de linguistique générale (1966). M.G. Novak e L. Neri. São Paulo: Nacional.
- BIDERMAN, M.T.C. (1978). Teoria lingüística (lingüística quantitativa e computacional). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A.
- BOLINGER, Dwight (1975). Aspects of language. Second Edition, New York: Harcourt Brace, Jovanovich, Inc.
- BORBA, Francisco da Silva (Coordenador) et al. (1990). Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil. São Paulo: Editora Estadual Paulista.
- _____ (1987). Gramática de Casos - uma apresentação geral. SeriEncontros - ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa. UNESP: Campus de Araraquara, 1-9.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1970). Princípios de lingüística geral. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- _____ (1975). História da lingüística. 2.ed. Trad. Maria A.B. de Azevedo. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1977). Dicionário de lingüística e gramática. 7.ed. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1979). História e estrutura da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora.
- CARVALHO, Maurício Brito de (1983). As gramáticas de casos: uma visão global. A Teoria de Charles Fillmore. 2ª parte. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa.
- _____ (1986). Uma introdução às gramáticas de casos. Viçosa: UFV, Imprensa Universitária.
- _____ (1987). Considerações sobre a diversidade de propostas de gramática de casos. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do

Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP
- Campus de Araraquara, 10-24.

CEGALLA, Domingos Paschoal (1977). Novíssima gramática da língua portuguesa. 2.ed. São Paulo: Nacional.

CHAFE, W.L. (1979). Significado e estrutura linguística. Trad. Meaning and the Structure of Language (1970). Maria Helena de M. Neves et al. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

CHOMSKY, N. (1980). Estruturas sintáticas. Traduzido de: Syntactic Structures (1957). Mouton Publishers. The Hague, São Paulo: Livraria Martins Fontes.

_____ (1978). Aspectos da teoria da sintaxe. 2.ed. Traduzido de: Aspects of the Theory of Syntax (1965). The Mit Press. Cambridge, Massachusetts. Coimbra: Armênio Amado Editora.

COOK, Walter A.S.J. (1970). Case grammar: from roles to rules. Georgetown. University Papers on Languages and Linguistics, Number 1. Washington, D.C.: Georgetown University Press. 14-29.

_____ (1971). Improvements in case grammar. 1970. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics nº 2. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 16-27.

_____ (1972). A set of postulates for case grammar analysis. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, nº 4. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 36-49.

_____ (1973a). Covert case roles in case grammar. In case grammar and generative semantics. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics nº 10. Washington D.C.: Georgetown University Press, 162-166.

_____ (1973b). Verb classification in case grammar. University of Michigan Papers in Linguistics (UMPIL), Vol. 1, Number 2. 32-34.

- _____ (1974). Case grammar and generative semantics. Georgetown University Papers on Languages and Linguistics, Number 8. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1-28.
- _____ (1976). Five models of case grammar. Georgetown University.
- _____ (1978). Case grammar matrix model. In Valence, Semantic Case and Relational Grammar. Edited by Werner Abraham. Companion Series to Studies in Language. Vol. 1. Amsterdam: John Benjamins.
- _____ (1979). Case grammar: development of the matrix model (1970-1978). Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- _____ (1989). Case grammar theory. Washington, D.C.: Georgetown University Press.
- CRUSE, D.A. (1973). Some thoughts on agentivity. Journal of Linguistics, 9. 11-23.
- CUNHA, Celso (1980). Gramática do português contemporâneo. 8.ed. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda.
- CUNHA, Celso et al. (1985). Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- D'ALL AGLIO, Marize Mattos (1987). The case for case. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 46-8.
- DÉCAT, Maria B.N. (1983). Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito. In: Ensaio de lingüística, nº 9. 9-48, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- DIJK, Teun A. van (1982). Text and context: explorations in the semantic and pragmatics of discourse. 2.ed. London: Longman.
- DINNEEN, Francis P. (1961-1965). Linguistics and classic philosophy. Georgetown University Round Table. Selected Papers

on Linguistics. Printed in the United States of America, 57-64.

_____ (1967). An introduction to general linguistics.

Washington D.C.: Georgetown University Press.

DUBOIS-CHARLIER, F. (1975). Avant-Propos: les premiers articles de Fillmore. Langages, nº 38. Paris-Didier - Larousse.

DUBOIS, J. et al. (1986). Dicionário de lingüística. Traduzido de: Dictionnaire de Linguistique (1973). Livrarie Larousse. São Paulo: Cultrix.

FERNANDES, Francisco (1979). Dicionário de verbos e regimes. 31. ed. Porto Alegre: Globo.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1975). Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FILLMORE, Charles J. (1966). A proposal concerning english prepositions. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1966. Edited by Francis P. Dinneen, S.J. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 19-34.

_____ (1969). Toward a modern theory of case. The Ohio State University Project on Linguistic Analysis. Report nº 13, 1-24. Reprinted in: Modern Studies in English. Edited by David A. Reibel and Sanford A. Schane. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 361-375.

_____ (1970). Subjects, speakers and roles. The Ohio State University Working Papers in Linguistics, nº 4, 31-63. Reprinted in: Davidson & Harman, 1972, 1-24.

_____ (1971). Some problems for case grammar. In: Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics, 1971. Edited by Richard J. O'Brien, S.J. Washington D.C.: Georgetown University Press, 35-56.

_____ (1975). Principles of case grammar: the structure of language and meaning. Tokyo: Sanseido Publishing Company.

- _____ (1977a). The case for case reopened. In: Syntax and Semantics. Vol. 8: Grammatical Relations. Edited by Peter Cole and Jerrold M. Sadok. New York: Academic Press, 59-81.
- _____ (1977b). Em favor do caso. Traduzido de: The Case for Case, 1968. Alzira Soares da Rocha et al. In: LOBATO, Lúcia M.A. A semântica na língua moderna: o léxico. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 275-359.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (1987). O modelo de Fillmore e a análise do discurso. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 60-5.
- GRUBER, J.F. (1976). Lexical structures in syntax and semantics. Amsterdam: North Holland Publishing Company.
- HALLIDAY, M.A.K. (1966-67). Notes on transitivity and theme in english. Journal of Linguistics, 1:37-81.
- _____ (1967-68). Notes on transitivity and theme in english. Journal of Linguistics, 3:199-244.
- _____ (1967-68). Notes on transitivity and theme in english. Journal of Linguistics, 4:179-215.
- JESPERSEN, Otto (1924). The philosophy of grammar. 6.ed. London: George Allen & Unwin Ltd.
- KEMPSON, Ruth M. (1980). Teoria semântica. Trad. Semantic theory (1977). Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- KURY, Adriano da Gama (1986). Novas lições de análise sintática. 2.ed. São Paulo: Ática.
- LAKOFF, George (1966). Stative verbs and adjectives in english. In: Mathematical linguistics and automatic translation. Edited by A.G. Dettinger. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press.

- LI, Charles N. e THOMPSON, Sandra A. (1976). Subject and topic: a new typology of language. In: LI, C. (ed.). Subject and topic. New York: Academic Press, 457-489.
- LIMA, Rocha (1972). Gramática normativa da língua portuguesa. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LOBATO, Lúcia M. Pinheiro (1986). Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação. Belo Horizonte: Vigília.
- LONGO, Beatriz N. de Oliveira (1987). A gramática de Charles Fillmore. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 44-5.
- _____ (1987). The case for case reopened: a revisão do modelo de 68. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 56-9.
- LYONS, John (Org.) (1976). Novos horizontes em lingüística. Trad. New Horizons in Linguistics (1970). Geraldo Cintra et al. São Paulo: Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo.
- _____ (1978). Semantics 2. 2.ed. Cambridge University Press.
- _____ (1979). Introdução à lingüística teórica. Trad. Introduction to Theoretical Linguistics (1969). Rosa V.M. e Silva et al. São Paulo: Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.
- LUFT, Celso Pedro (1985). Moderna gramática brasileira. 6.ed. Porto Alegre: Globo.
- MACAMBIRA, José Rebouças (1987). A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo lingüístico. 5.ed. São Paulo: Pioneira.

- MARQUES, Maria Helena Duarte (1990). Iniciação à semântica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MARTINET, André (1974). As estruturas elementares do enunciado. In: A lingüística sincrônica: estudos e pesquisas. Trad. La Linguistique Synchronique (1965). Lilian Arantes. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 152-177.
- MORA, José Ferrater (1982). Dicionário de filosofia. Trad. Diccionario de filosofia abreviado (1974). António José Massano e Manuel J. Palmeirim. 5.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MOURA, Heronides M. de M. (1988). A passiva e o problema da relação sintaxe-semântica. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1987). A vertente grega da gramática tradicional. São Paulo: Hucitec e Editora da Universidade de Brasília.
- NICOLACÓPULOS, Apóstolo T. (1981). A semantic analysis of portuguese predications. An introduction to case grammar. Tese de Doutorado. Washington, D.C.: Georgetown University.
- OLIVEIRA, M.G. Albino (1989). Dar - o verbo mais polissêmico da língua portuguesa. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- OLÍVIA, Madre (1976). Treinamento em análise semântica. 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1979). Verbo, sujeito e objeto. Petrópolis: Vozes.
- PANTALEÃO, Elisa P. da Costa (1987). A gramática de casos de Fillmore - o modelo de 1971. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 49-55.
- PERINI, Mário A. (1979). A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa. Belo Horizonte: Vigília.

- _____ (1989). Sintaxe portuguesa: metodologia e funções. São Paulo: Ática.
- _____ et al. (1987). Notas sobre a transitividade verbal. In: Linguística Aplicada ao ensino do português. Série Novas Perspectivas, nº 11. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PONTES, Eunice (1973). Verbos auxiliares em português. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1986). Sujeito: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática.
- _____ (1987). O tópico no português do Brasil. São Paulo: Pontes Editores.
- QUIRK, Randolph et al. (1979). A grammar of contemporary english. 8.ed. London: Longman.
- RICHARDS, Jack et al. (1985). Longman dictionary of applied linguistics. London: Longman.
- ROBINS, R.H. (1979). Pequena história da linguística. In: LYONS, John. Introdução à linguística teórica (1979). São Paulo: Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.
- ROMAN, Elódia Constantino (1990). O sujeito - uma contribuição ao ensino sintático-semântico. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC.
- SALUM, Isaac Nicolau (1955a). O legado grego à nossa gramática: o Crátilo de Platão. Folha de São Paulo: 16.10.1955.
- _____ (1955b). A gramática de Aristóteles. Folha de São Paulo: 01.11.1955.
- _____ (1956a). Os gramáticos alexandrinos. Folha de São Paulo: 03.01.1956.
- _____ (1956b). A gramática dos alexandrinos. Folha de São Paulo: 22.01.56.

- SILVA, Bento et al. (1987). As construções locativas do português. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 66-89.
- SILVA, Carly (1978). Gramática transformacional: uma visão global. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- SOUZA, Maria Suely Crocci de (1989). Estudo de alguns efeitos do mecanismo da topicalização: gramática e estilística. Dissertação de Mestrado. Araraquara: UNICAMP.
- TEIXEIRA, Raquel F.A. (1987). Fillmore: a relativização dos casos em cena. SeriEncontros. Ano II, nº 1. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, UNESP. Campus de Araraquara, 25-43.
- TOBIAS, José Antônio (1966). Lógica e gramática. São Paulo: Herder.
- VIVIANI, Zélia A. (1987). Polissemia do verbo ficar - introdução à gramática de casos. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.